



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 422, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024

Aprova *ad referendum* o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 20 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União, em 20 de abril de 2022, Edição 75-A, Seção 2, página 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa; em conformidade aos autos do Processo nº 23204.013701/2023-12, proveniente do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas – ICTA, e

CONSIDERANDO o art. 65 do Regimento Geral da Ufopa que autoriza, em situações de urgência e no interesse da Universidade, o Reitor a tomar decisões *ad referendum* dos Colegiados Superiores, as quais serão apreciadas e ratificadas, se for o caso, em primeira sessão subsequente ao ato;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental do ICTA, da Ufopa, de acordo com o Anexo que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, com publicação na página dos Conselhos Superiores no [Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH](#).

ALDENIZE RUELA XAVIER
Presidente do Consepe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL

BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO - PPC



Gestão Ambiental

SANTARÉM - PA
2024

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL**

Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier
Reitora

Profa. Dra. Solange Helana Ximenes Rocha
Vice-Reitora

Profa. Dra. Honorly Kátia Mestre Corrêa
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof. Me. Cauan Ferreira Araújo
Pró-Reitor de Planejamento Institucional

Warlivan Salvador Leite
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Kelly Christina Ferreira Castro
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Profa. Dra. Ediene Pena Ferreira
Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão

Prof. Me. Luamim Sales Tapajós
Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Profa. Ma. Fabriciana Vieira Guimarães
Pró-reitora de Gestão de Pessoas

Prof. Dr. Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro
Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Profa. Dra. Quêzia Leandro de Moura
Coordenadora do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental

Prof. Dr. João Paulo Soares de Cortes
Vice Coordenador do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental

SUMÁRIO

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	5
1.1 MANTENEDORA	5
1.2 MANTIDA	5
1.2.1 Identificação	5
1.2.2 Atos Legais de Constituição	5
1.2.3 Dirigente Principal.....	5
1.2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará	6
1.2.5 Histórico da Instituição.....	6
1.2.6 Missão Institucional.....	8
1.2.7 Visão Institucional	8
1.2.8 Valores.....	9
PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO	9
2.1 DADOS GERAIS DO CURSO	9
2.1.1 Atos Legais	9
2.2 JUSTIFICATIVA	10
2.3 CONCEPÇÃO DO CURSO	11
2.4 OBJETIVOS DO CURSO	13
2.4.1 Geral	13
2.4.2 Específicos.....	14
2.5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO	14
2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	16
2.7 METODOLOGIA DO CURSO	18
2.8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
2.8.1 Estrutura curricular	18
2.8.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação	21
2.8.3 Conteúdos Curriculares	23
2.8.4 Ementário e Bibliografias	24
2.8.5 Extensão Universitária.....	24
2.8.6 Atividades Complementares.....	25
2.8.7 Estágio Curricular Supervisionado.....	26
2.8.8 Trabalho de Conclusão de Curso.....	29
2.8.9 Formação Básica Indígena	30
2.8.10 Requisitos Legais e Diretrizes Curriculares Nacionais e do Regimento de Graduação da Ufopa	32
2.8.11 Programa de Monitoria Acadêmica da Ufopa	33
2.8.12 Empresa Júnior dos Cursos de Bacharelado em Gestão Ambiental e Engenharia Sanitária e Ambiental	34
2.9 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	35
2.10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	36
2.10.1 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.....	36
2.10.2 Coerência do Sistema de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	39
2.11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	39
2.11.1 Avaliação do curso	43
2.11.2 Avaliação Docente.....	44
2.12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO	44
2.12.1 Políticas de Ensino	44

2.12.2 Políticas de Extensão	44
2.12.3 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação	45
2.12.4 Política de Acessibilidade.....	45
2.12.5 Políticas de Ações Afirmativas	47
2.12.6 Apoio ao Discente	48
2.13 PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	49
2.13.1 Apoio à participação em atividades de Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e Extensão	49
PARTE III: RECURSOS HUMANOS	53
3.1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO	53
3.1.1 Direção do Instituto	53
3.1.2 Secretaria Executiva	53
3.1.3 Coordenação Administrativa	53
3.1.4 Coordenação Técnica	54
3.1.5 Coordenação Acadêmica Integrada	54
3.1.6 Técnicos em Assuntos Educacionais.....	54
3.1.7 Coordenação e Vice-coordenação do Bacharelado em Gestão Ambiental	54
3.1.8 Secretaria do curso.....	54
3.1.9 Corpo técnico-pedagógico do ICTA	54
3.2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA	56
3.2.1 Secretaria Acadêmica Integrada	56
3.2.2 Acompanhamento de egressos.....	57
3.2.3 Órgãos Colegiados.....	57
3.3 CORPO DOCENTE	59
3.3.1 Titulação	59
3.3.2 Relação de docentes por disciplina.....	60
3.3.3 Política e Plano de Carreira	62
3.3.4 Critérios de Admissão	62
3.3.5 Apoio à Participação em Eventos	64
3.3.6 Incentivo à Formação/Atualização Pedagógica dos Docentes	64
3.3.7 Experiência profissional do docente.....	64
3.3.8 Experiência no exercício da docência superior	65
3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	65
3.4.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante	66
3.4.2 Titulação e Formação Acadêmica do NDE	67
PARTE IV: INFRAESTRUTURA	68
4.1 INSTALAÇÕES GERAIS	68
4.2 SALAS DE AULA	68
4.3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	69
4.4 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	69
4.5 AUDITÓRIOS	70
4.6 BIBLIOTECA.....	70
4.6.1 Bibliografia básica por unidade curricular	71
4.6.2 Bibliografia complementar por unidade curricular	72
4.7 LABORATÓRIOS	72
4.7.1 Política de Atualização dos Laboratórios	72
4.7.2 Normas de Funcionamento e Segurança	72
4.7.3 Dados dos laboratórios do Bacharelado em Gestão Ambiental	72
4.7.4 Dados dos laboratórios de outros cursos do ICTA usados pelo BGA.....	73

4.7.5 Laboratórios Didáticos Especializados – Qualidade	75
4.7.6 Laboratórios didáticos especializados – Serviços	75
4.8 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	75
4.9 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	76
ANEXO 1 DOCUMENTO DO ATO DE CRIAÇÃO DO BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL	77
ANEXO 2 EMENTÁRIO - BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL (ICTA/UFOPA).....	78
ANEXO 3 REGULAMENTO PARA A CREDITAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	114
ANEXO 4 ATIVIDADE DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	120
ANEXO 5 REGULAMENTO PARA A CREDITAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO.....	121
ANEXO 6 COMISSÃO DE TCC	128
ANEXO 7 NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL	129
ANEXO 8 PORTARIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	144

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1 MANTENEDORA

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L - Ed. Sede e Anexos					Nº:	s/n
Bairro:	Zona Cívico-Administrativa	Cidade:	Brasília	CEP:	70.047-900	UF:	DF
Fone:	(61) 2022-7828 / 7822 / 7823 / 7830			Fax:			
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

1.2 MANTIDA

1.2.1 Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
End.:	Rua Vera Paz, Unidade Tapajós, Bloco BMT					Nº:	s/n
Bairro:	Salé	Cidade:	Santarém	CEP:	68.040-255	UF:	Pará
Telefone:	(93) 2101 6526			Fax:			
E-mail:	gabineteufopa@hotmail.com						
Site:	www.ufopa.edu.br						

1.2.2 Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento:	
Documento/nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	novembro de 2009

1.2.3 Dirigente Principal

Cargo	Reitora		
Nome:	Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier		
CPF:	673.500.202-44		
Telefone:	(93) 2101-4925; (93) 2101-4910	Fax:	(93) 2101-4912
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br		

1.2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitora: Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier.

Vice-Reitora: Profa. Dra. Solange Helana Ximenes Rocha.

Presidente do Conselho Superior: Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier.

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Honorly Kátia Mestre Corrêa.

Pró-Reitor de Planejamento Institucional: Prof. Me. Cauan Ferreira Araújo.

Pró-Reitor de Administração: Warlivan Salvador Leite.

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Profa. Dra. Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Profa. Dra. Ediene Pena Ferreira.

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Prof. Me. Luamim Sales Tapajós.

Pró-reitora de Gestão de Pessoas: Profa. Ma. Fabriciana Vieira Guimarães.

Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas: Prof. Dr. Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro

Vice-diretora do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas: Profa. Dra. Ynglea Georgina Freitas Goch

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental: Profa. Dra. Quêzia Leandro de Moura

Vice Coordenador do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental: Prof. Dr. João Paulo Soares de Cortes

1.2.5 Histórico da Instituição

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) localizada no interior da Amazônia brasileira, no oeste paraense. É uma universidade multicampi, com sede na cidade de Santarém e campi localizados nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Sua área de abrangência é composta por 20 municípios do estado do Pará, cuja extensão territorial é de 512.616 km², o que corresponde a 41% do território do estado com uma população de 912.006 habitantes (UFOPA, 2015, p. 22).

Foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, por desmembramento e integração dos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) – instalado em Santarém no ano de 1971 - e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) – instalado em Santarém no ano de 2003. Sendo resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão

das Universidades Federais (Reuni) - Decreto nº 6.096/2007 – e objeto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a UFPA, instituição tutora da nova universidade.

A Ufopa foi criada em um contexto político e educacional direcionado pelo estreitamento das políticas de expansão e organização do ensino superior com as diretrizes internacionais ditadas pela Unesco (1998) e contidas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, entre as quais estava o Programa de Apoio ao Reuni, que tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência do maior número de estudantes na educação superior, primando pela qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento das estruturas físicas e dos recursos humanos já disponíveis.

O primeiro processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de graduação ocorreu em 2010, sob a responsabilidade da UFPA e UFRA, que ofertaram 370 vagas distribuídas em 9 (nove) cursos de graduação. Neste mesmo ano, adere ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), ofertando cursos de licenciatura em Santarém, nos municípios onde seriam instalados os campi e no município de Almeirim, que faz parte da área de abrangência da Instituição. Em 2011, foi realizado o seu primeiro processo seletivo próprio para os cursos de graduação utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Ufopa apresentava à sociedade uma proposta acadêmica estruturada em um sistema inovador pautado nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade curricular, da formação continuada e da mobilidade acadêmica, numa formação em ciclos.

Nos primeiros anos de funcionamento contava com 44 (quarenta e quatro) cursos de graduação com alunos vinculados, sendo 19 (dezenove) bacharelados específicos, 4 (quatro) licenciaturas integradas, 10 (dez) licenciaturas, 6 (seis) bacharelados interdisciplinares e 5 (cinco) licenciaturas financiadas pelo Parfor. Além desses, encontravam-se em funcionamento 6 (seis) cursos de mestrado, 2 (dois) de especialização e 2 (dois) de doutorado. Em 2012, obteve a aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para ofertar o primeiro curso de doutorado interdisciplinar da Instituição. Em 2013, apresentou à comunidade o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012- 2016), criou o Instituto de Saúde Coletiva (Isco) e realizou a primeira consulta à comunidade acadêmica para a escolha de reitor e vice-reitor. Em 2015, foram ofertadas vagas para os cursos de graduação fora da sede, nos campi de Oriximiná e de Óbidos. Nos campi de Alenquer, Juruti, Itaituba e Monte Alegre, essa oferta ocorreu em 2017.

Em 2016 foi publicado o relatório de avaliação com conceito 4 obtido na Avaliação de Recredenciamento Institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep). Em 2018, a Ufopa elaborou seu calendário de obras com base no Plano Emergencial de Infraestrutura (PEI) para estabelecer infraestrutura própria tanto na sede Santarém quanto nos campi de Alenquer e Itaituba. Assim, foram retomadas as obras do Bloco Modular da Unidade Tapajós (BMT), destinado às atividades acadêmicas e administrativas, inaugurado em maio de 2019; e do Restaurante Universitário (RU), inaugurado em 2020. Outras obras de importância foram licitadas e iniciadas em Santarém, na Unidade Tapajós: o Núcleo de Salas de Aula (NSA), inaugurado em 2021; Núcleo Tecnológico de Laboratórios (NTL), inaugurado em 2019; a segunda fase do Bloco Modular do Tapajós, inaugurado em 2021 juntamente com a construção dos modulares dos campi de Alenquer e de Itaituba e a conclusão do Campus de Juruti.

Desde a sua criação, a Ufopa tem contribuído para as regiões oeste do Pará e amazônica com inserção na formação de profissionais qualificados, no desenvolvimento de pesquisas, na realização de atividades de extensão, no desenvolvimento tecnológico e na produção de inovações em diversos níveis. A busca pela consolidação de sua infraestrutura física tem produzido investimentos que contribuem para dinamizar a economia local. Além disso, seus processos seletivos têm possibilitado a inclusão de grupos populacionais tradicionalmente marginalizados, o que possibilita justiça social.

Atualmente há na Ufopa 44 cursos de Graduação, sendo 36 oferecidos no Campus de Santarém e 8 oferecidos nos campi fora da Sede, divididos em 29 Bacharelados Específicos, 12 Licenciaturas, 6 Bacharelados Interdisciplinares. O acesso aos cursos é realizado via A forma de ingresso é pelo Processo Seletivo Regular (PSR). A nota do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) é utilizada como critério para classificação dos candidatos.

Estão em funcionamento na Ufopa doze Programas de Mestrado e quatro Programas de Doutorado. A implantação da modalidade de ensino à distância está em fase de discussão na instituição.

1.2.6 Missão Institucional

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

1.2.7 Visão Institucional

Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos.

1.2.8 Valores

- Democracia e Pluralismo - Uma instituição que assegura o resultado que vem da reflexão de suas diversas categorias e que a os pontos de vista e de modos diferentes de tratar o real, a convivência entre contrários e diferentes, a polêmica e o diálogo como exercícios da crítica.
- Inclusão - Uma instituição comprometida com a garantia do acesso de todos à educação superior.
- Compromisso Ambiental - Uma instituição cujas ações respeitam o meio ambiente e as políticas públicas e sociais que tenham como principais objetivos a sustentabilidade ambiental e humana.
- Ética - Uma instituição orientada para a responsabilidade ética, transparência social e ambiental.
- Autonomia - Uma instituição capaz de decidir sobre seus próprios rumos dentro de suas competências.

PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO

2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Endereço de oferta do curso:	Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA), Campus Tapajós, Prédio Bloco Modular Tapajós I (BMT), Santarém-Pará. Rua Vera Paz, s/nº, Salé. CEP: 68035-110.				
Denominação do Curso:	Bacharelado em Gestão Ambiental – BGA.				
Modalidade:	Bacharelado/Presencial.				
Regime de matrícula:	Semestral.				
Turno de funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
				X	
Número de vagas previstas no ato de criação:	60 vagas/ano.				
Forma de Ingresso:	Processo Seletivo Regular (PSR); Processo Seletivo Especial (PSE); Progressão Acadêmica; Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin); Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex); Transferência <i>ex officio</i> ; Programas governamentais específicos; e outras formas de ingresso, desde que aprovadas pelo Consepe. (Fundamento: art. 189 do Regimento de Graduação - Resolução nº 331, de 28 de setembro de 2020)				
Tempo de integralização:	Carga Horária Total	Tempo Mínimo	Tempo Máximo		
	3.170 horas.	4 anos.	6 anos.		
Habilitação profissional:	Conselho Regional de Química – CRQ. Processo CFQ nº 26.868/21.				

2.1.1 Atos Legais

- Portaria de criação: Portaria nº 164 de 10 de outubro de 2016
- Portaria de reconhecimento do curso: Portaria MEC nº 1.016 de 26 de setembro de 2017.
- Data de início do curso: 01/03/2014.

O documento do ato de criação consta no ANEXO 1.

2.2 JUSTIFICATIVA

O Bacharelado em Gestão Ambiental pressupõe a construção de um perfil profissional que aborda a problemática dos novos desafios da sustentabilidade ambiental das cidades, em especial das peculiaridades das cidades amazônicas, com capacidade para planejar, gerenciar e executar, atividades de diagnóstico, avaliação, proposição de medidas mitigadoras – preventivas e corretivas; acompanhamento e monitoramento da qualidade ambiental; regulação do uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente, podendo elaborar e implantar, ainda, políticas e programas de educação ambiental, contribuindo assim efetivamente para os desafios do desenvolvimento sustentável da região. Além disso, uma breve observação nas dimensões geográficas da Amazônia Legal permite identificar a urgência e a clara necessidade de fortalecimento de cursos de graduação com enfoque ambiental, especialmente na região oeste do Pará, onde existem as necessidades de crescimento das cidades e a ausência de adequação das atividades humanas a legislação ambiental vigente e a perspectiva de sustentabilidade de usos dos recursos naturais, que alertam para a necessidade urgente de mais profissionais para atender as demandas do setor.

Por outro lado, os grandes projetos de desenvolvimento energéticos, rodoviários, hidroviários, de mineração, muitas vezes geram conflitos socioambientais com as formas e costumes de vida da população amazônica. O perfil do curso compreende que a gestão ambiental não é somente uma ferramenta para melhorar o uso dos recursos naturais, mas de uma amplitude que contempla o local, a escala e a rede dos desafios do protagonismo amazônico em gerir o território com sustentabilidade, com respeito à cultura local, equilíbrio discursivo entre os atores sociais e voltados para o bem viver da população.

Com formação no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas (Bicta), comum para o Bacharelado em Gestão Ambiental e para o Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental, o/a discente cumpre com carga horária de 2.470 horas, esse profissional se habilita para desenvolver sua capacidade mental e intelectual para promover e induzir avanços significativos em ciência e tecnologia. Adquire competências para atuar com visão e práticas mais aplicadas, integrando ciência e inovação tecnológica com gestão e desenvolvimento com foco nos recursos hídricos, e serviços ecossistêmicos das águas e do meio ambiente. O Bicta constitui um perfil estratégico de formação interdisciplinar ao Bacharelado em Gestão Ambiental, pois atua e contribui para o desenvolvimento científico-tecnológico e

social da Amazônia e do país, não somente pela carência de profissionais na região, mas também para construir uma ciência aplicada mais próxima da sociedade. Esta habilitação interdisciplinar curricular contínua e inovadora atua na grande área das ciências aplicadas e tecnologia das águas como base na formação humana do futuro/a Gestor/a Ambiental.

Portanto, o Bacharel em Gestão Ambiental é um profissional que possui perfil estratégico de formação para o desenvolvimento sustentável da região oeste do Pará, não somente pela carência de profissionais na região, mas também porque será habilitado para atuar com foco em Gestão Ambiental. Um novo profissional vem sendo formado na Amazônia com habilitação interdisciplinar inovadora para atuar nas áreas de meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, especialmente voltados para a gestão.

2.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

A Ufopa como instituição social, comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país.

Quando da sua concepção no ano de 2009, a Ufopa foi estruturada academicamente em institutos temáticos: Instituto de Ciências da Educação (ICED); Instituto de Ciências da Sociedade (ICS); Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF), Instituto de Engenharia e Geociências (IEG), Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) e Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA).

A concretização do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas como uma unidade da UFOPA, oportunizou a possibilidade real de formação de recursos humanos habilitados para desempenhar papel estratégico em todos os níveis (local, regional, nacional e internacional), nas áreas científicas, na gestão, nos diversos segmentos da cadeia produtiva e para construção de cenários sustentáveis para as águas e ecossistemas amazônicos.

No Edital Nº 08/UFOPA de 23 de agosto de 2010, o acadêmico ao ingressar na cursava sua Formação Graduada Geral constituída de Formação Interdisciplinar I (400hs), comum para todos os estudantes, e Formação Interdisciplinar II (400hs) quando o acadêmico tinha acesso ao Instituto (no caso do presente PPC o ICTA) que lhe fosse vocacional e habilitando-o ao Bacharelado Interdisciplinar (no caso do ICTA, em Ciências e Tecnologias das Águas, Ciências Biológicas ou Gestão Ambiental). Após a formação inicial interdisciplinar o acadêmico ingressava na fase de Formação Graduada Específica habilitando-o a um segundo certificado

universitário (no caso do ICTA - Engenharia de Pesca ou Biologia ou Engenharia Sanitária e Ambiental).

Contudo, os Bacharelados Interdisciplinares e os cursos de Gestão Ambiental de modo geral, ainda não possuem Diretrizes Curriculares Nacionais específicas. Este cenário levou a uma necessidade de revisão do PPC, entre os anos de 2011 e 2013, no sentido de convergir a proposta de Bacharelado Interdisciplinar em Gestão Ambiental para a modalidade convencional de Bacharelado em Gestão Ambiental.

O Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas revisou sua oferta de cursos interdisciplinares, reduzindo-os para apenas um bacharelado interdisciplinar, o qual leva o nome do instituto – Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas (BICTA), do qual seus componentes curriculares dos semestres iniciais são comuns e interdisciplinares aos cursos específicos de Gestão Ambiental (BGA) e Engenharia Sanitária e Ambiental (BESA). Assim, estes três cursos (BICTA/BGA/BESA) operam na forma de um programa integrado inter e multidisciplinar de formação graduada. Experiência esta que tem se mostrado bastante exitosa, tanto no campo do conhecimento, quanto no campo do mercado de trabalho, pois quando o aluno conclui sua graduação ele sai da universidade com dois diplomas – o primeiro de formação interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas e o segundo de formação específica em Gestão Ambiental ou Engenharia Sanitária e Ambiental.

Assim, o curso Bacharelado em Gestão Ambiental ICTA da Ufopa, desde o ano de 2013 vem aprimorando sistematicamente seu projeto pedagógico, já passou por avaliação externa do MEC, tendo sido bem conceituado, opera atualmente com o conceito 4, mas com determinação coletiva acadêmica de sempre avançar e se tornar referência no conhecimento e gestão dos desafios ambientais amazônicos.

O curso de bacharelado em Gestão Ambiental da Ufopa, apresenta a seguinte organização didático-pedagógica. As atividades curriculares propostas constituem-se de componentes curriculares e atividades de pesquisa, ensino e extensão guardando a coerência em seus objetivos e conteúdos e caracterizam níveis de aprofundamento progressivo da formação acadêmica e estruturam o currículo na sua forma geral. O curso segue a orientação geral da Ufopa, considerando o perfil do egresso, o PDI e a sua inserção no mercado de trabalho. A realização de Estágio Curricular Supervisionado ao final do curso proporcionará ao aluno a concatenação do conhecimento auferido com a realidade e a necessidade da sociedade em que ele participa. A participação de discentes em projetos extensionistas e de pesquisa deverá ser incentivada para potencializar o retorno do conhecimento à sociedade e aprimorar e fixar as capacidades do discente. O desenvolvimento do empreendedorismo deverá ser incentivado

desde os componentes curriculares iniciais até a finalização do curso de forma integrada e interdisciplinar.

A formação do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental soma a carga horária total de 3.170 horas, sendo 1.470 horas na Formação Interdisciplinar, acrescida de 1.700 horas da formação profissional específica, distribuída entre disciplinas obrigatórias e optativas. Os componentes curriculares são ministrados em aulas teóricas e práticas com cargas horárias destinadas a cada uma, conforme as particularidades do componente.

As atividades acadêmicas do perfil de formação estão dispostas em forma sequencial, com flexibilidade para adequar-se às necessidades regionais e seus problemas específicos. As disciplinas abordam temáticas como educação ambiental e sustentabilidade, recursos naturais e biodiversidade, instrumentos de gestão ambiental urbana e rural.

As atividades de formação humana incluem palestras, oficinas, cursos e seminários da Ufopa e de instituições externas nas modalidades presenciais e a distância sendo computados como atividades complementares. Complementa o currículo as atividades de TCC I e TCC II, Estágio Supervisionado obrigatório, Práticas Integradoras de Extensão e Atividades Integradoras de Extensão, adequando-se a Resolução Consepe/Ufopa nº 301/2019.

Aspectos relacionados à Educação Étnico Racial, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são abordados de forma transversal no ensino, pesquisa e extensão que objetiva não apenas mudar o foco etnocêntrico, mas ampliar o olhar da formação em gestão ambiental para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira, especificamente amazônica. Nessa perspectiva incluem-se, no contexto dos estudos, atividades que abordem diariamente as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos sob uma perspectiva antropológica e ambiental.

2.4 OBJETIVOS DO CURSO

2.4.1 Geral

A formação em Gestão Ambiental do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas - ICTA têm como objetivo promover o desenvolvimento de competências e habilidades para formar profissionais de nível superior capacitados para conhecer, criar e aprimorar tecnologias sustentáveis, além de atuar de maneira integrada em parcerias interdisciplinares com outros programas acadêmicos, bem como organismos de gestão pública, privada, ambientais e agências reguladoras, atuando no mercado de trabalho (supervisão, planejamento, coordenação ou execução em maior grau de complexidade).

2.4.2 Específicos

- Promover a formação científica e humanística, empreendedora e inovadora, para solução de problemas da sociedade, com aprendizado inteligente;
- Auxiliar o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador da região, norteado pelos princípios da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, visando à sustentabilidade e do uso racional dos recursos ambiental;
- Estimular o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para uso e conservação dos recursos naturais;
- Incentivar a cooperação interinstitucional em rede, de forma coordenada com as estruturas de gestão do governo federal, dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil organizada envolvida com o tema da gestão ambiental e seus recursos;
- Formar profissionais com capacidade de atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;
- Assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente;
- Estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios norteadores o projeto institucional da Ufopa e as diretrizes do MEC;
- Unir pesquisa, ensino e extensão, preparando profissionais com formação política, filosófica e humana, habilitados a atuarem nas situações preconizadas pela sociedade globalizada, principalmente voltada a problemática local e regional;
- Formar profissionais que poderão dar continuidade a seus estudos numa formação em nível de Pós-Graduação.

2.5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

De acordo com o Regimento de Graduação da Ufopa (Resolução nº 331/2020), o ingresso na Ufopa ocorre pelas formas regulares e especiais. Consideram-se formas regulares de ingresso as que estabelecem vínculos com curso de graduação, já as formas especiais não estabelecem vínculos com cursos de graduação, permitindo unicamente a matrícula em componentes curriculares isolados de graduação.

As formas regulares de ingresso são: Processo Seletivo Regular (PSR); Processo Seletivo Especial (PSE); Progressão Acadêmica; Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin); Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex); Transferência *ex officio*; programas governamentais específicos; e outras formas de ingresso, desde que aprovadas pelo Consepe. Exceto a

transferência *ex officio*, as demais modalidades de ingresso são regulamentadas por edital específico.

O Processo Seletivo Regular é destinado a selecionar candidatos para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Ufopa, nos termos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Estatuto e Regimento Geral da Ufopa, das resoluções internas e mediante as condições estabelecidas em edital específico.

O Processo Seletivo Especial é destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Ufopa, nos termos da Lei nº 12.711/2012, do Estatuto e Regimento Geral da Ufopa e mediante as condições estabelecidas em resolução específica.

A Progressão Acadêmica é a forma de ingresso no Bacharelado Profissional pelo discente que integralizar o Bacharelado Interdisciplinar, que habilita àquele, devendo a Progressão Acadêmica realizar-se por meio de processo seletivo interno no âmbito de cada Unidade Acadêmica, considerando as opções dos discentes. É acessível exclusivamente aos egressos dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar para se vincularem a um curso de Bacharelado Profissional.

A partir de 2020 os discentes que se candidataram aos cursos do Bacharelado em Gestão Ambiental ou Engenharia Sanitária e Ambiental, passaram a escolher, no momento da inscrição no processo seletivo da Ufopa, o curso específico pretendido. Essa mudança permite que os docentes e discentes direcionem os estudos, as disciplinas optativas, as atividades complementares e de extensão para os componentes pedagógicos voltados a cada curso. Até este período, os discentes que concluíam o Bacharelado em Ciências e Tecnologia das Águas tinham que disputar as vagas de progressão para os Bacharelados em Engenharia Sanitária e Ambiental ou Gestão Ambiental.

Outra forma de ingresso é a Mobilidade Acadêmica Interna, que consiste na mudança do curso em que o discente está matriculado para qualquer outro curso oferecido pela Ufopa, mediante disponibilidade de vaga e processo seletivo.

No caso de não preenchimento das vagas nas Subunidades Acadêmicas por Mobilidade Acadêmica Interna, a Proen poderá oferecer processo seletivo de Mobilidade Acadêmica Externa para preenchimento das vagas remanescentes.

A transferência *ex officio* é o ato decorrente da transferência para a Ufopa do vínculo que o discente de curso de graduação mantém com a instituição de origem, nacional ou estrangeira, independentemente da existência de vaga e de prazo para solicitação. A transferência ou remoção *ex officio*, de caráter compulsório e não por solicitação ou escolha do

interessado, destina-se a servidor público federal ou militar das Forças Armadas e a seus dependentes, desde que atendidos os seguintes requisitos

Os programas governamentais específicos são desenvolvidos pelo governo (federal, estadual, distrital ou municipal), nas mais diversas áreas, e objetivam a melhoria das condições de vida da população.

O Consepe pode definir novas formas de ingresso nos cursos de graduação, desde que apresentado projeto com justificativa e motivação que indique claramente os instrumentos de seleção dos candidatos e a origem das vagas.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A proposta curricular, as metodologias de ensino utilizadas e a infraestrutura são adequadas para formar bacharéis em Gestão Ambiental, com formação multi e interdisciplinar, habilitados ao imediato exercício da profissão, cumpridas as exigências legais. Assim, o egresso do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental será um profissional com:

- Formação integrada e interdisciplinar, em especial com as especificidades da região oeste do Pará e da Amazônia, a partir de conhecimentos científicos em Ciências Naturais, Sociais e Humanas, dominar novas tecnologias (Computação, Geoprocessamento) e as modernas técnicas de interação e gestão urbana, esgotos, drenagem, saúde pública e gestão de bacias hidrográficas, além de análises e controle da poluição dos recursos naturais (solo, água e ar) e o necessário conhecimento sobre a legislação ambiental;
- Visão integrada da dinâmica, estrutura e funcionamento dos ecossistemas e suas relações com as atividades humanas, que consiga interferir em processos de produção e ocupação do solo não sustentáveis, considerando as diferentes escalas espaciais e temporais dos processos naturais e dos efeitos das atividades humanas sobre os ecossistemas naturais e antropizados;
- Capacidade para atuar no diagnóstico e na gestão dos problemas ambientais, considerando os diferentes aspectos envolvidos, entre eles o social, o econômico, a legislação ambiental, o técnico-científico e o biológico;
- Capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares para desenvolver projetos de maior complexidade, além de gerenciar processos participativos de organizações públicas e privadas;
- Capacidade de desenvolver e implementar sistemas integrados de gestão e monitoramento ambiental;
- Capacidade para atuar profissionalmente na busca do desenvolvimento sustentável, da conservação dos ecossistemas e da biodiversidade e da qualidade de vida;
- Capacidade para aprender de forma autônoma e crítica para exercitar suas atividades profissionais, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico;

- Comprometimento com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critérios humanísticos, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos e legais; e
- Comprometimento em dirimir conflitos socioambientais com ética, respeito às diferenças étnica e territoriais, com princípio da justiça sob a luz da ciência.

As Diretrizes Curriculares Nacionais recomendam para a educação no Brasil, que o processo de ensino/aprendizagem deve ser centrado no desenvolvimento de habilidades e competências por parte do aluno, demonstrando claramente um conjunto das atividades previstas de tal forma que assegure o perfil desejado de seu formando e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas. O perfil profissional almejado para o Bacharel em Gestão Ambiental da Ufopa será focado nas seguintes competências e habilidades:

- Reconhecer e definir, por meio de metodologias participativas, os problemas socioambientais existentes nos processos produtivos, nos conflitos pelo acesso e uso dos recursos ambientais e nas demais questões que implicam em relações com o ambiente;
- Compreender as inter-relações entre as múltiplas dimensões do conhecimento e da realidade que afetam a realidade ambiental dos processos produtivos, que geram conflitos pelo acesso e uso dos recursos ambientais e as demais questões que implicam em relações com o ambiente ao se buscar estruturas sociais sustentáveis;
- Atuar em grupos interdisciplinares, proporcionando um aprendizado contínuo, compartilhado e abrangente por toda a organização ou projeto;
- Compreender de maneira aprofundada as questões ambientais dentro das organizações, buscando inovações nos modelos de gestão ambiental a serem implementados;
- Contribuir para a formulação, execução, acompanhamento, análise e avaliação de planos, programas, projetos e atividades na área de gestão ambiental como, por exemplo: programas de gerenciamento de resíduos, de saneamento, de recursos hídricos, de áreas naturais protegidas, políticas públicas e difusão de tecnologias;
- Conceber, desenvolver, implementar e documentar estudos de impacto ambiental (EIA) e relatórios de impacto ambiental (RIMA);
- Conceber, desenvolver, implementar, documentar, certificar e auditar sistemas de qualidade tipo série 14000, Certificação Florestal FSC, entre outros;
- Conhecer e monitorar na organização de vínculo a aplicação das leis e regulamentos, que regem as relações da sociedade com o ambiente;
- Promover processos de educação ambiental formal, informal e não formal em organizações e comunidades;
- Conduzir pesquisa, estudo, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle de trabalhos nos campos das ciências ambientais;
- Adequar as tecnologias existentes e criar tecnologias ambientais para a região oeste do Pará e para as comunidades existentes nesta região;
- Assessorar e administrar entidades voltadas para a defesa de interesses socioambientais; e

- Exercer atividades de docência e pesquisa na área de Gestão Ambiental, em particular, e na área ambiental, em geral.

2.7 METODOLOGIA DO CURSO

De forma singular, os métodos de um curso são a forma como se pretende ensinar, mas ao contrário do que possa parecer não se limita às técnicas, estratégias e recursos utilizados. Para propor as bases metodológicas do Bacharelado em Gestão Ambiental levou-se em consideração a especificidade deste curso, as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de bacharelado, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além dos objetivos e o perfil do egresso, tal como foram traçados em seu projeto pedagógico. Os métodos de ensino adotados pelos docentes do Bacharelado em Gestão Ambiental consistem fundamentalmente em ensino de teorias e práticas. As teorias são ministradas, geralmente, por meio de aulas expositivas e as práticas através de desenvolvimento de atividades no campo e nos laboratórios. Os conteúdos das disciplinas são complementados por visitas técnicas a empresas com atividades relacionadas ao curso, bem como aos centros de pesquisas estaduais e federais. Trabalhos extraclasse contemplam conteúdos teóricos e práticos e podem ser desenvolvidos na biblioteca.

Com o intuito de integralizar o ensino, a pesquisa e a extensão, são executadas no curso atividades complementares visando garantir o aproveitamento e maior oportunidade de estudo, de modo a contribuir para melhor qualificação do discente, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional. Nesse sentido, além das atividades de estágios não obrigatórios, participação em eventos científicos, técnicos e culturais, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, cursos realizados em áreas afins e oficinas para aquisição e aprimoramento de competências, constam das atividades complementares a realização de monitoria e de mobilidade interna e externa temporária, que, na Ufopa, são implementadas sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, através do Programa de Monitoria Acadêmica (PMA).

2.8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.8.1 Estrutura curricular

O Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental foi estruturado para ser finalizado em no mínimo quatro anos, e no máximo seis anos. Para obter o título de Bacharel em Gestão Ambiental, o discente deverá cumprir um total de 3.170 horas relativas ao currículo pleno, incluindo as horas das atividades complementares.

O currículo está organizado para ser desenvolvido em oito semestres, com possibilidade de aulas nos turnos matutino, vespertino e noturno (no caso da formação em percurso pelo Bicta) e somente noturno (após a progressão para a formação específica do Bacharelado em Gestão Ambiental). As atividades acadêmicas do perfil de formação estão dispostas em forma sequencial, com a necessária flexibilidade para adequar-se às necessidades regionais e seus problemas específicos. Os componentes curriculares são ministrados em aulas teóricas e práticas com cargas horárias destinadas a cada uma, conforme as particularidades de cada componente.

A grade curricular do curso está estruturada com a seguinte composição: disciplinas obrigatórias em 2.400 horas, disciplinas optativas em 180 horas, Atividades Complementares em 100 horas, Estágio Curricular Supervisionado em 100 horas, Trabalho de Conclusão de Curso 90 horas.

Os componentes curriculares do Bacharelado em Gestão Ambiental estão distribuídos em duas etapas. A primeira, denominada Formação Interdisciplinar, comum aos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas, Bacharelado em Gestão Ambiental e Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental, que totaliza 1.470 horas. Na segunda etapa ocorre a oferta das disciplinas específicas para a caracterização e identidade do Bacharel em Gestão Ambiental, totalizando 1.700 horas. Nesta é realizada a consolidação dos conhecimentos básicos, técnicos e científicos, essenciais na formação profissional do Gestor Ambiental.

O curso oferece disciplinas optativas e trabalha as unidades curriculares de Educação Ambiental, Educação Étnico Racial, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Direitos Humanos de modo transversal nos diversos componentes curriculares do curso e nas atividades complementares. A Educação Ambiental é oferecida na forma de disciplina obrigatória no sexto semestre do curso e de modo transversal, especialmente nas disciplinas: Gestão de Unidades de Conservação, Avaliação de Impactos Ambientais, Sistema de Gestão Ambiental, Planejamento Ambiental, Gestão Ambiental no Turismo, Gestão de Áreas Verdes e Tópicos especiais em Gestão Ambiental.

A inclusão da Educação Étnico Racial, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos é um momento histórico que objetiva mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, e ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nessa perspectiva incluem-se, no contexto dos estudos, atividades que abordem as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das raízes africanas e europeias em componentes como:

Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Gestão de Unidades de Conservação, Ética, Legislação Ambiental e Tópicos especiais em Gestão Ambiental.

A articulação do ensino com a pesquisa e a extensão neste curso ocorre através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic, do Programa Institucional de Bolsa de Extensão – Pibex associados aos projetos de pesquisa e extensão dos docentes do curso. Essas atividades podem ser computadas no curso como atividades complementares, com carga horária mínima obrigatória de 100 (cem) horas, avaliadas por comissão específica.

Como demonstrado, os conteúdos a serem desenvolvidos nos componentes curriculares, mostram-se atuais com a realidade, integrados e com adequadas cargas horárias e bibliografias.

2.8.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação

A matriz curricular do curso é apresentada nos Quadros 1 e 2. Na Tabela 1 são discriminados a distribuição da carga horária total.

Quadro 1. Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL							
1° SEMESTRE	2° SEMESTRE	3° SEMESTRE	4° SEMESTRE	5° SEMESTRE	6° SEMESTRE	7° SEMESTRE	8° SEMESTRE
Introdução ao Saneamento e Gestão Ambiental (45h)	Hidroinformática (60h)	Geoinformação aplicada (60h)	Biotecnologia (60h)	Avaliação de Impactos Ambientais (60h)	Gestão do Ambiente do Trabalho (45h)	Sistema de Gestão Ambiental (60h)	Gestão de Águas Residuárias (45h)
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (60h)	Legislação Ambiental (60h)	Química Geral (60h)	Qualidade da água (60h)	Tecnologias Limpas (45h)	Planejamento Ambiental (60h)	Gestão de Projetos e Processos Gerenciais (45h)	Estatística Aplicada a Ciências Ambientais (60h)
Metodologia do Trabalho Científico (45h)	Meteorologia e Climatologia (60h)	Poluição de Ambientes Aquáticos (60h)	Gestão de Resíduos (60h)	Ética (30h)	Ecologia da Paisagem (45h)	Gestão Ambiental no Turismo (45h)	Monitoramento Ambiental (60h)
Fundamentos de Cálculo (60h)	Geologia Geral (60h)	Limnologia (60h)	Gestão de Unidade de Conservação (45h)	Empreendedorismo (45h)	Educação Ambiental (45h)	Gestão de Riscos Ambientais (45h)	Estágio Supervisionado obrigatório (100h)
Ecologia Geral (60h)	Estatística Aplicada (60h)	Hidrologia (60h)	Química Ambiental (60h)	Inovação e Meio Ambiente (45h)	Gestão da Qualidade do Ar (60h)	Economia Ambiental (45h)	TCC II (45h)
Biologia Geral (60h)	Física Geral (60h)	Solos (45h)	Gestão de Bacias Hidrográficas (60h)	Gestão de Áreas Degradadas (45h)	Gerenciamento de Resíduos Sólidos (45h)	TCC I (45h)	Atividades complementares (100h)
Teoria Geral da Administração (45h)	Optativa I (60h)	Optativa II (60h)	Optativa III (60h)	Práticas Integradoras de Extensão (60h)	Práticas Integradoras de Extensão (30h)	Práticas Integradoras de Extensão (60h)	Atividades Integradoras de Extensão (150h)
375h	420h	405h	405h	330h	330h	345h	560h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3.170 h							

Quadro 2. Componente curriculares optativos do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas e do Bacharelado em Gestão Ambiental.

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVAS – BGA			
Direito das Águas (45 h)	Evolução Quaternária da Amazônia (60 h)	Hidrossedimentologia (60 h)	Logística Reversa (60 h)
Políticas Públicas em Meio Ambiente e Recursos Hídricos (60 h)	Revisão Cienciométrica Ambiental (45 h)	Biomonitoramento de Ecossistemas Aquáticos (60 h)	Biologia e Ecologia de Insetos Aquáticos (45 h)
Gestão Urbana (60 h)	Gestão de Recursos Não Madeireiros (45 h)	Gestão Ambiental no Agronegócio (45 h)	Metodologias para Estudos Socioambientais (60 h)
Gestão de Áreas Verdes (45 h)	Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (60 h)	Libras (30 h)	Tópicos especiais em Gestão Ambiental (60 h)
Fundamentos de Ciências e Tecnologia das Águas (60 h)	Introdução à Propriedade Intelectual, Prospecção Tecnológica, Transferência de Tecnologia e Inovação (60 h)	Perícia Ambiental (60 h)	

Tabela 1. Detalhamento da carga horária do curso Bacharelado em Gestão Ambiental

	Carga Horária Total
Carga horária de componentes curriculares obrigatórios	2.400
Carga Horária de componentes curriculares optativas	180
Carga Horária de Estágio	100
Carga Horária de Atividades Complementares	100
Carga Horária de TCC	90
Atividades de Extensão/Práticas Integradoras de Extensão	300
Carga Horária Total do Bacharelado em Gestão Ambiental	3.170

2.8.3 Conteúdos Curriculares

O curso de graduação em Gestão Ambiental segue a orientação geral da Ufopa, considerando o perfil do egresso, e a sua inserção no mercado de trabalho. A organização da estrutura curricular contempla os conteúdos básicos, os profissionais e os específicos, dentro das atividades multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares necessárias para o efetivo desenvolvimento das competências e habilidades exigidas no perfil do egresso.

Os conteúdos básicos, imprescindíveis para todas as habilitações e ênfases do curso, são: física; química, matemática, biologia, estatística, administração, empreendedorismo; tecnologia; informática; sociedade e natureza; hidrologia, geologia, clima, avaliação de impactos ambientais e metodologia científica. Estes são trabalhados na primeira etapa do curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas).

Os componentes curriculares da segunda etapa (obrigatória para os discentes que buscam a formação em Gestão Ambiental), abordam temáticas como educação ambiental, sustentabilidade, recursos naturais, biodiversidade, recuperação de áreas degradadas, bioeconomia, clima, poluição das águas, do solo e do ar, resíduos sólidos, legislação e direito ambiental, avaliação e monitoramento de riscos, e instrumentos de gestão ambiental urbana e rural.

Os componentes Atividades de extensão e Práticas integradoras de extensão proporcionará aos discentes a realização de atividades curriculares, de extensão ou de aproximação profissional, a fim de proporcionar vivências relativas ao campo de formação em Gestão Ambiental, podendo oportunizar ações junto à comunidade, ou de caráter social, como projetos e ações com a comunidade. A Resolução nº 301/2019, estabelece a realização de ações de extensão obrigatória para todos os estudantes dos cursos de graduação da Ufopa, com no mínimo 10% (dez por cento) de carga horária destinada à atuação em ações de extensão nos respectivos currículos, em relação à carga horária total do curso.

As disciplinas optativas (I, II, III, IV e V) permitem aos alunos a flexibilidade e a autonomia no processo de construção do conhecimento, pois estes poderão conhecer ou se aprofundar em conteúdos referentes a sua área de maior afinidade ou interesse de atuação.

As atividades curriculares propostas constituem-se de componentes curriculares e atividades de pesquisa, ensino e extensão guardando a coerência em seus objetivos e conteúdo que caracterizam níveis de aprofundamento progressivo da formação acadêmica e estruturam o currículo na sua forma geral. A realização de Estágio Curricular Supervisionado ao final do

curso proporcionará ao aluno a concatenação do conhecimento auferido com a realidade e a necessidade da sociedade em que ele participa. O desenvolvimento do empreendedorismo deverá ser incentivado desde os componentes curriculares iniciais até a finalização do curso de forma integrada e interdisciplinar.

O curso oferece disciplinas optativas e trabalha as componentes curriculares de Educação Ambiental, Educação Étnico Racial, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Direitos Humanos de modo transversal nos diversos componentes curriculares do curso e nas atividades complementares.

Os conteúdos a serem desenvolvidos nos componentes curriculares mostram-se atuais com a realidade, integrados e com adequadas cargas horárias e bibliografias.

2.8.4 Ementário e Bibliografias

O ementário das disciplinas obrigatórias e optativas encontra-se no ANEXO 2.

2.8.5 Extensão Universitária

Considerando a Resolução Consep/Ufopa nº 401 de 2023, a Política Nacional de Extensão, a Lei nº 13.005 de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024, e a Resolução CNE/CES nº 7 de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005 de 2014, o Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental destinará 300 horas de sua carga horária total para as componentes curriculares denominadas Atividades Integradoras de Extensão e Práticas Integradoras de Extensão. Sendo 150 horas são para a primeira e 150 horas para a segunda. As Atividades Integradoras de Extensão serão creditadas por meio de comprovações de atividades realizadas pelos discentes, já as Práticas Integradoras de Extensão serão creditadas mediante a aprovação do discente neste componente. A componente Atividades de Extensão permite a contabilização de carga horária relativa a ações de extensão vinculadas a qualquer Unidade Acadêmica da Ufopa ou de outra Instituição de Educação Superior, e realizadas durante todo o período do curso.

De acordo com a Resolução Consep nº 401, de 07 de março de 2023, as componentes curriculares de Práticas Integradoras de Extensão serão destinadas ao desenvolvimento de ações práticas de extensão orientadas por um ou mais docentes, a serem integralizadas paralelamente aos demais componentes curriculares do período de oferta, não podendo ultrapassar 60 horas

por período letivo e podem corresponder até 50% da carga horária total de extensão necessária para integralização do curso.

2.8.6 Atividades Complementares

As atividades complementares têm por objetivo permitir a flexibilização curricular e a integração das atividades acadêmico-científicas e culturais desenvolvidas pelos discentes. São componentes curriculares que possibilitam, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do discente, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico. As atividades complementares do Bacharelado em Gestão Ambiental devem somar a carga horária mínima obrigatória de 100 horas e serem registradas e integralizadas até o último semestre.

O desenvolvimento das atividades complementares é item obrigatório de responsabilidade do discente, com apoio da coordenação do curso que orienta os discentes ao longo dos semestres. Também contribui neste processo os eventos e ações relacionadas aos aspectos da educação ambiental e diversidade cultural, especialmente às que tratam os seguintes documentos: Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto nº. 4281, de 25/06/2002, Lei 10.639/2003, Lei 11.645/2008, Resolução CNE/CP 1/2004, e o Parecer CNE/CP 3/2004.

As atividades complementares do Bacharelado em Gestão Ambiental são constituídas de sete eixos (modalidade), de acordo com o Regulamento de Creditação de Atividades Complementares (ANEXO 3), a saber:

- Ensino - participação em atividades de monitoria remuneradas ou voluntárias em instituições públicas e privadas; Realização de estágio não obrigatório, como complementação da formação acadêmico-profissional; Participação do acadêmico em cursos de aprimoramento de ensino, em áreas afins do curso; Frequência e aprovação a disciplinas não pertencentes ao currículo pleno, oferecidas pelos Institutos da Universidade Federal do Oeste do Pará, e desde que sejam em áreas afins do curso.
- Pesquisa - participação em atividades de iniciação científica (bolsistas ou voluntários), em pesquisas existentes nos cursos de graduação e/ou pós-graduação da Ufopa; Apresentação de trabalhos em eventos científicos e publicação de artigos relativos às áreas afins do curso.
- Extensão - participação como voluntário ou bolsista em atividades de extensão promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão, Colegiado de cursos e docentes.
- Eventos de natureza artística, científica ou cultural - participação do acadêmico em congressos, semanas acadêmicas, seminários, palestras, conferências, feiras, fóruns, oficinas/workshops e intercâmbio cultural.

- Capacitação – participação em cursos de capacitação a distância, curso de informática/línguas, estágios.
- Empreendedorismo – participação da Gestão de Empresa Jr, fazer parte de projeto da Empresa Jr;
- Representação Estudantil - exercício de cargos de representação estudantil em órgãos colegiados da Universidade Federal do Oeste do Pará, no mínimo, 75% de participação efetiva no mandato.

Além dessas, os discentes poderão participar de outras atividades de aprendizado de novas tecnologias de ensino e ações correlatas à sua área de estudo de forma a permitir a integralização de seu curso de graduação, desde que seja comprovada uma carga horária mínima de quatro horas. Dentro da carga horária prevista para as atividades complementares, o discente deverá realizar, obrigatoriamente, pelo menos duas (2) modalidades diferentes de atividades de formação acadêmico-científico-cultural.

Para contagem e validação de créditos, serão consideradas as pontuações estabelecidas na Ficha de Registro de atividades complementares. As atividades previstas e que não estão previstas na referida ficha serão avaliadas pela Comissão de atividades complementares, pelo cômputo dos créditos para, após análise, atribuir a pontuação correspondente à atividade realizada pelo acadêmico.

Para o eixo Pesquisa, será atribuída à carga horária de 60 horas, ao trabalho aceito para publicação ou publicado em revista científica indexada, sendo o acadêmico primeiro autor, e de 20 horas, ao acadêmico como segundo autor em diante; aos resumos expandidos em eventos científicos nacionais ou internacionais e aos resumos em eventos internacionais, serão atribuídas 30 horas, sendo o acadêmico primeiro autor, e 10 horas, como segundo autor em diante; aos resumos em eventos nacionais, serão atribuídas 15 horas ao acadêmico, sendo primeiro autor, e 8 (oito) horas como segundo autor em diante.

2.8.7 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório é uma atividade interdisciplinar curricular, abrangendo diversas áreas do conhecimento do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental. Os discentes podem desenvolver atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas pela participação em situações reais da vida, do trabalho e do seu meio, desde que realizadas junto às pessoas jurídicas de direito público ou privado, que apresentem condições para o pleno desenvolvimento do estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório é coordenado pelo Núcleo de Estágio (NE) do ICTA (Portaria N° 15/2021 – ANEXO 4), formado pelo Diretor do Instituto e pelos docentes de estágio dos cursos de graduação do ICTA, sendo um destes o coordenador do núcleo. Este é regido pelas diretrizes gerais fixadas pela Ufopa por meio da Instrução Normativa N° 006/2010. O ICTA também possui o Regulamento para a Creditação do Estágio Curricular Obrigatório (ANEXO 5).

No Regimento de Graduação da Ufopa (Resolução n° 331/2020) “considera-se estágio o ato educativo acadêmico supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, previsto no PPC como parte integrante do itinerário formativo do discente”. O estágio visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. São objetivos do estágio curricular na Ufopa: a) Aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e atividades específicas ou associadas à área de formação, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho; b) Ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais; c) Desenvolvimento de habilidades práticas e aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas à sua formação; e d) Desenvolvimento de habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional.

O Estágio Curricular Supervisionado requer planejamento, acompanhamento e avaliação constante por parte de um docente-orientador de estágio, vinculado ao NE do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, com carga-horária destinada para este fim (4 horas semanais), e um supervisor de estágio (nomeado pela concedente), vinculado à empresa/órgão onde o discente realizará seu estágio.

O estágio deve ser cumprido na forma de uma ou mais atividades acadêmicas (monitoria, iniciação científica e mobilidade acadêmica externa nacional e internacional), compreendendo 100 horas efetivas de estágio, sendo de 4-8 horas diárias ou 20-40 horas semanais, a ser desenvolvido no oitavo semestre do curso para aprovação e obtenção do diploma.

Atividades de monitoria, iniciação científica e mobilidade acadêmica externa nacional e internacional podem creditar 100% da carga horária necessária ao Estágio Curricular Supervisionado. Nesse caso, a mesma carga horária não poderá ser lançada como atividade complementar.

O discente estará apto para realizar o Estágio Curricular Supervisionado quando estiver de acordo com as normativas de estágio no qual vincula, dentre alguns critérios: estar

regularmente matriculado e com aprovação de no mínimo 75% dos componentes curriculares do curso.

No caso das atividades de monitoria, iniciação científica e mobilidade acadêmica externa nacional e internacional serem aproveitadas como Estágio Curricular Supervisionado, o seu aproveitamento deverá ser solicitado mediante requerimento ao Núcleo de Estágio do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental para sua avaliação, homologação e recomendação para crédito de carga horária.

As instituições concedentes do estágio devem oferecer condições efetivas para o estágio aos discentes, e deverão estar revestidas na forma legal como pessoas jurídicas de direito privado, público ou de economia mista e tenham formalizado convênio com a Ufopa.

Entretanto, visando resguardar os direitos e os deveres do discente da Ufopa e da instituição/órgão onde será realizado o estágio, este somente poderá ser iniciado nas seguintes condições:

- Se as atividades desenvolvidas pelo discente forem compatíveis à sua formação acadêmica;
- Se houver compatibilidade da jornada de estágio com o horário do curso;
- Após assinatura de convênio entre a Ufopa e pessoa jurídica da concedente do estágio;
- Após assinatura de um Termo de Compromisso (visando o planejamento e avaliação das atividades) entre o discente e a instituição concedente, com o acompanhamento do Núcleo de Estágio do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental;
- Se for definido um profissional responsável pela supervisão direta do estagiário;
- Se for emitida apólice de seguro de vida e acidentes pessoais a favor do discente.

No momento a Ufopa possui convênio com aproximadamente 136 (cento e trinta e seis) instituições e empresas onde o discente poderá realizar o estágio curricular supervisionado obrigatório. A Universidade também está conveniada a 18 (dezoito) Agentes de Integração, que recebem os seus discentes, como: Agência de Integração Empresa Escola – AGIEL, Centro de Integração Empresa – Escola – CIEE, Fundação ULBRA – Instituto FULBRA Estágios – FULBRA, Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional Pará – IEL/PA, NUBE - Núcleo Brasileiro de Estágios Ltda, Super Estágios Ltda e USINA DE TALENTOS – Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda – ME.

A Ufopa proporciona aos estudantes regularmente matriculados a oportunidade de realizar estágio curricular nos órgãos da administração direta (Secretarias de Estado - 07) e

entidades autárquicas (7 entidades) e fundacionais (7 fundações) do Estado do Pará, doravante denominados Órgãos/Entidades Concedentes.

A lista de instituições, empresas, órgãos da administração direta, autarquias e fundações com as quais a Ufopa possui convênio e nas quais o discente poderá realizar o estágio curricular está disponível no Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas - SIGAA da Ufopa.

A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será periódica, com apresentação de relatório parcial e final, de acordo com as normas dos Projetos Pedagógicos do Curso, objetivando a qualidade do processo de formação acadêmico-profissional do aluno e as condições da Instituição Concedente para o amplo desenvolvimento das atividades de Estágio. Para melhor desenvolvimento das atividades, deverá ser elaborado um Plano de atividades para o estagiário, em conjunto com o Professor-Orientador de Estágio, o Supervisor de Estágio e o Discente.

Após a integralização das atividades do estágio curricular supervisionado obrigatório o discente deverá elaborar o Relatório Final de Estágio, o qual deverá ser encaminhado para a comissão de estágio do curso, para aprovação e integralização.

2.8.8 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação é uma atividade curricular obrigatória, com objetivo de sistematizar o conhecimento de natureza científica e tecnológica, por meio de estudo de um determinado tema.

O TCC do Bacharelado em Gestão Ambiental é coordenado pela Comissão de TCC do curso (ANEXO 6) e regido pelas diretrizes gerais fixadas pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Resolução Ufopa nº 27/2013) e normas estabelecidas pela comissão.

O TCC do Bacharelado em Gestão Ambiental é composto por dois componentes curriculares, o TCC I (45 h) e o TCC II (45 h), ambos com caráter teórico e prático, que compreende a elaboração, execução, análise de dados e produção de uma monografia. O TCC deve considerar as temáticas do curso, a partir da proposta do discente, com a concordância do seu orientador. O TCC I (45 h) abordará sobre normas para redação de trabalhos de conclusão de curso, elaboração de projeto de TCC com base em textos teórico-metodológicos e seu respectivo calendário de prazos. O TCC II (45 h) versará sobre a elaboração, execução, análise de dados e produção de um trabalho final de conclusão de curso.

O TCC será orientado por docente da Universidade Federal do Oeste do Pará devidamente credenciado pela Comissão de TCC, vinculada à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. Será facultada a participação de membros externos à instituição, na condição de coorientador, desde que tenha competência na área de abrangência do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas - ICTA.

Na falta de docente disponível para orientação, poderá a Comissão de TCC do curso, sugerir um professor orientador disponível no ICTA ou em outras Unidades Acadêmicas da Ufopa, desde que acordada entre as partes envolvidas. A substituição de orientador/aluno, deverá ser realizada por parte do interessado, mediante memorando à Coordenação do curso, devidamente justificado em até 1/3 do início do componente curricular (TCC).

A monografia envolve uma pesquisa técnico-científica, de caráter teórico e exploratório, desenvolvido preferencialmente de forma individual ou em dupla, a partir da combinação de conhecimentos adquiridos nos componentes curriculares e demais práticas integradoras e complementares do curso, obedecendo, na sua estrutura formal, às normas técnicas do curso.

O TCC é considerado concluído após sua defesa em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros avaliadores mais o orientador como presidente da banca (sem direito a avaliação), com titulação mínima de mestre, admitindo-se a possibilidade de um membro externo. O TCC é avaliado de 0 a 10 pontos (6,0 trabalho escrito, 4,0 apresentação oral), sendo a nota final resultante da média aritmética das notas atribuídas pelos dois avaliadores. É considerado aprovado no TCC, o discente que alcançar nota final igual ou superior a 6,0 (seis). A defesa do TCC ocorre mediante apresentação de memorando encaminhado à Comissão de TCC, pelo respectivo orientador, entregue conjuntamente à versão digital da monografia. A versão final deve ser entregue por meio eletrônico para fins de arquivamento, no instituto, com cópia para o acervo da Biblioteca da Ufopa

2.8.9 Formação Básica Indígena

Trata-se de um projeto pioneiro de formação inicial de graduandos indígenas que ocorre no Instituto de Formação Intercultural e Interdisciplinar da Ufopa, este projeto deve-se a um conjunto de fatores, dentre os quais, destaca-se o posicionamento geográfico estratégico na Amazônia Legal - por estar localizado na parte central, com grande proporção de área de florestas protegidas, tanto em Unidades de Conservação quanto em Terras Indígenas. Estima-se que nos 10 (dez) municípios da área de atuação direta (AAD) da Ufopa, que compreende os municípios de Alenquer, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Monte Alegre,

Óbidos, Oriximiná e Santarém vivem cerca de 100 (cem) mil pessoas que se auto identificam como indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhas.

Segundo a Resolução nº 194/2017 a Formação Básica Indígena corresponde ao processo de formação básica inicial, em ensino superior, destinada aos alunos indígenas provenientes do Processo Seletivo Especial Indígena. Com duração de dois semestres, a formação contempla conteúdo das seguintes áreas: Ciências exatas, Ciências humanas, Tecnologias e Letras - Língua portuguesa, desenvolvidas por meio de ações de ensino e extensão, totalizando 560h de atividades (Tabela 2).

Tabela 2. Componentes curriculares da Formação Indígena.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE
Primeiro Semestre		
Introdução à Metodologia Científica	60	Disciplina
Tecnologias	30	Disciplina
Língua Portuguesa I	60	Disciplina
Fundamentos de Matemática I	60	Disciplina
Segundo Semestre		
Língua Portuguesa II	60	Disciplina
Fundamentos de Matemática II	60	Disciplina
Povos Indígenas no Brasil	40	Disciplina
Conflitos Socioambientais na Amazônia	30	Disciplina
Direitos Humanos e direitos Indígenas	40	Disciplina
Pensamento Científico Intercultural	30	Disciplina
Elaboração de Projeto	30	Projeto
Atividades Complementares Ensino/pesquisa/ extensão	60	Projetos e Ações

Processo Seletivo Especial Indígena oferece até duas vagas por curso de graduação especificamente para indígenas. Para se inscrever nele não é necessário ter realizado a prova do Enem.

Esta formação tem o objetivo de mensurar a proficiência em Ciências Exatas, Humanas Tecnologias e Letras, dos estudantes recém-ingressados na Ufopa, por meio de Processo Seletivo Especial Indígena, visando proporcionar a excelência acadêmica destes, com expectativas na diminuição da retenção e evasão universitária.

Tal ação é fruto de um conjunto de motivações: presença significativa dos povos indígenas no oeste do Pará e na Amazônia, pressão dos movimentos sociais, ampliação e consolidação de ações afirmativas nas universidades brasileiras.

2.8.10 Requisitos Legais e Diretrizes Curriculares Nacionais e do Regimento de Graduação da Ufopa

a) Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

No Bacharelado em Gestão Ambiental a inclusão da Educação Étnico Racial, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos objetiva mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, e ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nessa perspectiva incluem-se, no contexto dos estudos, atividades que abordem as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes asiáticos, além das raízes africanas e europeias em componentes como: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Gestão de Unidades de Conservação, Ética, Legislação Ambiental e Tópicos especiais em Gestão Ambiental.

b) Educação ambiental

No Bacharelado em Gestão Ambiental a Educação Ambiental é oferecida na forma de disciplina obrigatória no sexto semestre do curso e de modo transversal, especialmente nas disciplinas: Gestão de Unidades de Conservação, Avaliação de Impactos Ambientais, Sistema de Gestão Ambiental, Planejamento Ambiental, Gestão Ambiental no Turismo, Gestão de Áreas Verdes e Tópicos Especiais em Gestão Ambiental, Legislação Ambiental, Gestão de resíduos sólidos e Gestão Ambiental do Turismo. As Práticas e Atividades Integradoras de Extensão sempre trabalham a Educação Ambiental com a comunidade acadêmica e externa da Ufopa.

c) Desenvolvimento sustentável

A temática do desenvolvimento sustentável, é fundamental ao Bacharelado em Gestão Ambiental, sendo trabalhada em várias unidades curriculares que elencam a discussão da temática, em suas diferentes dimensões, e segue ao longo do curso de modo transversal, especialmente nas disciplinas: Gestão de Unidades de Conservação, Avaliação de Impactos Ambientais, Sistema de Gestão Ambiental, Planejamento Ambiental, Gestão Ambiental no Turismo, Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Gestão de Áreas Verdes e Tópicos Especiais em Gestão Ambiental, Legislação Ambiental, Economia, Gestão de Resíduos Sólidos,

Recuperação de Áreas Degradadas, Tecnologias Limpas, Gestão de Bacias Hidrográficas e outras.

d) Educação em direitos humanos

No Bacharelado em Gestão Ambiental, a temática Educação para os direitos humanos é contemplada diretamente nas disciplinas Sociedade Natureza e Desenvolvimento e Ética. Como é um tema que diz respeito aos direitos fundamentais, se conectam com as disciplinas que abordam a educação e a sustentabilidade ambiental, as questões sobre diversidade socio racial, assim também fazem parte das discussões das disciplinas Gestão de Unidades de Conservação, Projetos Ambientais e Legislação Ambiental.

e) Língua Brasileira de Sinais

A temática Libras (Língua Brasileira de Sinais) é contemplada nas atividades de extensão voltadas aos processos de inclusão das PcD. Uma das atividades que o egresso poderá participar é o Sarau de Libras, já em sua segunda edição como evento institucional da Ufopa. O estudante do Bacharelado em Gestão Ambiental poderá cursar a disciplina Libras no Instituto de Ciências da Educação (ICED), na condição de unidade curricular optativa. O aluno falante de Libras, pode solicitar intérprete que facilite sua participação nas aulas e a Ufopa faz seleção de Monitorias para acompanhar esses discentes e os leitores de Braille.

f) Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista

A temática da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista parte da caracterização clínica presente na Lei nº 12.764 (de 27 de dezembro de 2012). A Ufopa tem buscado tratar o autismo visando estabelecer um espaço acolhedor a partir de ações junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo em educação. As iniciativas de capacitação da comunidade acadêmica a compreender e a lidar com transtorno do espectro autista de forma a garantir o ingresso e permanência deste discente. As ações do Bacharelado em Gestão Ambiental ocorrem em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) e demais unidades acadêmicas, e inclui o encaminhamento de estudantes com indicativo de transtorno para serem sujeitos a um diagnóstico realizado pelos profissionais da saúde.

2.8.11 Programa de Monitoria Acadêmica da Ufopa

O Programa de Monitoria Acadêmica da Ufopa é uma ação institucional direcionada ao fortalecimento dos cursos de graduação e incentivo ao desenvolvimento de metodologias, recursos didáticos, procedimentos, avaliações e tecnologias voltados para o ensino e aprendizagem na graduação, envolvendo docentes e discentes, respectivamente, na condição de orientadores e monitores, a ser efetivado por meio de projetos de monitoria e projetos de ensino integrados. São objetivos do Programa de Monitoria:

- Contribuir para a melhoria do ensino de graduação, através das práticas existentes e da implementação de novos instrumentos, novas práticas e experiências pedagógicas;
- Criar condições de aprofundamento de conteúdos teóricos e práticos para o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à atividade docente;
- Contribuir para o processo de formação graduada, no despertar à docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação docente, bem como estimular o senso de responsabilidade, autonomia, cooperação, satisfação em ampliar conhecimentos e empenho nas atividades acadêmicas;
- Promover maior interação entre os discentes e os docentes.

Os Projetos de Monitoria podem envolver um ou mais componentes curriculares dos Cursos, executados através de Plano de Monitoria. Entende-se por Projeto de Monitoria, o conjunto de objetivos, políticas e atividades relacionadas à monitoria, devendo estar de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso já o Plano de Monitoria é o conjunto discriminado de atividades acadêmicas, propostas pelo docente orientador, a ser realizado pelo discente monitor no período de execução do projeto aprovado, sendo parte integrante do Projeto de Monitoria.

As bolsas serão concedidas em número compatível com os recursos financeiros disponíveis à PROEN. Todas as informações com editais atualizados são disponibilizadas no site da Pró-Reitoria (<http://www.ufopa.edu.br/proen/diretoria-de-ensino/programa-de-monitoria-2/>).

Com o objetivo de estabelecer critérios, realizar seleções para os programas institucionais de monitoria e mobilidade acadêmica externa, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação dos alunos participantes de tais programas, o Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas dispõe de uma comissão (Portaria N° 11/2020) composta por todos os coordenadores de subunidade, inclusive o do Bacharelado em Gestão Ambiental.

2.8.12 Empresa Júnior dos Cursos de Bacharelado em Gestão Ambiental e Engenharia Sanitária e Ambiental

A ESAM JR - Engenharia e Serviços Ambientais, Empresa Junior dos cursos de Gestão Ambiental e Engenharia Sanitária e Ambiental do ICTA/Ufopa, constitui-se em uma associação civil, sem fins lucrativos, com **CNPJ n° 19.259.160/0001-88**. Formada por graduandos e professores (que orientam na realização dos projetos) dos referidos cursos. Tem por finalidade proporcionar aos seus membros as condições necessárias à aplicação prática de seus conhecimentos teóricos na área de sua formação profissional, possibilitando ao acadêmico um aprofundamento nas diversas áreas abrangidas pelos cursos, fornecer os meios para a aproximação da Universidade/Empresa e incentivar a capacidade empreendedora de seus membros, dando-lhes uma visão profissional ainda dentro da universidade.

2.9 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As modificações ocasionadas nos processos de desenvolvimento, e suas consequências na democracia e cidadania, convergem para uma sociedade caracterizada pela importância crescente dos recursos tecnológicos e pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com impacto nas relações sociais, empresariais e nas instituições. É a denominada Sociedade da Informação e do Conhecimento que cogita uma capacidade constante de inovação.

Na educação superior, é notória a progressiva aplicação e abrangência das TICs, sobretudo com o uso da Internet nos diferentes componentes curriculares. A inserção de novas tecnologias no ensino de graduação deve perseguir uma educação de qualidade. Com a difusão e o uso de novas TICs nas práticas educacionais, ocorreram mudanças na produção de materiais didáticos e nas metodologias de ensino-aprendizagem. Os materiais didáticos produzidos com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação permitem que, no processo de ensino-aprendizagem, professores, tutores e alunos tenham mais interatividade. A Ufopa incentiva a incorporação de diversas possibilidades das novas tecnologias tais como: áudios, vídeos e textos digitalizados e disponibilizados em meios eletrônicos, utilização de blogs, listas de discussão online, redes sociais, chats, fóruns entre outros.

O Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) é um Órgão Suplementar da Ufopa, voltado ao planejamento e desenvolvimento de serviços de TICs dando apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão; além das atividades administrativas e de gestão da Universidade.

Cabe ao CTIC a execução das ações necessárias, planejadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), para a implantação de soluções de TICs para toda a comunidade da Ufopa, visando à otimização dos processos na Universidade e a otimização dos serviços prestados à comunidade. Também compete ao CTIC o gerenciamento dos serviços de TICs da Instituição, seguindo as melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais de Governança de Tecnologia da Informação.

O curso de Bacharelado em Gestão Ambiental conta com acesso a diferentes tipos de ferramentas de TICs para interação com os discentes e mediação do processo de aprendizagem. Dentre as possibilidades implantadas estão os módulos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que hospeda as turmas e outras funções para a comunidade acadêmica e o acesso à contas da plataforma Google Sala de Aula, que permite o compartilhamento de materiais para as turmas.

2.10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

2.10.1 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

O procedimento de avaliação do processo de ensino-aprendizagem do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental segue as diretrizes do Regimento de Graduação da Ufopa estabelecido pela Resolução nº 331/2020.

A avaliação da aprendizagem é um processo formativo contínuo que compreende diagnóstico, acompanhamento e somatório da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes pelo discente, mediado pelo docente em situação de ensino, expressa em seu rendimento acadêmico e na assiduidade. O rendimento acadêmico é o somatório da participação do discente nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvidos em cada componente curricular. Os registros do rendimento acadêmico são realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

A aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção de média final mínima de 6,0 (seis) exigida na avaliação da aprendizagem e, para os componentes curriculares presenciais, à frequência mínima de 75% exigida na avaliação da assiduidade.

As avaliações da aprendizagem devem verificar o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades e versar sobre os objetivos e os conteúdos propostos no componente curricular. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados pelo docente, de forma clara para os discentes, e constarão no plano de ensino.

Cada componente curricular deve ter pelo menos 3 (três) avaliações obrigatórias e 1 (uma) avaliação substitutiva (de reposição). Pelo menos em um dos procedimentos de avaliação é obrigatória a realização de avaliação individual e de forma presencial.

O docente deve apresentar à turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino, bem como discutir os resultados obtidos em cada procedimento e instrumento de avaliação com os discentes, esclarecendo as dúvidas relativas às notas, aos conhecimentos, às habilidades, aos objetivos e aos conteúdos avaliados.

O rendimento acadêmico nas disciplinas e nos módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal. O rendimento acadêmico de cada componente curricular é calculado com base nos rendimentos acadêmicos nas avaliações da aprendizagem realizadas, cálculo este definido previamente pelo docente e divulgado no plano de ensino do componente curricular. A divulgação dos rendimentos acadêmicos deve ser obrigatoriamente feita por meio do SIGAA, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros meios adicionais.

O pedido de suspensão temporária da realização do procedimento avaliativo pode ser feito por qualquer discente da turma, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da avaliação objeto de suspensão, na Secretaria Acadêmica da Unidade Acadêmica responsável pela oferta da disciplina.

Constatado que os resultados não foram devidamente divulgados, o coordenador do curso deverá notificar o docente sobre a suspensão da avaliação e determinar a publicação dos resultados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis. Caso o docente da disciplina não publique os resultados das unidades avaliativas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, em razão de casos amparados por lei ou de doença atestada por serviço médico de saúde, deverá apresentar justificativa instruída e fundamentada à coordenação do curso.

É permitido ao discente, mediante requerimento instruído e fundamentado, solicitar revisão de nota obtida em qualquer instrumento de avaliação da aprendizagem. O processo de revisão de nota deverá ocorrer antes da data prevista no Calendário Acadêmico para a consolidação final das turmas e, caso não seja finalizado até o prazo da consolidação final das turmas, será enquadrado na retificação de registro, conforme art. 310 do regimento acadêmico.

Em cada componente curricular, a média parcial é calculada pela média aritmética dos rendimentos acadêmicos obtidos em cada procedimento avaliativo, sendo a média final mínima para aprovação 6,0 (seis). A média final é o resultante do conjunto de procedimentos de avaliação, respeitado o que dispõe o Regimento Geral da Ufopa.

O discente que faltar a um momento de avaliação, por casos amparados por lei, bem como por doença atestada por serviço médico de saúde, poderá requerer a realização de segunda chamada à Coordenação Acadêmica da Unidade, em até 3 (três) dias úteis após a realização da primeira chamada.

Além dos casos amparados por lei, o discente terá direito à segunda chamada de atividades avaliativas, mediante comprovação, nas seguintes situações:

- participação em prática de campo de outro componente curricular, dentro ou fora do campus;
- participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, cadastradas na Instituição, dentro ou fora do campus;
- participação em evento técnico, científico, acadêmico ou institucional, de âmbito local, regional, nacional ou internacional;
- participação em atividades artísticas ou desportivas, de âmbito local, regional, nacional ou internacional, representando a Universidade;
- falecimento do cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente e colateral, até segundo grau, ou responsável legal, sendo o período de afastamento de 5 (cinco) dias, contados a partir do dia do óbito;
- casamento do discente, sendo de 5 (cinco) dias o período de afastamento;
- paternidade do discente, sendo de 5 (cinco) dias o período de afastamento;
- convocação oficial de funcionários públicos para atividades de suas repartições;
- interrupção de serviços de transporte rodoviários e fluviais de passageiros, devidamente divulgados pelos meios de comunicação locais.

O pedido de realização de atividades avaliativas em segunda chamada deverá ser protocolado na Coordenação Acadêmica da Unidade, com a devida comprovação, em até 3 (três) dias úteis, após retorno das atividades acadêmicas.

O discente que não atingir o critério de aprovação na média final (mínimo 6,0) terá direito à realização de uma avaliação substitutiva individual, caso não tenha reprovado por falta. Para o discente que realiza avaliação substitutiva, o rendimento acadêmico obtido substitui o menor rendimento acadêmico atingido nos componentes curriculares, sendo calculado o rendimento acadêmico final pela média aritmética dos rendimentos acadêmicos obtidos na avaliação substitutiva (de reposição) e nas unidades cujos rendimentos não foram substituídos.

O discente que realizar avaliação substitutiva será considerado aprovado na avaliação de aprendizagem se obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis). A realização da avaliação substitutiva implica aceitação da troca obrigatória da média final do componente curricular.

Ao discente que não participa de qualquer avaliação é atribuída a nota 0 (zero). Em caso de não comparecimento do discente a mais de uma avaliação, a avaliação substitutiva substituirá a menor nota obtida nos procedimentos avaliativos, permanecendo a nota 0 (zero) atribuída às demais avaliações. Não há mecanismo de substituição da nota para o discente que não comparecer à avaliação substitutiva.

2.10.2 Coerência do Sistema de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Os instrumentos de avaliação servem para aferir o grau de apropriação e entendimento do conteúdo ministrado e das atividades de pesquisa e práticas realizadas pelos discentes no decorrer do componente curricular. As avaliações escritas como provas e relatórios, após correção, são apresentadas aos discentes possibilitando que os mesmos confirmem e discutam seu entendimento sobre as questões aplicadas na avaliação com o docente. Essa etapa de acompanhamento do discente permite também possíveis correções de notas caso haja necessidade. Já as avaliações orais, como apresentações de seminários são realizadas em sala de aula durante as apresentações, aprimorando o nível de informações fornecidas pelos discentes para os demais discentes, por intervenção do docente.

Para possibilitar a coerência do sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, os docentes deverão: dar possibilidades aos discentes de se expressarem e de se avaliarem; intervir, com base nas informações obtidas via avaliação, em favor da superação das dificuldades detectadas; contextualizar e integrar a avaliação ao processo ensino – aprendizagem; apresentar aos discentes, no primeiro dia de aula, o plano de ensino deixando claro o sistema de avaliação; considerar e respeitar as diferenças e as dificuldades manifestadas em sala de aula.

2.11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de avaliação do Bacharelado em Gestão Ambiental compreende a avaliação institucional, a autoavaliação do curso e o acompanhamento de egressos.

a) Avaliação institucional

A avaliação institucional é o processo de autoanálise da política da Ufopa, que possibilita a averiguação sistemática das ações institucionais, buscando o aprimoramento didático-pedagógico e qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A avaliação institucional será realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Ufopa, sendo que os dados obtidos

serão utilizados pelo NDE no replanejamento de suas atividades administrativas e pedagógicas. A Ufopa formalizou por meio da Portaria 783 de 24 de julho de 2012, sua CPA, em atenção à Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e à Portaria nº 2.051/04-MEC, de 09/07/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES.

Na composição da CPA é assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004. A CPA tem por finalidade realizar a autoavaliação institucional, a partir dos princípios e diretrizes do SINAES, de modo a contribuir com a aprimoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), subsidiando as ações de planejamento na Ufopa.

Em se tratando da avaliação docente em si, a mesma obedecerá aos critérios estabelecidos pela CPA. Com base nos resultados apontados pela CPA, o Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental promoverá uma vez por ano (no início do 1º semestre letivo) uma Semana Pedagógica com intuito de suprir as deficiências detectadas no processo avaliativo.

b) Autoavaliação do curso

O processo de autoavaliação tem como objetivos principais, identificar e diagnosticar as fragilidades e as potencialidades do curso. Será feito por meio de questionários aplicados aos docentes, técnicos e discentes e os resultados serão discutidos em seminários anuais. As perguntas serão realizadas através do preenchimento de um formulário eletrônico elaborado no *Google Forms*. No formulário, serão considerados os objetivos, habilidades e competências previstas a partir de um diagnóstico preliminar, considerando:

Avaliação do corpo discente sobre o curso (questionários avaliados e incluídos num relatório) - questões relativas à capacitação e habilidade profissional, assiduidade, pontualidade, relações humanas, oratória, cumprimento do conteúdo programático, bibliografia, recursos e materiais didáticos utilizados, carga horária alocada para teoria, laboratório, exercícios, visitas técnicas, seminários, avaliações ao desempenho do docente, do componente curricular e uma autoavaliação do discente.

Avaliação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo (baseada no levantamento de indicadores de desempenho da instituição) - a coordenação de curso, os técnicos e a infraestrutura serão avaliados para subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos

docentes, discentes e funcionários com o trabalho e envolvimento no âmbito do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

No formulário, também será destinado um espaço para responder de forma aberta, dissertativa, onde o discente, docente ou técnico-administrativo poderá expor alguma outra informação relevante, que ache necessária, denominado de Sugestões e Reclamações.

Também haverá avaliação externa do curso (composta pelos mecanismos de avaliação do MEC), por exemplo, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Por fim, as seguintes ações também serão consideradas no processo de autoavaliação do curso: a) encontros/reuniões com coordenadores de outros Bacharelados em Gestão Ambiental do Brasil, para aprimoramento dos instrumentos da autoavaliação; b) participação nas reuniões da Pró-reitora de Ensino (PROEN) da Ufopa; c) constituição de uma comissão composta por professores, técnico-administrativo e alunos do curso; d) criação de instrumentos/canais de autoavaliação, por exemplo, uma aba no site do curso denominada “Sugestões e Reclamações”; e e) categorização e socialização dos dados nas reuniões. Todos os resultados das avaliações serão considerados pelo NDE no replanejamento de suas atividades administrativas e pedagógicas.

c) Acompanhamento de egressos

Atenta às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, a Ufopa reafirma seu compromisso de gestão da qualidade e institui o Programa de Acompanhamento de Egressos Diplomados dos Cursos de Graduação da Ufopa.

O Programa constitui-se em uma ação que permitirá a contínua melhoria do planejamento e da execução das atividades institucionais. Além disso, visa conhecer a alocação do egresso no mundo de trabalho, bem como identificar a adequação do curso ao exercício profissional. Este programa possibilitará informações acerca da oferta de cursos e formação continuada, mantendo o relacionamento egresso/instituição.

O acompanhamento dos egressos, tem como pontos norteadores: (i) a avaliação da Instituição e do curso; (ii) expectativas quanto à formação continuada; e (iii) correlação do curso com o exercício profissional. A Coleta de Dados será realizada por meio de questionário eletrônico disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) aos egressos dos cursos de graduação. O questionário de egressos foi concebido de forma objetiva, contemplando informações pessoais, acadêmicas e profissionais. O conjunto de

resultados destes questionários será sistematizado e representado por meio de tabelas e gráficos. Os questionários são extensivos a todos os egressos, após um ano de conclusão do curso.

Etapas do Programa de acompanhamento: 1 - Emissão de Portaria designando a comissão responsável pelo Programa; 2 - Solicitação de participação dos egressos no preenchimento do questionário disponível no SIGAA, por meio de notificação eletrônica; 3 - Tabulação dos dados coletados; 4 - Análise dos dados coletados; 5 - Elaboração do relatório; 6 - Publicação dos resultados.

Dos primeiros gestores ambientais formados na Ufopa (turma 2014 - 11 discentes), 50% concluíram ou estão atualmente cursando mestrado. Os demais estão trabalhando ou cursando um segundo curso de graduação. Portanto, a maioria seguiu a carreira acadêmica. Isto pode ser um indicativo de que a Ufopa está preparando os alunos do curso de gestão ambiental para a pesquisa.

Em 2017, a coordenação realizou a “I apresentação interativa do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)” do Curso de Gestão Ambiental. A apresentação ocorreu no formato de mesa-redonda e contou com a presença dos docentes responsáveis pela elaboração do PPC. Além dos estudantes pioneiros do curso, a apresentação reuniu a comunidade acadêmica e sociedade civil, constituindo um fórum de discussões sobre o documento, para que o público pudesse sanar dúvidas, fazer sugestões e refletir acerca da importância e dos desafios da Gestão Ambiental na região oeste do Pará. Este evento seguirá bianualmente, contando com a participação dos egressos do curso.

d) Integração das avaliações

À medida que as avaliações forem sendo realizadas, os resultados serão discutidos e utilizados como ferramenta no processo de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico, expondo a situação instantânea do curso, e o NDE irá propor ações para superar os entraves e reforçar os pontos fortes do ensino de graduação no que diz respeito ao Bacharelado em Gestão Ambiental. Também com base nessas avaliações serão propostas novas metas que deverão ser atingidas a curto e médio prazo visando o aprimoramento do Projeto Pedagógico e o incentivo a cursos rápidos de treinamento e apoio à docência conforme a demanda e disponibilidade de infraestrutura. Com a consolidação dos resultados da avaliação interna, da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, será elaborado um relatório final, que subsidiará a revisão do Projeto Pedagógico e do Planejamento Estratégico do Curso.

2.11.1 Avaliação do curso

O processo de avaliação do funcionamento do Bacharelado em Gestão Ambiental será feito por meio de questionários aplicados aos docentes, técnicos e discentes e os resultados serão discutidos em seminários anuais. Serão considerados os objetivos, habilidades e competências previstas a partir de um diagnóstico preliminar. Em termos operacionais, o processo de avaliação do Bacharelado em Gestão Ambiental será desenvolvido em três perspectivas: 1) Avaliação interna 2) Avaliação institucional; 3) Avaliação externa. O conteúdo dos formulários será elaborado, considerando:

- a) Avaliação do corpo discente sobre o curso (questionários avaliados e concluídos num relatório) - questões relativas à capacitação e habilidade profissional, assiduidade, pontualidade, relações humanas, oratória, cumprimento do conteúdo programático, bibliografia, recursos e materiais didáticos utilizados, carga horária alocada para teoria, laboratório, exercícios, visitas técnicas, seminários, avaliações ao desempenho do docente, da componente curricular e uma autoavaliação do discente.
- b) Avaliação do corpo docente e técnico-administrativo (baseada no levantamento de indicadores de desempenho da instituição) - a coordenação de curso, os técnicos e a infraestrutura serão avaliados para subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes, discentes e funcionários com o trabalho e envolvimento no âmbito do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Essas avaliações serão avaliadas pela CPA da Universidade, e os dados obtidos serão utilizados pelo NDE no replanejamento de suas atividades administrativas e pedagógicas.

A avaliação externa do curso, composta pelos mecanismos de avaliação do MEC e da sociedade civil como o Exame Nacional de Cursos, previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e a avaliação efetuada pelos especialistas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), servirão para aferição da consonância dos objetivos e perfil dos egressos do curso para com os anseios da sociedade.

À medida que as avaliações forem sendo realizadas, os resultados serão discutidos e utilizados como ferramenta no processo de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico, expondo a situação do curso, e o NDE irá propor ações para superar os entraves e reforçar os pontos fortes do ensino de graduação no que diz respeito ao Bacharelado em Gestão Ambiental. Com base nessas avaliações serão propostas novas metas que deverão ser atingidas a curto e médio prazo visando o aprimoramento do Projeto Pedagógico e o incentivo a cursos rápidos de treinamento

e apoio à docência conforme a demanda e disponibilidade de infraestrutura. Com a consolidação dos resultados da avaliação interna, da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, será elaborado um relatório, que subsidiará a revisão do Projeto Pedagógico e do Planejamento Estratégico do Curso.

2.11.2 Avaliação Docente

A avaliação docente obedecerá aos critérios estabelecidos pela CPA. Com base nos resultados desta, o Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental promoverá uma vez por ano (no início do 1º semestre letivo) uma Semana Pedagógica com intuito de suprir as deficiências detectadas no processo avaliativo.

2.12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

2.12.1 Políticas de Ensino

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e extensão. Independentemente do nível, o foco do ensino na instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. Nessa ótica, o curso de Gestão Ambiental, vinculado ao ICTA, foi estruturado em conformidade com os PCNs estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.

2.12.2 Políticas de Extensão

As atividades de extensão são integradas às atividades de ensino, não havendo a possibilidade de serem dissociadas. A extensão envolve ações de articulação com a sociedade com forte concentração nas áreas de arte e cultura, processos de organização social, oferta de cursos de pequena duração e ações empreendedoras na sociedade. O curso de Gestão Ambiental pode ser inserido em uma ótica extensionista, pois exerce e executa projetos ligados ao desenvolvimento de atividades que promovem a gestão empreendedora, a educação ambiental e a sustentabilidade.

2.12.3 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação

A pesquisa na Ufopa, associada ao ensino e à extensão, objetiva a produção e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica. As políticas de pesquisa da Ufopa preveem ações dirigidas ao fortalecimento dos grupos de pesquisa já existentes na Instituição e à criação de novos grupos, para apoio de seus projetos, infraestrutura e captação de recursos; ao incentivo na qualificação de seus professores, estimulando os cursos de Doutorado e os estágios de Pós-Doutorado na Ufopa e (ou) em outras instituições; à atração de novos doutores para a região, por meio de editais específicos; ao intercâmbio de pesquisadores com outras instituições científicas e tecnológicas, objetivando a permuta de experiências e o desenvolvimento de projetos comuns, estabelecendo termos de cooperação entre as instituições parceiras.

Buscando alcançar a excelência na pesquisa, também é política da Ufopa a integração entre a educação básica e a educação superior por meio de ações de iniciação científica do ensino médio. O curso de Gestão Ambiental se insere neste contexto, pois possui quadro docente altamente capacitado para o exercício da pesquisa, parte indissociável da formação acadêmica dos discentes. Projetos voltados à iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e projetos de extensão fazem parte do curso, assim como a tentativa de promover ao curso imagem científica relevante por meio de sua divulgação em periódicos científicos nacionais e internacionais.

2.12.4 Política de Acessibilidade

Na contemporaneidade não se questiona se instituições de ensino em seus diferentes níveis devem ou não aceitar a matrícula de todos os discentes incluindo-se nesse caso aqueles que foram excluídos historicamente da educação como as Pessoa com Deficiência (PcD). Porém, as instituições de ensino e os docentes necessitam, para além de uma postura política de aceitação das diferenças, conhecimentos técnicos para saber trabalhar e ajustar seus métodos educacionais.

Entra em evidência neste Projeto Pedagógico a temática da inclusão, aqui entendida a partir da Resolução CNE/CEB nº 17/2001 que afirma que a inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar

orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Na Ufopa como um todo, em especial no Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, a inclusão tem como fio condutor a mudança cultural na instituição, pois não basta apenas ter a presença física do discente deficiente na sala de aula, mas oferecer condições adequadas para o seu aprendizado. É necessário que a universidade tenha condições de receber culturas, identidades e alteridades distintas do modelo de normalidade constituído social, cultural, linguística e historicamente.

Após participação de representantes da Ufopa no Seminário Incluir em Brasília (ano de 2013), foi feita socialização das informações no Seminário de Acessibilidade no âmbito da Ufopa, em seguida foi instituído o Grupo de Trabalho Pró-Acessibilidade (Portaria nº 1.293/2013), com a participação de setores estratégicos (unidades Acadêmicas e Administrativas) e realização de reuniões periódicas. Em 2013 ocorreu o I Seminário de Acessibilidade da Ufopa, com a participação da Profa. Martinha Clarete Dutra dos Santos (SECADI/MEC) e do Prof. Evandro Guimarães (UFMA), e parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa de Surdos da Ufopa (GEPES). Em 2014 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa que tem como objetivos discutir e instituir políticas institucionais de acessibilidade.

No Bacharelado em Gestão Ambiental, pontuamos algumas ações que serão desenvolvidas, como forma a diminuir a “inclusão excludente”:

- 1) Formação continuada dos docentes e técnicos do ICTA para atender a demanda de discentes com necessidades educativas especiais;
- 2) Solicitar formalmente da instituição a formação de uma Equipe Multicomponente curricular ou a criação de um setor específico na universidade para atuar na formação de docentes e técnicos para atender aos PcD;
- 3) Prestar acompanhamento e assessoramento pedagógicos aos discentes que possuem alguma necessidade educativa especial;
- 4) Aquisição de softwares para facilitar no aprendizado de discentes que apresentem alguma deficiência visual e/ou auditiva.

O curso pretende buscar condições de igualdade no que se refere ao acesso e permanência, tomando por base os méritos, capacidade, esforços e perseverança, sem permitir discriminação e favorecendo a inclusão das minorias reconhecidas socialmente. Assim, serão incentivados e apoiados o desenvolvimento de programas, projetos e planos de ações, incluindo,

debates e ações práticas que enfrentem as diversas formas, inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os discentes.

2.12.5 Políticas de Ações Afirmativas

A Política de Ações afirmativas na Ufopa envolve a graduação e a pós-graduação. A Resolução de nº 200/2017, estabeleceu a Política de ações afirmativas e igualdade racial na graduação da Ufopa. A Resolução nº 314/2019 aprova a Política de ações afirmativas para inclusão de negros (pretos e pardos), quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-Graduação *stricto sensu* da Ufopa.

Entende-se como ação afirmativa o conjunto de medidas e ações específicas e especiais, necessárias para contribuir com a afirmação da dignidade, da identidade e da cultura de grupos discriminados e vitimados pela exclusão social, ocorridos no passado ou no presente, bem como a diminuição da desigualdade social. Os grupos prioritários são: indígenas, negros, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiências e população LGBTQ+.

A Ufopa é uma universidade nova que tem buscado expandir e consolidar sua estrutura física e suas ações, incluindo as Políticas de Ação Afirmativa. A inserção dos povos indígenas é um desafio novo, sendo a Ufopa a primeira universidade instalada no interior da Amazônia para atender os povos da floresta, das águas e dos campos.

A Formação Básica Indígena (FBI) é um programa de ação afirmativa da Ufopa. Colares e Carneiro (2021) apontam que diferentemente de outras universidades, especialmente as do Sudeste, a Ufopa tem respondido às demandas dos povos indígenas locais pelo acesso ao ensino superior, e assim, ainda que a seleção não seja exclusiva para eles, a universidade vem se constituindo de um quadro de estudantes da própria região.

Em relação a inserção dos quilombolas, o desafio da Ufopa está na existência de 66 (sessenta e seis) comunidades quilombolas identificadas em sua região de influência e atuação, as quais são estão distribuídas por município: Santarém (12), Monte Alegre (2), Alenquer (1), Óbidos (13), Oriximiná (37) e Prainha (1).

Em 2021, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Ufopa publicou a elaboração do Guia de Direitos para ser utilizado pela comunidade acadêmica, sobretudo pelos estudantes de graduação e de pós-graduação, como um documento orientador sobre os seus direitos e respectivas garantias, especialmente para os grupos prioritário reportados anteriormente. Este guia está disponível pelo link

<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/iced/documentos/2023/4311b168f65a1da3fdb1277468ee8ee8.pdf>.

A Ufopa tem obras de engenharia e ações educativas e de qualificação docente em andamento para melhor atender a pessoas com deficiências que chegam a universidade. Está em fase de planejamento também a oferta de cursos de nivelamento que visam suprir as deficiências básicas dos discentes no acompanhamento adequado ao aprendizado. Esta ação deverá ocorrer em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

2.12.6 Apoio ao Discente

A Ufopa possui vários programas e auxílios para os discentes. A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) é o setor que coordena e desenvolve, em articulação aos demais unidades acadêmicas e administrativas, os programas e ações de Assistência Estudantil na Ufopa regulamentados pela Resolução Consepe N° 386, de 22 setembro de 2022. Atualmente estão vigentes os seguintes programas e auxílios: Programa de Atenção à Saúde e à Qualidade de Vida Discente, Programa de Alimentação e Nutrição, Programa de Apoio Pedagógico, Programa de Combate ao Racismo, à Opressão e à Violência, Programa de Esporte e Lazer, Programa Proges Itinerante, Programa de Inclusão Digital, Auxílio Alimentação, Auxílio Esporte, Auxílio permanência Regular e Especial, Auxílio Inclusão Digital, Bolsa de Apoio Educacional de Acessibilidade, e Bolsa Permanência MEC.

O Programa de Bolsa Permanência está implementado na forma de repasse de auxílios financeiros aos discentes caracterizados como em situação de vulnerabilidade social, incluindo também os estudantes indígenas, ingressos por Processo Seletivo Especial.

Além de reestruturar o sistema de concessão de auxílios aos alunos da universidade – Bolsa Permanência, a Proges tem como objetivos fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas, através da Diretoria de Ações Afirmativas, promover discussões junto à comunidade universitária e coordenar ações que viabilizem o Restaurante Universitário e a criação da Casa do Estudante.

Dentre os principais serviços oferecidos aos discentes por parte da Proges, destacam-se: Restaurante Universitário, Coordenação de Políticas Universitárias de Alimentação e Nutrição, Coordenação de Esporte de Lazer, Núcleo de Acessibilidade, Núcleo de Gestão Pedagógica, Núcleo de Psicologia, Núcleo de Serviço Social, Seguro de Vida Coletivo, e Programa Bolsa Permanência.

A implementação de ações para a melhoria do desempenho discente e para adaptação à vida universitária, refletida no seu desenvolvimento profissional, envolvem: recepção aos discentes visando integrar o calouro com a comunidade acadêmica; atendimento ao discente com necessidades especiais através de adequações necessárias quer sejam pedagógicas ou estruturais; sondagem do nível de satisfação dos discentes em relação ao corpo docente e conteúdos ministrados por meio dos resultados da Avaliação Institucional e de reuniões com os representantes de turmas; assessoria aos universitários, na orientação, na informação e no atendimento quanto às necessidades acadêmicas e psicopedagógicas; orientação geral quanto aos procedimentos legais e de trâmite interno da Instituição.

A Ufopa oferece ainda, serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem-estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo. Este setor é classificado como um Órgão Suplementar, ainda ligado diretamente à reitoria, porém com o repasse das demandas aos setores competentes.

É possibilitado aos discentes bolsas de monitoria, de iniciação científica (Pibic, Pibit), bolsa de iniciação à docência (Pibid) e bolsa de extensão (Pibex), cuja seleção de bolsistas ocorre por meio de edital específico, que levam em consideração principalmente o desempenho discente.

Em relação ao curso, o discente possui livre acesso ao coordenador e direção do Instituto. Técnicos em Assuntos Educacionais lidam diretamente com os discentes, auxiliando-os no cumprimento dos componentes curriculares, como matrícula, aproveitamento de estudos etc. Os discentes são acompanhados em conjunto e individualmente para que o curso seja conduzido adequadamente, evitando a evasão universitária.

2.13 PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

2.13.1 Apoio à participação em atividades de Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e Extensão

As atividades de pesquisas da Ufopa objetiva incentivar professores, alunos e técnicos, em busca de maior conhecimento científico, bem como da introdução de inovações tecnológicas que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica.

A Resolução Ufopa nº 41/2013 estabelece normas gerais para o funcionamento das pesquisas na universidade. Em suas diretrizes é destacado que os trabalhos de pesquisa devem

considerar o aproveitamento dos recursos humanos especializados locais, regionais, nacionais e internacionais e o intercâmbio com outras instituições científicas e tecnológicas e entre as unidades acadêmicas da Ufopa, objetivando a permuta de experiências e o desenvolvimento de projetos comuns, estabelecendo entre as instituições parceiras acordos de cooperação científica e/ou técnica.

A articulação do ensino com a pesquisa acontece por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e pelos estágios curriculares não obrigatórios nos diversos projetos de pesquisa realizados pelos discentes do curso.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) é o órgão institucional responsável pela organização dos Programas de Iniciação Científica da Ufopa. Anualmente são abertas inscrições para propostas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, que abrange os subprogramas Pibic/CNPq, Pibic-AF/CNPq, Pibic/Fapespa, Pibic/Ufopa, Pibic-AF/Ufopa, Pibiti/CNPq e Pibiti/Ufopa.

Os docentes do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental estão inseridos em diversos grupos e linhas de pesquisa que possibilitam a inserção dos discentes do curso no referido programa, e os colocando em contato com grupos de docentes pesquisadores internos (Ufopa), bem como de outras instituições brasileiras e internacionais. As linhas e os grupos de pesquisa, bem como os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo corpo docente estão listados abaixo.

a) Linhas de pesquisa

- Impactos Ambientais
- Monitoramento Ambiental
- Ecotoxicologia aquática (contaminação mercurial)
- Biologia e Ecologia de *Odonata*
- Ecologia de Comunidades e Ecossistemas
- Ecossistemas Amazônicos Naturais e Antropizados
- Conservação, Biodiversidade, Sociodiversidade, ecologia humana e políticas públicas
- Análises Espaciais (Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto)
- Ciências Ambientais
- Riscos Ambientais
- Ecologia de ambientes aquáticos
- Ecologia Teórica e Aplicada
- Saneamento ambiental na Amazônia
- Planejamento Ambiental e Urbano
- Entomologia aquática e diversidade e conservação de insetos na Amazônia
- Biogeoquímica e Hidrodinâmica de Sistemas Fluviais
- Geomorfologia
- Biologia Ambiental
- Gestão de Bacias Hidrográficas
- Tecnologias e Soluções Ambientais
- Interações sociedade-ambiente
- Limnologia aplicada (Qualidade da Água)
- Políticas Públicas Ambientais e de enfrentamento às Mudanças Climáticas

b) Grupos de Pesquisa

- 1) Ações integradas de gestão ambiental no Oeste do Pará;
- 2) AquaXingu- Grupo de estudos de insetos aquáticos;
- 3) Biologia, Ecologia e Sistemática de Odonata;
- 4) Ecologia;
- 5) Entomologia na Amazônia: Diversidade e Conservação
- 6) Grupo de Estudos e Atividades Socioambientais (GEASA);
- 7) Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (GEAGA);
- 8) Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (GEPEEA).

c) Projetos de pesquisa

- 1) Sinais distintivos e acesso a mercados: entre desafios e perspectivas para a proteção de produtos artesanais;
- 2) Saneamento Ambiental no Baixo Amazonas: análise situacional, desafios e soluções.;
- 3) Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – Água, Esgoto, Resíduos e Drenagem de Monte Alegre - Pa;
- 4) Compartimentação Geomorfológica do Baixo Tapajós;
- 5) Planejamento Ambiental na Microbacia do Juá;
- 6) Mapeamento de castanhais nativos e caracterização socioambiental e econômica de sistemas de produção da Castanha-do-Brasil na Amazônia (MAPCAST);
- 7) Programa de pesquisa em Biodiversidade (PPBio) - núcleo oeste do Pará;
- 8) Impactos sobre a floresta e o solo na Amazônia paraense a partir da análise de aspectos ambientais e socioeconômicos;
- 9) Monitoramento de Mercúrio Total em Água e Sedimentos nos baixos cursos do rio Tapajós, lagos associados e no rio Arapiuns, Amazônia, Pará;
- 10) Impacto dos diferentes usos do solo e da qualidade ambiental sobre a biodiversidade aquática em igarapés no oeste do Pará;
- 11) Estruturação da comunidade de Odonata (Insecta) na Amazônia Oriental: testando efeitos espaciais, ambientais, morfológicos e de competição;
- 12) Biodiversidade e promoção da saúde na qualidade de vida e no desenvolvimento socioeconômico na Amazônia;
- 13) Ecologia Aquática Participativa-EcoParticipe: envolvendo alunos e professores da educação básica no monitoramento ecológico participativo de igarapés da Amazônia brasileira;
- 14) Determinantes da distribuição da diversidade na Amazônia Paraense;
- 15) Efeito da heterogeneidade de habitats sobre os padrões de diversidade de macroinvertebrados aquáticos em igarapés da Amazônia oriental;
- 16) Influência dos diferentes tipos de uso do solo sobre a biodiversidade na Amazônia oriental;
- 17) Tempo de resiliência das comunidades aquáticas após o corte seletivo de madeira na Amazônia Oriental.

d) Parcerias

- 1) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte);
- 2) Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (ICMBio/CEPAM);

- 3) Delegacia de Polícia Federal em Santarém (DPF/SNM/PA);
- 4) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- 5) Fundação de Integração Amazônica (Fiam);
- 6) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- 7) Instituto de Pesquisa em Ciências Sociais sobre Biodiversidade Caribe-Amazônia (IRCAB);
- 8) Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe);
- 9) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA);
- 10) Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia (Inpa);
- 11) Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG);
- 12) Universidade de Lancaster;
- 13) Universidade de São Paulo (USP);
- 14) Universidade do Algarve;
- 15) Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat);
- 16) Universidade do Estado do Oregon;
- 17) Universidade Estadual Paulista (Unesp);
- 18) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);
- 19) Universidade Federal do Goiás (UFG);
- 20) Universidade Federal do Pará (UFPA).

Para a consolidação das pesquisas associadas ao Bacharelado em Gestão Ambiental há incentivo e apoio à criação ou fortalecimento de grupos de pesquisa; valorização dos projetos interdisciplinar curriculares, estímulo às atividades de iniciação científica junto aos discentes de graduação; incentivo à participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais de relevância; estímulo à publicação em revistas científicas indexadas de alto impacto, buscando da prática da dissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social.

O curso busca desenvolver projetos de pesquisa multicomponentes curriculares que envolvam os outros cursos de graduação do ICTA, tais como: Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas, Ciências Biológicas; Engenharia Sanitária e Ambiental e Engenharia de Pesca.

No âmbito das atividades de extensão, os discentes são estimulados por programas de extensão para formação de recursos humanos em nível de graduação. A Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão (Procce) incentiva a extensão por meio de projetos e programas via editais.

Conforme a Resolução nº 108/2015, que estabelece a Política Institucional de Extensão Universitária da Ufopa, as atividades de extensão deverão ser diversificadas e refletir a missão da universidade. São consideradas ações de extensão as modalidades: programas, projetos,

curiosos, oficinas, trabalhos de campo, eventos, prestação de serviços e publicação e outros produtos acadêmicos.

Do total da carga horária exigida para a integralização do curso, devem ser assegurados, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares para programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, com base na Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Nesse contexto, o Bacharelado em Gestão Ambiental assegura essa porcentagem através da oferta de temas transversais e disciplinas optativas, bem como através dos projetos de extensão coordenados pelos professores do curso.

O corpo docente o Bacharelado em Gestão Ambiental promove atividades de extensão através da aprovação de programas e projetos de extensão promovidos pelos editais internos e externos. Atualmente os docentes do curso participam dos seguintes projetos de extensão:

- 1) Curso de Verão: Projeto de Pesquisa em TCC;
- 2) Espaços Transversais; Perspectivas em Meio Ambiente;
- 3) Ciência na Ufopa: popularização de ciência e tecnologia para alunos da educação básica;
- 4) Laboratório de Intervenção Interdisciplinar em Comunidades e Ocupações em Santarém-Pa – Labinter;
- 5) Convênio 001/2022 (Ufopa, Monte Alegre e Fiam). Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Monte Alegre - Água, Esgoto, Resíduos e Drenagem;
- 6) Serviços especializados de amostragem de água superficial e determinações limnológicas *in situ* (em campo), caracterização fisiográfica de ambientes aquáticos, análises laboratoriais de qualidade da água e emissão de relatórios técnicos. Convênio/Contrato Administrativo: BRASILENCORP/ Ufopa /Fiam;
- 7) Água e saneamento ambiental nas microbacias urbanas do Irurá e Urumari, Santarém, PA, Brasil.

PARTE III: RECURSOS HUMANOS

3.1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

3.1.1 Direção do Instituto

A direção do ICTA está sob a responsabilidade do Professor Dr. Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro e a vice-diretora Dra. Ynglea Georgina de Freitas Goch.

3.1.2 Secretaria Executiva

A Secretária Executiva do ICTA é a Ma. Elitânia Silva Mourão.

3.1.3 Coordenação Administrativa

A Coordenadora administrativa é a servidora Marli Liarte Mendes.

3.1.4 Coordenação Técnica

O Coordenador técnico é o servidor Hugo Napoleão Pereira da Silva.

3.1.5 Coordenação Acadêmica Integrada

A Coordenadora acadêmica é a Ma Heloise Michelle Nunes Medeiros.

3.1.6 Técnicos em Assuntos Educacionais

Os Técnicos em assuntos educacionais são o Me. Helton Luís Nina Lameira e o Me. Jordanno Sarmiento de Sousa.

3.1.7 Coordenação e Vice-coordenação do Bacharelado em Gestão Ambiental

A coordenação do Bacharelado em Gestão Ambiental está representada pela Professora Doutora Quêzia Leandro de Moura e Doutor João Paulo Soares de Cortes como vice coordenador.

De acordo com a Resolução nº 184/2017, o coordenador do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental possui regime de trabalho integral com dedicação exclusiva (DE), dedicando 20 horas semanais à coordenação do curso.

3.1.8 Secretaria do curso

O curso é assistido por cinco assistentes administrativo que compõem a Coordenação Acadêmica Integrada: Ma. Heloise Michelle Nunes Medeiros, Savana Gama Aguiar, Eric Ferreira Braga, Marciano Rodrigo Mafra e Josicleia Tavares Henrique.

3.1.9 Corpo técnico-pedagógico do ICTA

O corpo técnico-pedagógico do ICTA é formado por 32 servidores, que ocupam os seguintes cargos: um Administrador, um Secretária Executiva, um Químico, um Engenheiro, dois Técnicos em assuntos educacionais, dez Assistentes administrativos, e 16 Técnicos de laboratório. Na tabela 3 está elencado o nome dos servidores, a matrícula Siae, o cargo, o nível de escolaridade e a subunidade. Todos possuem regime jurídico estatutário.

Tabela 3 - Corpo Técnico-pedagógico do Instituto de Ciências e Tecnologias das Águas-ICTA/Ufopa.

Matrícula	Nome	Cargo	Escolaridade	Subunidade
-----------	------	-------	--------------	------------

2092187	Alessandra Lima Aguiar	Assistente em Administração	Mestrado	Coordenação Administrativa
1959245	Cleberson Eduardo Santos de Oliveira	Técnico de Laboratório	Ensino superior	Lab. Multidisciplinar de Ensino de Biologia Aplicada
3220595	Cristiane Mota dos Santos	Técnica de Laboratório	Mestrado	Lab. Multidisciplinar de Ensino de Saneamento
2115681	Daura Rúbia Soares Diniz	Engenheira	Ensino superior	Coordenação Técnica
3076273	Djanira Rodrigues Leão Peleja	Técnica de Laboratório	Ensino superior	Lab. Multidisciplinar de Ensino de Recursos Pesqueiros
1827427	Edvaldo Junior de Souza Lemos	Técnico de Laboratório	Mestrado	Lab.de Biologia Ambiental
2114282	Elitânia da Silva Mourão	Secretária Executiva	Mestrado	Secretaria Executiva
1826330	Eric Braga Ferreira	Assistente em Administração	Ensino superior	Coordenação Bacharelado em Ciências Biológicas
3077308	Fernando Abreu Oliveira	Técnico de Laboratório	Mestrado	Lab. Estudo de Impactos Ambientais
1793594	Flávia Cristina Carvalho de Lima	Química	Ensino superior	Lab. de Biologia Ambiental
2104600	Gilmara Ferreira Oliveira	Técnica de Laboratório	Ensino superior	Lab. Multidisciplinar de Ensino de Biologia Aplicada
1015412	Gleika Tamires Jordão dos Reis	Técnica de Laboratório	Ensino superior	Lab. múltiplo para produção de organismos aquáticos
2154430	Heloise Michelle Nunes Medeiros	Assistente em Administração	Mestrado	Coordenação Gestão Ambiental
1967250	Helton Luis Nina Lameira	Técnico em Assuntos educacionais	Mestrado	Coordenação Acadêmica
2179856	Hugo Napoleão Pereira da Silva	Técnico de Laboratório	Doutorado	Coleção Ictiológica
2043900	Jandira Oliveira da Silva Alves	Técnica de Laboratório	Ensino médio	Lab. de Química Aplicada à toxicologia, saneamento ambiental e recursos hídricos
2178401	Jhessica Krhistine Caetano Frota	Técnica de Laboratório	Mestrado	Lab. Multidisciplinar de Ensino de Biologia Aplicada

2793741	Jordanno Sarmento de Sousa	Técnico em Assuntos educacionais	Mestrado	Coordenação Acadêmica
3297389	Josicléia Tavares Henrique	Assistente em Administração	Ensino superior	Coordenação da Engenharia de Pesca
2010849	Juliana Lopes Aguiar	Assistente em Administração	Ensino superior	Coordenação Programa pós-graduação em Biodiversidade
1914734	Kerlley Diane Silva dos Santos	Assistente em Administração	Mestrado	Coordenação Administrativa
2209047	Marciano Rodrigo da Silva Mafra	Assistente em Administração	Ensino superior	Coordenação da Engenharia Sanitária e Ambiental
2182216	Marcos Diones Ferreira Santana	Técnico de Laboratório	Doutorado	Lab. de Fisiologia vegetal e crescimento de plantas
1618731	Maria Aparecida de Lima Suzuki	Técnica de Laboratório	Mestrado	Lab. de Ecologia do Ictioplâncton
3043066	Marli Liarte Mendes	Assistente em Administração	Ensino superior	Coordenação Administrativa
2043933	Mila Canto Costa	Técnica de Laboratório	Ensino médio	Lab. de Ensino de Química
1179701	Nilvana do Socorro da Silva Figueira	Administradora	Ensino superior	Coordenação Administrativa
1784548	Regiane Sablina Almeida Bernardes	Técnica de Laboratório	Doutorado	Lab. de Biologia Molecular
2209083	Savana Gama de Aguiar	Assistente em Administração	Ensino superior	Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia das águas.
1945208	Suellen Taise Rocha dos Santos Pereira	Técnica de Laboratório	Ensino superior	Lab. multiusuário de análises multifuncionais
1857799	Waldinete de Fátima Freitas Lobato	Técnica de Laboratório	Mestrado	Lab. Multidisciplinar de Ensino de Recursos Pesqueiros

3.2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

3.2.1 Secretaria Acadêmica Integrada

Todas as atividades referentes ao controle e registro dos diversos aspectos relacionados aos discentes do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental é realizada pela equipe de assistentes administrativos. Estes ficam lotados em uma sala onde cada um possui uma mesa

de escritório com computador conectado à internet. No ambiente há armários para arquivar documentos, impressora, telefone e assentos para os discentes aguardarem o atendimento. As principais atividades executadas pela secretaria acadêmica são: matrícula e registro dos estudantes, lançamento de notas, emissão de histórico e extratos, programas de disciplinas, criação de turmas, encaminhamento de requerimentos, entre outras.

3.2.2 Acompanhamento de egressos

Em 2017 houve a conclusão da primeira turma do Bacharelado em Gestão Ambiental da Ufopa. Ao todo foram formados trinta e cinco (35) discentes. Na promoção de eventos do curso, estes são convidados a participar como ouvintes ou como palestrantes, nestes momentos é feito o acompanhamento de sua inserção no mercado de trabalho a fim de identificar a adequação do curso ao exercício profissional. No evento Lançamento da logomarca do BGA, em 06/06/2023, foi realizado uma mesa redonda com egressos que estavam no mestrado, no doutorado, na iniciativa privada, no terceiro setor e em órgãos públicos para compartilhar suas experiências como gestores ambientais na região oeste do Pará.

O Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas realiza o acompanhamento de egressos diplomados por meio de formulários eletrônicos, que visam elencar informações pessoais, acadêmicas e profissionais para subsidiar a direção quanto a oferta de cursos e formação continuada. O conjunto de resultados é sistematizado e representado por meio de tabelas e gráficos e são apresentados e analisados em eventos de planejamento acadêmico. O instrumento é extensivo a todos os egressos dos cursos do ICTA.

3.2.3 Órgãos Colegiados

a) Conselho do ICTA

O curso de Bacharelado em Gestão Ambiental faz parte do Conselho do ICTA, do qual fazem parte os coordenadores de curso, representantes docentes, representantes técnicos e representantes discentes. Assim, as questões referentes ao curso são discutidas e deliberadas em primeira instância (colegiado do curso) e posteriormente no Conselho do ICTA, respeitando-se o Conselho Universitário, o Estatuto, o Plano de Desenvolvimento Institucional e demais Resoluções e Portarias da Ufopa. A função de presidência do Conselho é exercida pelo diretor do Instituto, com reuniões ordinárias realizadas mensalmente, e quando necessário são convocadas reuniões extraordinárias.

Nas pautas de discussão do conselho são incluídas aquelas já trabalhadas e deliberadas pelos Colegiados dos cursos e expedientes da reitoria e das Pró-Reitorias da universidade. As deliberações são homologadas pelo conselho e registradas em atas de reunião para execução pelos devidos servidores ou órgãos responsáveis. Em geral, as atas são redigidas pela secretária executiva do instituto, revisadas e assinadas pelos membros do conselho e arquivadas na secretaria executiva.

b) Colegiado do de Bacharelado em Gestão Ambiental

O Regimento Geral da Ufopa (Resolução nº 55/2014) dispõe, em seu artigo 118, que “Os Órgãos Colegiados das Subunidades Acadêmicas serão constituídos pelo Coordenador, Vice Coordenador e por representantes das categorias”. No Regimento de Graduação (Resolução nº 331/2020), artigo 20, cabe ao colegiado da subunidade acadêmica o planejamento, a gestão e a avaliação permanente das atividades realizadas no âmbito do curso.

O colegiado do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental é composto por todos os docentes do curso, todos os técnicos administrativos e de laboratório e um representante discente. Este se reúne uma vez ao mês em reuniões ordinárias e, quando necessário, são chamadas reuniões extraordinárias. Atualmente, o colegiado do curso é constituído pelos membros listados na Tabela 4.

Tabela 4 - Membros do Colegiado do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Nº	Nome	Função	Representação
1	Antônio do Socorro Ferreira Pinheiro	Membro	Docente
2	Diani Fernanda da Silva Less	Membro	Docente
3	Fernando Abreu Oliveira	Membro	Técnico
4	Edvaldo Júnior Sousa Lemos	Membro	Técnico
5	Emanuelle dos Santos Teixeira	Membro	Discente
6	Flávia Cristina	Membro	Técnica
7	Heloise Michelle Nunes Medeiros	Membro	Técnica
8	João Paulo Soares de Cortes	Vice-presidente	Docente
9	José Max Barbosa de Oliveira Junior	Membro	Docente
10	José Reinaldo Pacheco Peleja	Membro	Docente
11	Quêzia Leandro de Moura	Presidenta	Docente

12	Rafael Caldeira Magalhães	Membro	Docente
13	Ynglea Georgina de Freitas Goch	Membro	Docente

3.3 CORPO DOCENTE

3.3.1 Titulação

O curso de Bacharelado em Gestão Ambiental possui 17 docentes (Tabela 5) que ministram as unidades curriculares de sua matriz. Oito destes são concursados/permanentes diretamente vinculados ao curso, três são docentes concursados/permanentes do Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental, quatro são docentes concursados/permanentes do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologias das Águas (BICTA), um é docente concursado/permanente do Bacharelado em Engenharia de Pesca e um docente concursado/permanente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais. São 16 professores do Instituto de Ciência e Tecnologias das Águas (ICTA) e uma professora do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII).

Tabela 5 - Docentes concursados vinculados ao curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Ufopa.

Nº	Docente	Titulação	Formação acadêmica	Regime de trabalho	Instituto/ Curso
1	Antônio do Socorro Ferreira Pinheiro	Doutorado	Bacharel em Direito	Dedicação Exclusiva	ICTA/BGA
2	Diani Fernanda da Silva Less	Doutorado	Engenheira Ambiental	Dedicação Exclusiva	ICTA/BGA
3	João Paulo Soares de Cortes	Doutorado	Bacharel em Geografia	Dedicação Exclusiva	ICTA/BGA
4	José Max Barbosa de Oliveira Junior	Doutorado	Licenciatura em Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva	ICTA/BGA
5	José Reinaldo Pacheco Peleja	Doutorado	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva	ICTA/BGA
6	Quêzia Leandro de Moura	Doutorado	Bacharel em Ciências Ambientais	Dedicação Exclusiva	ICTA/BGA
7	Rafael Caldeira Magalhães	Doutorado	Bacharel em Engenharia Sanitária	Dedicação Exclusiva	ICTA/BGA
8	Ynglea Georgina de Freitas Goch	Doutorado	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva	ICTA/BGA

9	Lucinewton Silva de Moura	Doutorado	Bacharel em Engenharia Química	Dedicação Exclusiva	ICTA/BESA
10	Mauro Alexandre Paula de Sousa	Mestrado	Engenheiro Civil	Dedicação Exclusiva	ICTA/BESA
11	Ruy Bessa Lopes	Doutorado	Bacharel em Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva	ICTA/BESA
12	Alessandra de Rezende Ramos	Doutorado	Bacharel em Biologia	Dedicação Exclusiva	ICTA/BICTA
13	Elton Ranieri da Silva Moura	Mestrado	Bacharel em Sistema de Informação	Dedicação Exclusiva	ICTA/BICTA
14	Khayth Marronny Rabelo Nagata	Doutorado	Licenciatura em Física	Dedicação Exclusiva	ICTA/BICTA
15	Leidiane Leão de Oliveira	Doutorado	Bacharel em Meteorologia	Dedicação Exclusiva	ICTA/BICTA
16	Wildes Cley Da Silva Diniz	Mestrado	Bacharel em Engenharia de Pesca	Dedicação Exclusiva	ICTA/ Eng. Pesca
17	Glauce Vitor Silva	Doutorado	Bacharel em Turismo	Dedicação Exclusiva	IFII/BICA

Quando necessário, docentes de outras unidades acadêmicas da Ufopa e de outras Instituições de Ensino Superior (devidamente regularizados por convênios de cooperação) são convidados para oferecer unidades curriculares.

Considerando os docentes vinculados ao colegiado do Bacharelado em Gestão Ambiental, 100 % são doutores. Em relação ao quadro geral que ministram as componentes curriculares, 90% (15 docentes) são doutores e 10% (2 docentes) são mestres.

3.3.2 Relação de docentes por disciplina

Na Tabela 6 podem ser visualizados a relação de docentes responsável por determinado componente curricular e sua distribuição dentro dos períodos de graduação do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e do Bacharelado em Ciência e Tecnologia das Águas.

Tabela 6 – Docentes e suas respectivas unidades curriculares referente ao curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Ufopa.

Nº	PROFESSOR	COMPONENTES CURRICULARES
1	Alessandra de Rezende Ramos	4º - Biotecnologia; 1º - Biologia Geral.
2	Antônio do Socorro Ferreira Pinheiro	1º - Metodologia do Trabalho Científico; 5º - Ética; Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; 2º - Legislação Ambiental; 6º - Gestão do Ambiente do Trabalho; (Optativa) Direito das Águas.

3	Diani Fernanda da Silva Less	1º - Introdução ao Saneamento e Gestão Ambiental; 5º - Tecnologias Limpas; 4º - Gestão de Resíduos; Inovação e Meio Ambiente; 6º - Gerenciamento de Resíduos Sólidos; 7º - Sistema de Gestão Ambiental; 8º - Gestão de Águas Residuárias.
4	Elton Ranieri da Silva Moura	1º - Fundamentos de Ciências e Tecnologia das Águas; Metodologia do Trabalho Científico; 2º - Hidroinformática.
5	Glauce Vitor Silva	1º - Teoria Geral da Administração; 5º - Empreendedorismo; 7º - Gestão de Projetos e Processos Gerenciais; Economia Ambiental.
6	José Max Barbosa de Oliveira Junior	2º - Estatística aplicada; 3º - Avaliação de Impactos Ambientais; 6º - Planejamento Ambiental; 7º - Monitoramento Ambiental; 8º - Estatística Aplicada a Ciências Ambientais; (Optativa) Revisão Cienciométrica Ambiental; Biologia e Ecologia de Insetos Aquáticos; Biomonitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
7	João Paulo Soares de Cortes	2º - Geologia Geral; 7º Monitoramento Ambiental; Gestão de Riscos Ambientais; (Optativa) Evolução Quaternária da Amazônia; Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto; Metodologias para Estudos Socioambientais
8	José Reinaldo Pacheco Peleja	3º - Limnologia; 4º - Qualidade da água; 7º - Monitoramento Ambiental
9	Khayth Marronny Rabelo Nagata	1º - Fundamentos de Ciências e Tecnologia das Águas; Fundamentos de Cálculo; 2º - Física Geral
10	Leidiane Leão de Oliveira	1º - Fundamentos de Ciências e Tecnologia das Águas; Metodologia do Trabalho Científico; 2º - Meteorologia e Climatologia; 3º - Hidrologia
11	Lucinewton Silva de Moura	3º - Química Ambiental; 4º - Química Ambiental.
12	Mauro Alexandre Paula de Souza	1º - Fundamentos de Cálculo; 1º Desenho Técnico
13	Quêzia Leandro de Moura	1º - Introdução ao Saneamento e Gestão Ambiental; 3º - Solos; 4º - Gestão de Unidade de Conservação; 5º - Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; 6º - Educação Ambiental; 7º - Sistema de Gestão Ambiental; Gestão Ambiental no Turismo; 8º - Gestão de Áreas Degradadas; (Optativa) Gestão Urbana; Gestão de Recursos Não Madeireiros; Gestão Ambiental no Agronegócio; Metodologias para Estudos Socioambientais
14	Rafael Caldeira Magalhães	1º - Introdução ao Saneamento e Gestão Ambiental; 2º - Legislação Ambiental 6º - Gestão da Qualidade do Ar; 7º - Sistema de Gestão Ambiental; Monitoramento Ambiental; (Optativa) Políticas Públicas em Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
15	Ruy Bessa Lopes	3º - Poluição de Ambientes Aquáticos
16	Ynglea Georgina de Freitas Goch	1º - Ecologia Geral; 4º - Gestão de Bacias Hidrográficas; 6º - Ecologia de Paisagem; (Optativa) Hidrossedimentologia;

17	Wildes Cley Da Silva Diniz	3º - Geoinformação Aplicada
----	-------------------------------	-----------------------------

3.3.3 Política e Plano de Carreira

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012, onde é exposto que a Carreira de Magistério Superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

- I. Classe A, com as denominações de: Professor Adjunto A, se portador do título de doutor, Professor Assistente A, se portador do título de mestre, ou Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;
- II. Classe B, com a denominação de Professor Assistente;
- III. Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;
- IV. Classe D, com a denominação de Professor Associado; e
- V. Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.772/2012, o desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. Já a promoção, ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, algumas condições específicas para cada classe.

A Resolução Consad/Ufopa nº30/2017 regulamenta os procedimentos para fins de progressão e de promoção dos servidores da Carreira do Magistério Superior na Ufopa.

3.3.4 Critérios de Admissão

De acordo com a Resolução Consun/Ufopa nº 49/2014, que disciplina a realização de concurso público para o ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa, o ingresso nesta se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa consta de 2 (duas) etapa, sendo a primeira composta de três fases (prova escrita, prova didática e prova prática) e a segunda de duas fases (prova de memorial e julgamento de títulos).

Na prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, os critérios avaliados serão: a apresentação (introdução, desenvolvimento e conclusão), o conteúdo e o desenvolvimento do tema (organização, coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade) e a linguagem (uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical). Esta prova versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo necessária a obtenção de nota mínima 7,0 (sete) para classificação do candidato para a fase seguinte.

A prova didática, de caráter eliminatório e classificatório, consiste na apresentação oral, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, pelo candidato, de um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso. Na prova didática, os critérios avaliados são: a clareza de ideias, a atualização e a profundidade de conhecimentos do candidato na abordagem do tema, o planejamento e a organização da aula e os recursos didáticos utilizados. O peso para o cálculo da média final é 3 (três) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete).

A prova prática ou experimental, de caráter classificatório e eliminatório, caso seja necessária, constará da realização de experimento, demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um projeto, no tempo máximo de 4 (quatro) horas.

Na prova de memorial, de caráter classificatório, o candidato entrega à comissão de concurso um memorial contendo as atividades acadêmicas significativas realizadas e as que possam vir a ser desenvolvidas por ele na Ufopa. Deve evidenciar a capacidade do candidato de refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, além de suas experiências e expectativas profissionais. Ainda, deve manifestar uma proposta de trabalho na Ufopa para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. Esse memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

Na fase julgamento de títulos, de caráter classificatório, o julgamento dos títulos é realizado por meio do exame do currículo Lattes, devidamente comprovado, sendo considerados e pontuados os seguintes grupos de atividades: Formação Acadêmica, Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural, Atividades Didáticas e Atividades Técnico-Profissionais. Esta etapa tem peso 3 (três) para o cálculo da média final do concurso.

3.3.5 Apoio à Participação em Eventos

O apoio para participação dos docentes dos cursos de graduação em eventos científicos parte da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPPIT) e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN). O apoio, organização e realização de eventos, previstas para cada exercício, pode ainda ser viabilizado a partir dos recursos do PGO do ICTA/Ufopa.

3.3.6 Incentivo à Formação/Atualização Pedagógica dos Docentes

A ufopa regulamenta a qualificação dos seus docentes através do Plano Institucional de Qualificação Docente (PIQD) de suas Unidades Acadêmicas por meio da Resolução nº 131 /2015. O PIQD é um instrumento que permite às unidades e subunidades acadêmicas planejar as atividades de qualificação dos seus docentes, e tem por objetivo instituir normas para o planejamento direcionado a tais atividades de qualificação. O PIQD contempla cursos de pós-graduação *stricto-sensu* (mestrado e doutorado) e pós-doutorado, sendo elaborado e aprovado nas subunidades acadêmicas e homologado no conselho da unidade acadêmica. Após homologação é encaminhado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) e à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) para acompanhamento. As Subunidades Acadêmicas deverão ter aprovado nos respectivos colegiados e no respectivo Conselho da Unidade Acadêmica o seu PIQD que deverá ser atualizado anualmente prevendo um período de, pelo menos, quatro anos.

No Regimento Geral da Ufopa é garantido aos docentes o direito à liberação de carga horária para realização de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* na própria Instituição ou em outra instituição de ensino superior. A Ufopa poderá destinar bolsa de capacitação e/ou qualificação, conforme disponibilidade de dotação orçamentária, aos docentes que cursarem Pós-Graduação *stricto sensu*.

3.3.7 Experiência profissional do docente

O corpo docente que compõe o Bacharelado em Gestão Ambiental possui experiência profissional nas seguintes áreas de atuação; consultoria e assessoria ambiental, elaboração de estudos de impacto ambiental e programas de monitoramento; planejamento e execução de eventos; coordenação de projetos ambientais na esfera das organizações da sociedade civil; fiscalização ambiental e extensão tecnológica. Estas habilidades permitem o intercâmbio entre

teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a apresentação de estudos de caso reais em sala de aula e a preparação profissional dos discentes visando sua pronta integração ao mercado de trabalho. Como modo de fomentar a experiência prática em sala de aula, é incentivada ainda a conexão com empresas atuantes na área, profissionais com experiência e egressos, no sentido de contribuir com a compreensão dos discentes dos desafios práticos do exercício da profissão.

3.3.8 Experiência no exercício da docência superior

O corpo docente possui experiência média de 10,5 anos de atividade no ensino superior, em instituições públicas e privadas das diversas regiões do país e da Amazônia. Esta média de mais de uma década contribui para que haja a observância de elementos de didática e avaliação contínua do processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, permite que haja constante atualização das habilidades requeridas para docência, em intercâmbio com os processos de formação contínua da instituição e com experiências compartilhadas dentro e fora das unidades acadêmicas.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Bacharelado em Gestão Ambiental foi constituído visando o desenvolvimento adequado e eficiente do curso. Este tem autonomia para propor mudanças e adequações no PPC e sua implementação prática de acordo com o disposto na Resolução Conaes nº 01/2010.

O NDE é constituído por um grupo de nove docentes, instituído pela Portaria nº 6 de 01 de fevereiro de 2024 (ANEXO 8), conforme Tabela 7, todos com regime de dedicação exclusiva, titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, experiência acadêmica e atuação direta no curso, presidido pelo coordenador do curso.

Tabela 7. Tabela de docentes que compõem o NDE do Bacharelado em Gestão Ambiental.

Nº	Docente	Titulação	Função	Regime de trabalho	Lotação
1	Antônio do Socorro Ferreira Pinheiro	Doutorado	Membro	Dedicação Exclusiva	ICTA
2	Diani Fernanda da Silva Less	Doutorado	Membro	Dedicação Exclusiva	ICTA
3	Glauce Vitor Silva	Doutorado	Membro	Dedicação Exclusiva	IFII

4	João Paulo Soares de Cortes	Doutorado	Vice-presidente	Dedicação Exclusiva	ICTA
5	José Max Barbosa De Oliveira Junior	Doutorado	Membro	Dedicação Exclusiva	ICTA
6	José Reinaldo Pacheco Peleja	Doutorado	Membro	Dedicação Exclusiva	ICTA
7	Quêzia Leandro de Moura Guerreiro	Doutorado	Presidenta	Dedicação Exclusiva	ICTA
8	Rafael Caldeira Magalhães	Doutorado	Membro	Dedicação Exclusiva	ICTA
9	Ynglea Georgina de Freitas Goch	Doutorado	Membro	Dedicação Exclusiva	ICTA

3.4.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante

O NDE tem caráter consultivo para acompanhamento do curso, atuando no processo de concepção, consolidação e realizará contínua atualização do PPC visando à promoção de sua qualidade.

Com base na Resolução Conaes nº 01/2010, são atribuições do NDE do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental:

- Consolidar o PPC do curso com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação e no Projeto Político Pedagógico Institucional;
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- Propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;
- Propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- Convidar consultores ad hoc para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso, quando necessário;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigência do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas nacionais, regionais e locais, relativas à área de conhecimento do curso.

O NDE reúne-se ordinariamente, por convocação de iniciativa de seu Presidente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

O presidente do NDE tem como atribuições: a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade; b) Representar o NDE junto aos órgãos da instituição; c) Encaminhar as deliberações do NDE ao Colegiado do Curso; e d) Coordenar e promover a integração com o Colegiado do curso e demais colegiados e setores da Instituição.

3.4.2 Titulação e Formação Acadêmica do NDE

- 1) **Prof. Dr. Antônio do Socorro Ferreira Pinheiro:** Bacharel em Direito, UFPA (2001), Mestrado em Direito do Estado, Unama (2008), Doutorado em Biotecnologia/Biodiversidade (Bionorte MPEG/UFPA, 2016). Áreas de atuação: Legislação Ambiental, Propriedade Intelectual, Biodiversidade, Biotecnologia, Produção e uso do Conhecimento, Conhecimento Tradicional, Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação Superior.
- 2) **Profa. Dra. Diani Fernanda da Silva Less:** Graduada em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Mestre em Engenharia Química pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, área de concentração Monitoramento e Controle Ambiental. Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia pela Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Rede Bionorte). Atua nas áreas de Hidrodinâmica e Biogeoquímica de Sistemas Fluviais e Inovação Tecnológica em Saneamento, com ênfase em Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas de Tratamento de Esgoto Doméstico.
- 3) **Profa. Dra. Glauce Vitor da Silva:** Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará - Uepa. Especialista em Educação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Bacharela em Turismo pela - UFPA.
- 4) **Prof. Dr. João Paulo Soares de Cortes:** Geógrafo, mestre e doutor em Geociências e Meio ambiente (UNESP - Rio Claro), professor adjunto no Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Trabalha com os temas Geomorfologia, Planejamento Ambiental, Geoprocessamento e Análises Espaciais. Representante institucional das redes Global Water Partnership (GWP) e Sustainable Development Solutions Network (SDSN). Coordenador do projeto de extensão "Espaços Transversais; Perspectivas em Meio Ambiente".
- 5) **Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior:** Pós-Doutor em Ecologia Aquática pelo Centro de Ciências do Mar (CCMAR) da Universidade do Algarve (UAlg), Portugal. Doutor em Zoologia (Conservação e Ecologia) pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Mestre em Ecologia e Conservação (Ecologia de Sistemas e Comunidades de Áreas Úmidas) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Especialista em Zoologia; Ecologia; Perícia e Auditoria Ambiental; Licenciamento Ambiental; Direito Ambiental; Educação Ambiental; Engenharia Ambiental e Indicadores de Qualidade e Ensino Remoto, Ensino a Distância e Metodologias Ativas. Licenciado em Ciências Biológicas pela Faculdade Araguaia (FARA). Áreas de interesse: ecologia, conservação ambiental, agricultura, pecuária, desmatamento, avaliação de impacto ambiental, insetos aquáticos, bioindicadores, ecossistemas aquáticos continentais, padrões de distribuição, ciência cidadã.
- 6) **Prof. José Reinaldo Pacheco Peleja:** Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (1999), mestrado (2002) e doutorado (2007) em Biologia de Água Doce e Pesca Interior pelo Instituto Nacional de Pesquisas da

Amazônia - INPA. Atua na área de Ecossistemas aquáticos, com ênfase em Limnologia Aplicada, Qualidade da água, Ecotoxicologia, Biogeoquímica Aquática e Pesca Interior.

- 7) **Profa. Quêzia Leandro de Moura:** Doutora e Mestre em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com a Embrapa e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Especialista em Ciências Forenses pelo Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa). Bacharela em Ciências Ambientais pelo Cesupa e em Engenharia Civil pelo Centro Universitário da Amazônia (Unama). Possui experiência nos temas: solo, educação ambiental, gestão ambiental, gestão de unidades de conservação, manejo de recursos naturais, planejamento urbano e ambiental e gestão turística sustentável.
- 8) **Prof. Dr. Rafael Caldeira Magalhães:** Engenheiro Sanitarista (2005), Mestre em Engenharia Civil/UFPA, linha de pesquisa em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (2007) pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Doutor em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2018).
- 9) **Profa. Ynglea Georgina de Freitas Goch:** graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela UFPA (1999), Mestre em Biologia Ambiental pela UFPA (2002) e Doutora em Biologia - Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (2007). Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Comunidades de Peixes e Ecologia de Ecossistemas Aquáticos atuando principalmente nos seguintes temas: biomonitoramento, ecotoxicologia, limnologia, ecologia de ecossistemas amazônicos e gestão de bacias hidrográficas.

PARTE IV: INFRAESTRUTURA

4.1 INSTALAÇÕES GERAIS

As atividades administrativas do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental estão lotadas no 4º piso do prédio denominado Bloco Modular Tapajós 01, Unidade Tapajós (sede da Ufopa). Neste andar estão a sala da coordenação administrativa, a sala para a Coordenação do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, a sala para a Direção do Instituto e uma antessala para a secretaria executiva, três salas de trabalho para docentes, almoxarifado, banheiros femininos e masculinos, a sala de apoio docente, uma copa, um almoxarifado, e a sala da Empresa Jr.

O acesso ao prédio ocorre por meio de dois postos de serviço, funcionando 24 horas, com vigilantes, trabalhando em jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. O prédio possui área ampla e instalações de segurança (luz e saída de emergência), boa iluminação e ventilação.

4.2 SALAS DE AULA

O ICTA dispõe de seis salas de aula localizadas no primeiro e segundo pavimentos do Núcleo de Salas de Aula (NSA). O prédio é formado por dois blocos, com 20 salas de aula cada um, com capacidade para até 50 (cinquenta) discentes e equipadas com equipamento multimídia, central de ar condicionado e mesa para o docente. As salas de aulas possuem dimensões adequadas para a quantidade de vagas ofertadas anualmente, acesso facilitado por meio de portas com larguras adequadas, escada, elevador de acesso para pessoas com deficiência. Todas são bem iluminadas, conservadas, limpas, oferecendo ambiente adequado para a prática do ensino. A limpeza ocorre diariamente por uma equipe terceirizada. Assim, o curso de Bacharelado em Gestão Ambiental conta com infraestrutura que atende à demanda de turmas.

4.3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os docentes do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas – ICTA, vinculados ao curso de Bacharelado em Gestão Ambiental estão distribuídos em três salas:

- 1) Salão com área de 60 m², comportando 11 docentes;
- 2) Salão com área de 80 m², comportando 12 docentes;
- 3) Sala com área de 60 m², comportando 12 docentes.

Todos têm escaninhos (gabinete de trabalho) individualizados, computador, além de contar com espaços individualizados (armários compartilhados), com divisões para atender a todos os docentes. As duas primeiras salas dispõem de uma sala para atendimento aos discentes, copa e banheiros masculino e feminino. Esta mesma estrutura pode ser observada para a terceira sala.

Os locais são bem iluminados, conservados, com boas condições de acústica e sistema de refrigeração, recebendo limpeza diária por equipe profissional de conservação e limpeza.

4.4 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental está localizada na sala 409 do Bloco Modular do Tapajós, em gabinete individualizado. Apoiando a Coordenação de curso há a Coordenação acadêmica integrada dos cursos de graduação do ICTA, que está instalada na sala 403 (área total de 60 m²).

Na Coordenação acadêmica integrada de graduação estão lotados cinco Assistentes em Administração e dois Técnico em Assuntos Educacionais. O ambiente possui sete computadores conectados à rede *wi-fi* e sete mesas em L, contendo cadeiras para atendimento

da comunidade acadêmica interna e externa. Além disso, apresenta armários para arquivar documentos, impressora, telefone e assentos para os discentes aguardarem o atendimento.

A coordenação do curso conta ainda com armários para arquivar documentos pastas suspensas. A área apresenta boas condições de conservação, iluminação, limpeza e sistema de refrigeração.

4.5 AUDITÓRIOS

O curso de Bacharelado em Gestão Ambiental dispõe de dois auditórios com equipamento multimídia e central de ar-condicionado nas dependências da Ufopa:

- Auditório Wilson Fonseca, localizado na Unidade Rondon, com capacidade para 120 pessoas, equipado com equipamento multimídia e central de ar condicionado. O auditório é bem iluminado, amplo, conservado e limpo.
- Auditório da Unidade Tapajós (Central), com capacidade para 597 pessoas, equipado com equipamento multimídia e central de ar-condicionado. O Auditório é bem iluminado, amplo, conservado e limpo. Este auditório tem estrutura para ser dividido, em dois auditórios, de acordo com a especificidade do evento.
- Nos prédios Bloco Modular Tapajós 01 e Bloco Modular Tapajós 02, há miniauditórios, com capacidade média de 60 pessoas. Estes também apresentam boa iluminação, conservação e são equipados com multimídia e central de ar-condicionado.

4.6 BIBLIOTECA

A Biblioteca da Ufopa da Unidade Tapajós tem como objetivo atender toda a comunidade acadêmica, bem como a comunidade externa em suas necessidades bibliográficas e informacionais. A biblioteca oferece suporte ao desenvolvimento dos cursos ministrados, estimulando a pesquisa científica e o acesso à informação. Possui o Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI Ufopa cujas atividades iniciaram em 2010, compondo o sistema de unidades de bibliotecas da sede, Santarém, e as unidades dos Campi do Regionais.

O SIBI Ufopa é composto pelos serviços e produtos:

- a) Cadastro na biblioteca: O cadastro para utilização dos serviços deve ser realizado através do SIGAA, na aba “Biblioteca” mediante criação de senha de 6 dígitos numéricos.
- b) Empréstimo e devolução: O Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufopa dispõe de um acervo diversificado com mais de 67 mil exemplares. A consulta local a esses títulos pode ser efetuada em nas unidades por qualquer usuário (interno ou externo). A realização de empréstimos, no entanto, é restrita à comunidade acadêmica – alunos e servidores (técnicos administrativos e/ou docentes) – mediante cadastro no SIGAA.

- c) Acesso à internet: Todas as bibliotecas do sistema oferecem Wi-Fi e estações de acesso à Internet para uso dos usuários na realização de pesquisas acadêmicas, escrita e/ou consulta ao catálogo online.
- d) Normas Técnicas (Target GEDWeb): É um sistema de gestão de normas e documentos regulatórios, reúne normas da ABNT e do Mercosul, bem como de órgãos reguladores nacionais. O Target é um buscador que faz pesquisas especializadas em bases de dados próprias, rastreando e atualizando, diária e automaticamente (duas vezes ao dia), centenas de milhares de regulamentações técnicas. A plataforma é responsiva e pode ser acessada de qualquer dispositivo. O acesso é aberto a toda comunidade da Ufopa, mediante cadastro na página de acesso à plataforma e, posterior, autorização pela Biblioteca.
- e) Repositório Institucional Ufopa: O Poraquê, Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), tem como objetivo armazenar, preservar, dar acesso e visibilidade à produção científica em formato digital da universidade. O nome Poraquê é uma alusão ao peixe-elétrico da Amazônia, em que seu corpo é capaz de produzir pulsos elétricos, é dito, que enxergar no escuro, logo, possui autonomia energética, capaz de acender uma lâmpada. Visando o estabelecimento de normas e diretrizes para o funcionamento do RIUFOPA foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, sua Política Institucional de Informação: Resolução Consepe/Ufopa 339/2021, a Política Repositório Institucional da Ufopa.
- f) Ficha Catalográfica: O serviço de elaboração da Ficha Catalográfica é destinado exclusivamente à comunidade acadêmica da Ufopa. A partir da solicitação, que deve ser realizada através do SIGAA, o bibliotecário responsável pela unidade fará o tratamento temático e descritivo da produção técnica e/ou científica do usuário solicitante. Para solicitação, o usuário deve estar logado no SIGAA e selecionar a aba superior “Biblioteca”. A partir dela, basta navegar até o menu “Serviços ao Usuário” e selecionar o serviço de “Catalogação na Fonte”. Após ser redirecionado para o formulário de solicitação, o usuário deverá preencher algumas informações sobre a sua produção acadêmica e anexar a versão final em formato PDF.
- g) Solicitação de ISBN e ISSN: O Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufopa faz a mediação entre autores e a Câmara Brasileira do Livro (CBL) no processo de solicitação do ISBN. É importante destacar que esse serviço está disponível apenas para servidores (técnicos e professores) e alunos da Ufopa. Vale salientar, ainda, que a obra deve, necessariamente, ser resultado de um projeto, pesquisa, evento e/ou produto institucional. Isso quer dizer que, obras de caráter pessoal (ainda que científicas) não serão consideradas aptas para o serviço. O ISSN (*International Standard Serial Number*), sigla em inglês para Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas, é o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada. Esse número se torna único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído. Isto é, um evento ou periódico responderá a um único ISSN, não necessitando que a cada edição um novo número seja solicitado.

4.6.1 Bibliografia básica por unidade curricular

O SIBI Ufopa possui acervo informatizado e tombado junto ao patrimônio da Universidade. A consulta digital a esses títulos pode ser realizada de forma ininterrupta. A

bibliografia básica está adequada e atualizada de acordo com as unidades curriculares. A bibliografia básica dos componentes obrigatórios está descrita no Anexo 2.

4.6.2 Bibliografia complementar por unidade curricular

A bibliografia complementar está adequada e atualizada de acordo com as unidades curriculares. A bibliografia complementar dos componentes obrigatórios está descrita no Anexo 2.

4.7 LABORATÓRIOS

4.7.1 Política de Atualização dos Laboratórios

Os Laboratórios do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental têm seus equipamentos e softwares atualizados a cada quatro anos com intuito de garantir o bom desempenho das máquinas e a atualização dos docentes e discentes em novos instrumentos de pesquisa e análise de dados biológicos.

4.7.2 Normas de Funcionamento e Segurança

Os laboratórios possuem normas de segurança e de uso e funcionam em período integral. Em todos há, no mínimo, um técnico com ensino médio ou superior para auxiliar nas aulas práticas e pesquisas. São disponíveis equipamentos de proteção e ar-condicionado.

Os Laboratórios de ensino são equipados com quadro branco. As aulas são previamente agendadas para evitar acumulação de turmas em seu interior. Turmas maiores são divididas para possibilitar a melhor acomodação dos discentes.

A manutenção dos equipamentos é conduzida pela Ufopa ou por verba de projetos de pesquisa e extensão ou acordos de cooperação técnica. A quantidade de equipamentos existentes nos laboratórios é adequada aos espaços físicos e ao número de vagas autorizado para curso, respeitando à capacidade de lotação de cada espaço.

4.7.3 Dados dos laboratórios do Bacharelado em Gestão Ambiental

O curso de Bacharelado em Gestão Ambiental dispõe de dois laboratórios que são divididos em ensino e ensino e pesquisa, Laboratório de Biologia Ambiental e Laboratório de Estudos de Impactos Ambiental, respectivamente. Também possui dois laboratórios em convênio com a Eletronorte. Todos são detalhados abaixo.

Laboratório de Biologia Ambiental – Localizado na Unidade Randon, coordenado pelo Professor Dr. Reinaldo Peleja, possui 68 m². Dispõe de mesas, bancadas, cadeiras e armários, além de diversos equipamentos. Pode atender a 20 discentes. Há dois técnicos responsável pela manutenção do laboratório. O laboratório funciona em horário integral, ou seja, de manhã, a tarde e à noite, de acordo com os horários de funcionamento da universidade nestes três turnos.

Laboratório de Estudos de Impacto Ambiental – Localizado na Unidade Tapajós, possui área de 60 m². Dentre os equipamentos há autoclave, microscópios, estufa, potenciômetro de bancada dentre outros. Possui vidrarias diversas, em quantidade variável, que proporcionam atender 25 discentes em práticas de ensino. Há um técnico responsável pela manutenção do laboratório. O laboratório funciona em horário integral, ou seja, de manhã, à tarde e à noite, de acordo com os horários de funcionamento da universidade nestes três turnos.

Laboratório de Limnologia e Qualidade da Água – Localizado em Curuá-una vinculado ao curso pelo convênio de Cooperação Técnica-Financeira ELETRONORTE/Ufopa.

Laboratório de Ecologia e Monitoramento Ictiológico - Localizado em Curuá-una vinculado ao curso pelo convênio de Cooperação Técnica-Financeira ELETRONORTE/Ufopa.

4.7.4 Dados dos laboratórios de outros cursos do ICTA usados pelo BGA

Os laboratórios listados abaixo estão vinculados a outros cursos do ICTA, mas são utilizados pelos docentes que ministram unidades curriculares no curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, conforme a necessidade.

Laboratório de Biologia Aplicada - Localizado na Unidade Tapajós, possui 50 m², vinculado ao curso de Bacharelado em Ciência Biológicas. Possui vários equipamentos como estufas, microscópios, lupas, capela, espectrofotômetro, fluxo laminar entre outros. Mobiliários: bancadas, armários e cadeiras. A vidraria é diversa e em quantidade, suficiente para atender 25 discentes nas práticas de ensino. Há dois técnicos responsáveis pela manutenção do laboratório. O laboratório funciona em horário integral, ou seja, de manhã, a tarde e à noite, de acordo com os horários de funcionamento da universidade nestes três turnos.

Laboratório de Recursos Aquáticos - Localizado na Unidade Tapajós, vinculado ao curso de Engenharia de Pesca, com área de 52 m². Dispõe de expressiva quantidade de equipamentos e mobiliário semelhante ao laboratório anterior. A vidraria é diversa e em quantidade suficiente para atender 25 discentes nas práticas de ensino. Há um técnico

responsável pela manutenção do laboratório. O laboratório funciona em horário integral, ou seja, de manhã, à tarde e à noite, de acordo com os horários de funcionamento da universidade nestes três turnos.

Laboratório de Química Aplicada a Toxicologia, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos - Localizado na Unidade Tapajós, possui 60 m², vinculado ao curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental. Dispõe de bancadas, armários, mesas e gaveteiros e equipamentos diversos. Esse laboratório pode atender aulas práticas para 25 discentes. Há dois técnicos responsáveis pela manutenção do laboratório, que funciona em horário integral, de acordo com os horários de funcionamento da universidade.

Laboratório de Química Geral e Experimental – Localizado na Unidade Tapajós, vinculado ao Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental, possui 61 m². Dispõe de mesas, bancadas, cadeiras, estantes e armários e equipamentos diversos. Pode atender a 20 discentes. Há um técnico responsável pela manutenção do laboratório. O laboratório funciona em horário integral, ou seja, de manhã, à tarde e à noite, de acordo com os horários de funcionamento da universidade nestes três turnos.

Laboratório de Química – Localizado na Unidade Tapajós, vinculado ao curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, possui 47 m². Dispõe de mesas, bancadas, cadeiras, estantes e armários e equipamentos diversos. Pode atender a 20 discentes. Há um técnico responsável pela manutenção do laboratório. O laboratório funciona em horário integral, ou seja, de manhã, à tarde e à noite, de acordo com os horários de funcionamento da universidade nestes três turnos.

Laboratório de Informática – Localizado na Unidade Tapajós, vinculado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologias das Águas, possui 70 m². Dispõe de mesas, cadeiras e armários; computadores suficientes para atender 50 discentes. O laboratório funciona em horário integral, ou seja, de manhã, à tarde e à noite, de acordo com os horários de funcionamento da universidade nestes três turnos.

Laboratório de Tratamento de Águas Residuárias - Localizado na Unidade Tapajós, possui 60 m², vinculado ao curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental. Dispõe de bancadas, armários, mesas e gaveteiros e equipamentos diversos. Esse laboratório pode atender aulas práticas para 20 discentes. Há um técnico responsável pela manutenção do laboratório. Funciona em horário parcial, de manhã e à tarde, de acordo com os horários de funcionamento da universidade.

4.7.5 Laboratórios Didáticos Especializados – Qualidade

Os laboratórios do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas possuem normas de funcionamento, utilização e segurança, equipamentos de proteção individual (luvas e máscara) e coletiva (extintor, chuveiro lava-olhos etc.). Todos possuem normas de funcionamento e uso restrito mediante agendamento prévio. As turmas do ICTA apresentam no máximo 50 discentes e nas aulas práticas as turmas são divididas.

Os laboratórios possuem armários e bancadas laterais que possibilitam guardar os equipamentos após as práticas. Os insumos são adquiridos através de processo licitatório, armazenados em armários e passam por uma inspeção frequente dos usuários do local. Após o uso, são guardados novamente no local em que foram retidos.

4.7.6 Laboratórios didáticos especializados – Serviços

Os laboratórios do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas oferecem atendimento à comunidade e a outros órgãos, como o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. Estes são ofertados por meio de parcerias em projetos de extensão, pesquisa e acordos de cooperação técnica. À medida que todos os equipamentos necessários estiverem disponíveis, serão ampliados a oferta de serviços à comunidade interna e externa de acordo com a aplicabilidade de cada laboratório, resguardando sempre a conciliação do alcance dos objetivos do curso, a consolidação do perfil do egresso, a inserção social e as parcerias institucionais.

4.8 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) estão vinculados à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde. A Resolução CNS nº 196/1996 define os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPS) como “colegiados interdisciplinares e independentes, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses do sujeito da pesquisa, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas”. Contribuindo, assim, com o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, cabe a eles, a função de revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, tendo a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição.

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Ufopa (CEP/Ufopa) foi instituído em 20 de dezembro de 2019, através da Portaria nº43/2019 da Reitoria da

Universidade Federal do Oeste do Pará. Foi aprovado em fevereiro de 2021 pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculada ao Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, o CEP/Ufopa iniciou as atividades em 30 de maio de 2021.

Possui regimento interno redigido de acordo com as normas para atuação dos CEP's, delineadas nas Resoluções CNS 370/2007, CNS no 466 de 12/12/2012 e CNS no 510 de 07/04/2016, além de demais documentos normativos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde, o regimento foi aprovado em 21 de outubro de 2020.

4.9 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A instituição oferece acesso à informática aos discentes, junto à biblioteca nas Unidades Rondon e Tapajós. Os dias de funcionamento são de segunda a sexta-feira, e os horários de atendimentos aos discentes ocorrem nos três turnos de funcionamento da instituição: matutino, vespertino e noturno. Além disso, a comunidade acadêmica dispõe de acesso a rede Wi-Fi em todos os campi. Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – o estudante pode acompanhar seu percurso discente, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico discente, disciplinas matriculadas, rendimento, entre outros.

Os discentes do curso também podem utilizar os laboratórios de informática distribuídos nos diferentes campi da instituição. Desta forma, a Ufopa possibilita aos discentes do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental o acesso a equipamentos de informática em números adequados, atualizados e com boa velocidade de Internet.

4.10 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A segurança da Ufopa é realizada por uma empresa terceirizada sendo supervisionada pela Coordenação de Segurança Patrimonial, vinculada à Pró-Reitoria de Administração (Proad). Na Unidade Tapajós, onde se localiza o curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, a segurança está integrada com o serviço de transporte de estudantes, pois como o curso de Bacharelado em Gestão Ambiental funciona em horário noturno, há uma certa dificuldade de segurança no entorno do campus, o que é diminuído com a presença de câmeras e o trabalho ostensivo da segurança patrimonial da Ufopa.

ANEXO 1 DOCUMENTO DO ATO DE CRIAÇÃO DO BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL

ANO III – Nº 36 (ADITIVO I), terça-feira, 26 de fevereiro de 2013	Boletim de Atos Administrativos da UFOPA	4
<p>totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.</p> <p>Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.</p> <p>Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p>	<p><i>sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.</i></p> <p>O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009,</p>	<p>com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.</p> <p>Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.</p> <p>Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p>
<p>Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará</p>	<p>Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará</p>	<p>Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará</p>
<p>JOSÉ SEIXAS LOURENÇO</p>	<p>RESOLVE:</p>	<p>JOSÉ SEIXAS LOURENÇO</p>
<p>PORTARIA Nº 142, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013</p>	<p>Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.</p>	<p>PORTARIA Nº 145, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013</p>
<p><i>Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Arqueologia na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.</i></p>	<p>Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.</p> <p>Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p>	<p><i>Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.</i></p>
<p>O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009,</p>	<p>Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará</p>	<p>O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009,</p>
<p>RESOLVE:</p>	<p>JOSÉ SEIXAS LOURENÇO</p>	<p>RESOLVE:</p>
<p>Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Arqueologia, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.</p> <p>Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.</p> <p>Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>PORTARIA Nº 144, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013</p>	<p>Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.</p> <p>Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.</p> <p>Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p>
<p>Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará</p>	<p><i>Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.</i></p> <p>O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009,</p>	<p>Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará</p>
<p>JOSÉ SEIXAS LOURENÇO</p>	<p>RESOLVE:</p>	<p>JOSÉ SEIXAS LOURENÇO</p>
<p>PORTARIA Nº 143, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013</p>	<p>Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional,</p>	<p>PORTARIA Nº 146, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013</p>
<p><i>Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas na</i></p>		

ANEXO 2 EMENTÁRIO - BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL (ICTA/UFOPA)

Disciplina:	INTRODUÇÃO AO SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
<p>Conceito de saneamento básico e saneamento ambiental. Conceito multidimensional de saneamento. Sistemas de Saneamento: sistemas de tratamento e abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Gestão Ambiental – Bases históricas e conceituais. Desenvolvimento sustentável, Sistema de Gestão Ambiental. Responsabilidade Socioambiental.</p>						
Bibliografia Básica						
<p>PHILIPPI JUNIOR, A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2005. 842 p. (Ambiental, 2) ISBN: 8520421881. PHILIPPI Jr, A.; ROMERO, M. A.; BRUNA, G.C. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole. 1045p. 2004. REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (ORG.). Águas doces no Brasil: [capital ecológico, uso e conservação]. 3ª ed. Escrituras, 750p. 2006. SUETÔNIO, M. Introdução à Engenharia Ambiental. 4ªed. 388p. 2006.</p>						
Bibliografia Complementar						
<p>RESENDE, S. C. HELLER, L. O saneamento no Brasil - 2º ed. revis. 387p. 2008. PHILIPPI, A. J. Saneamento, Saúde e Ambiente. Coleção Ambiental. Editora Manole. 2005. 842p. BRASIL Fundação Nacional de Saúde. Manual de rotinas administrativas dos serviços municipais de saneamento ambiental (SMSA). FUNASA. 2006. DOURADO, M. C. (org.). Direito ambiental e a questão amazônica. EDUFPA, 1991. MILARÉ, E. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7ª ed. Revista dos Tribunais, 2011. DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. 2ª ed. ATLAS, 2012. MIHELIC, J.R.; ZIMMERMAN, J. B. (Org). Engenharia Ambiental: Fundamentos, sustentabilidade e projeto. Editora LTC, 1ª ed. 2012. SUETÔNIO, M. Introdução à Engenharia Ambiental. 4ªed. 388p. 2006.</p>						

Disciplina:	FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
<p>Fundamentos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). O conceito de (CTS). Ciência e Tecnologia no Brasil. Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia. Temas em C&T das Águas: Ambiente e sustentabilidade. Recursos Hídricos. Pesca e recursos pesqueiros. Gestão e Desenvolvimento. Águas e Serviços ecossistêmicos. Pesquisa e Desenvolvimento. Produção de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fronteiras e Avanços em C&T das Águas.</p>						
Bibliografia Básica						
<p>CAMPOS, Fernando Rossetto Gallego. Ciência, tecnologia e sociedade / Fernando Rossetto Gallego Campos. – Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010. 85 p.: il.; 27,9 cm. MORIN, Edgar. Ciência com consciência. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996. SANTOS, L. W. et al. (Org.). Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002. PORTO, CM., org. Difusão e cultura científica: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 23-43. ISBN 978-85-2320-912-4. Available from Scielo Books <http://books.scielo.org>.</p>						
Bibliografia Complementar						
<p>AULER, D.; BAZZO, W. A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional Brasileiro. Ciência & Educação, Bauru, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2001.</p>						

BAZZO, Walter Antônio. Ciência, Tecnologia e Sociedade e o contexto da educação tecnológica. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/bazzocts.htm#a>>

BAZZO, W. A. et al. Introdução aos estudos CTS: o que é ciência, tecnologia e sociedade? [S.l.]: OEI, 2003. (Cadernos de Ibero-América).

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: Cadernos de Pesquisa, (PPGSP/UFSC) n. 17, p. 1-28, set. 1999.

CARLOS H. BRITO CRUZ. Ciência e tecnologia no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.73, p. 58-90, março/maio 2007.

GARCIA, M. I. G.; CERESO, J. A. L.; LÓPEZ, J. L. Ciencia, tecnología y sociedad: una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

LUCCI, Elian Alabi et al. Território e sociedade no mundo globalizado: geografia geral e do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

Disciplina:		METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0		
Ementa							
Filosofia da ciência. Gênese do método científico. Delineamento experimental. Técnicas de redação científica. Estrutura de um trabalho científico. Estratégias para redigir trabalhos científicos: título, palavras-chave, introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados, discussão, conclusões, referências, tabelas e figuras. Leitura de artigos. Redação de projeto de pesquisa. Preparação de manuscrito para publicação. Técnicas de apresentação de trabalhos científicos em eventos: pôster e apresentação oral.							
Bibliografia Básica							
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação / Maria Margarida de Andrade; colaboração de João Alcino de Andrade Martins. - 10. ed. 10 reimp. - São Paulo: Atlas, 2018.							
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. - 24ª ed. - São Paulo: Cortez, 2016.							
LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa / pesquisa bibliográfica / teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.							
LEHFELD, Lucas de Souza. Monografia jurídica: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica / Lucas de Souza Lehfeld, Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Paulo Eduardo Lépre. - São Paulo: Método, 2011.							
Bibliografia Complementar							
HARDY, H. Instruções para escrever um projeto de pesquisa. Ed. Cemicamp, Campinas. 60 pp.							
MATTAR, JOÃO. 2008. Metodologia científica na era da informática. 3ª ed. Saraiva.							
PRESTES, M. L. M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. Editora Réspel. 4ª Ed. São Paulo, 2011. 312 pp.							
VOLPATO, G. L. Método lógico para redação científica. Editora Best Writing. 2011. 320 pp.							
VOLPATO, G. L. Bases teóricas para redação científica. Editora Cultura acadêmica e Editora Scripta, Vinhedo. 2007. 125 pp.							

Disciplina:		FUNDAMENTOS DE CÁLCULO					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0		
Ementa							
Números Reais: Números racionais e reais, módulo e intervalo de um número real, intervalos, raízes e potências. Funções: Função de uma variável real, funções trigonométricas, operações com funções, funções exponenciais e logarítmicas. Limites e Continuidade: Limites laterais, limites de uma função, teorema do confronto, continuidades das funções trigonométricas, limite fundamental e propriedades operatórias, extensões do conceito de limites.							
Bibliografia Básica							

ANTON, Howard. Cálculo: volume I / Howard Anton, Irl Bivens, Stephen Davis; tradução: Claus Ivo Doering. - 8. ed. - Porto Alegre, RS: Bookman, 2007.
 MUNIZ NETO, Antônio Caminha. Fundamentos de cálculo / Antônio Caminha Muniz Neto. - 1. ed., 2. impr. - Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2015.
 Pré-cálculo. Valéria Zuma Medeiros (coord.); André Machado Caldeira, Luiza Maria Oliveira da Silva, Maria Augusta Soares Machado. 3. ed.rev. e ampl - São Paulo: Cengage Learning, 2014.
 STEWART, James. Cálculo: volume 1 / James Stewart; tradução Helena Maria Ávila de Castro. - 8. ed. - São Paulo: Cengage learning, 2016.
 THOMAS, George Brinton. Cálculo / por George B. Thomas, Jr.; tradução de Kleber Roberto Pedroso. - 12.ed. - São Paulo: Pearson, 2012.

Bibliografia Complementar

ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. 2007. Cálculo. 8ª ed. Bookman, 680p.
 BARROSO, Leônidas Conceição *et al* 1987. Cálculo Numérico (Com Aplicações). 2ª ed. Harbra, 368p.
 FRANCO, Neide Bertoldi. 2012. Cálculo Numérico. 1ª ed. Pearson Prentice Hall, 520p.
 GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. 5ª Edição, Vol. 1. Rio de Janeiro, 2001, 636p.
 STEWART, J. Cálculo. Vol. 2. São Paulo: Thomson, 2006, 652p.

Disciplina:		ECOLOGIA GERAL			
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Histórico e Conceito de ecologia; Noções de Ecologia de Populações e Comunidade; Associações/Relações Biológicas; Principais componentes do ecossistema; Biomas; Transferências de matéria e fluxo de energia; Ciclos Biogeoquímicos e mudanças climáticas.					
Bibliografia Básica					
BEGON, M.; TOWNSEND, C.R.; HARPER, J. L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4ª ed. Armited. 2008, 752p. MARTINS, S. V. (EDIT). Ecologia de florestas tropicais do Brasil. 4ª Ed. Editora UFV. 2009, 261p. ODUM, E. P. Ecologia. Ed. Guanabara Koogan. 2012, 434p. TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia. 3ª ed. Armited. 2009, 576p.					
Bibliografia Complementar					
CUNHA, J. C. C. (ORG.). Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia. UNAMAZ/UFPA. 1992, 286p. GOTELLI, N. J. ECOLOGIA. 4ª. Ed. Planta. 2009, 287p. JANZEN, D.H. Ecologia Vegetal nos Trópicos. São Paulo: Nobel. 1980, 96p. ODUM, EUGENE P.; BARRETT, GARY W. Fundamentos da Ecologia. I.S.B.N.: 8522105413. Editora: Thomson Pioneira, 2007, 632p. PIANKA, E. R. Evolutionary Ecology. ISBN: 0321042883/ISBN-13: 9780321042880. Editora: Addison Wesley (Pear). 6ª Edição – 1999, 397p					

Disciplina:		BIOLOGIA GERAL			
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15
Ementa					
Origem da vida; Classificação dos seres vivos; Reprodução dos seres vivos; Teorias da evolução, seleção natural e evidências do processo evolutivo; Diversidade biológica; As células e suas funções; Noções de nomenclatura botânica e zoológica.					
Bibliografia Básica					
ALBERTS, Bruce et al. Fundamentos da biologia celular. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006. 740 p., il. ISBN (Broch.). Acompanha CD-ROM. 2.ed. JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, Jose. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 364 p., il. color. 9.ed.					

PURVES, William K. et al. Vida: a ciência da biologia: volume 1, 2, 3: célula e hereditariedade. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009. 461 p./ v.1, il.

Bibliografia Complementar

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Tradução de Adriano Sanches Melo. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007. 740 p., il. ISBN (Broch.).

FUTUYMA, Douglas J. Biologia evolutiva. Tradução de Iulo Feliciano Afonso; revisão e adaptação Francisco A. Moura Duarte. 3. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC RP, 2009. xviii, 830 p., il.; c 3.ed.

LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Biologia hoje. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. 3 v., il. ISBN (Broch.).

MAYR, Ernst. Que é a evolução. Tradução de Ronaldo Sérgio De Biasi. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 342 p., il.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. Biologia da conservação. Londrina: Ed. Planta, 2001. vii, 327 p., il. ISBN (Broch.).

RAVEN, Peter H; EVERT, Ray Franklin; EICHHORN, Susan E. Biologia vegetal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2007. xxii, 830 p., il. (algumas color.) ISBN 978-85- 277-1229-3 (Broch.). 7.ed.

Disciplina:		TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO			
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Evolução das Teorias Administrativas. Os enfoques modernos da Gestão Empresarial. Modelos de Gestão. Planejamento/organização/direção/controle. Produtividade e Eficiência. Administração por Objetivos (APO). Conceitos fundamentais da Administração aplicáveis à Gestão Ambiental.					
Bibliografia Básica					
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. (19)					
MAXIMIANO, A. C. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
REBOUÇAS DE OLIVEIRA, D. P. Teoria geral da administração: uma abordagem prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
Bibliografia Complementar					
ANDRADE, R. O. B. Teoria geral da administração. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.					
BATEMAN, T. S; SNELL, S. Administração. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, McGraw-Hill, 2012.					
DRUCKER, P. O novo papel da administração. São Paulo: Nova Cultural, 1986.					
MAXIMIANO, A. C. Teoria geral da administração. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. Teoria geral da administração. 3ª ed. São Paulo: Thompson Learning, 2006.					

Disciplina:		HIDROINFORMÁTICA			
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Conceitos fundamentais da hidrologia e análise de sistemas de recursos hídricos. Aplicação de tecnologias para tratamento de informações, análises e simulações da quantificação e uso eficiente da água em hidráulica, hidrologia, qualidade de água e gestão. Introdução à Programação com Python na análise de dados					
Bibliografia Básica					
PORTO, R. L. L. (org.). Técnicas quantitativas para o gerenciamento de recursos hídricos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.					
FEITOSA, R. C., ROSSMAN, P. C. C., CASTRO, M. A. H. de, COSTA, C. T. Métodos numéricos em recursos hídricos, Vol. 8. ABRH, 2007.					

LOUCKS, D. P.; van BEEK, E. Water resources systems planning and management: an introduction to methods, models and applications. Paris: UNESCO, 2006.
MENEZES, N. N. C. Introdução à Programação com Python: Algoritmos e Lógica de Programação Para Iniciantes. 2019.
Bibliografia Complementar
ABRAHART, R. J.; SEE, L. M.; SOLOMATINE, D. P. Practical hydroinformatics. Springer, 2008.
MOHID. Water Modelling System. 2020. Disponível em: < http://www.mohid.com/pages/home/whatismohid.shtml >

Disciplina:	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
A Norma ambiental, Hierarquia, princípios e resoluções. Atividade econômica e meio ambiente. A Evolução da Legislação Ambiental – constitucionalização do meio ambiente no Brasil, Responsabilidade objetiva; responsabilidades administrativa, civil e criminal decorrentes de danos ambientais; Atuação e atribuições do Ministério Público / poderes do cidadão comum; Leis / Políticas Ambientais vigentes; Lei dos crimes ambientais.						
Bibliografia Básica						
ANTUNES, Paulo Bessa. Direito ambiental. 19ª ed. São Paulo: GEN I ATLAS, 2017.						
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.						
MILARE, Edis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco doutrina, jurisprudência, glossário. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.						
PHILIPPI JR, Arlindo; ALVES, Almor Caffé (Ed.). Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueri: São Paulo, 2005.						
Bibliografia Complementar						
BURSZTYN, Marcel, BURSZTYN Maria A. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: os Caminhos do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.						
GANEM, Roseli Senna. Legislação brasileira sobre meio ambiente. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – 5 vols. Série legislativa; nº. 183. Disponível on-line na página da Editora da Câmara Federal.						
IBGE. Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 2ª ed. 2004.						
MOURA, Adriana Maria Magalhães de Governança Ambiental no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.						
Biblioteca Digital da Ufopa: http://ufopa.edu.br/sibi/comunica/noticias/bibliotecas-da-ufopa-ampliam-acervo-com-acesso-a-plataforma-digital-de-livros/						

Disciplina:	METEOROLOGIA E CLIMATOLOGIA					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15	
Ementa						
Tempo e clima. Elementos e fatores climáticos. Estrutura e composição atmosférica. Elementos do clima e instrumentação meteorológica: Radiação Solar, Precipitação, Temperatura do ar, Umidade relativa do Ar, Evaporação e Evapotranspiração, Pressão atmosférica, Vento. Circulação Geral da Atmosfera. Variações e mudanças climáticas. Classificações climáticas e climas regionais. Aquisição de dados meteorológicos.						
Bibliografia Básica						
MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, c2007. 206 p. ISBN: 9788586238543.						
AYOADE, JO. Introdução à climatologia para os trópicos. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 332 p. ISBN: 8528604276. (2)						
VIANELLO, Rubens Leite; ALVES, Adil Rainier. Meteorologia básica e aplicações. 2. ed., rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012. 460p. ISBN: 9788572694322.						
Bibliografia Complementar						

BUCKERIDGE, Marcos S. (ORG.). 2008. Biologia e mudanças climáticas no Brasil. 1ª ed. Rima, 316p.
 VAREJÃO SILVA, M.A. Meteorologia e Climatologia. INMET, 2006, 463p. (Versão Digital disponível - Livre).
 FERREIRA, A.G. Meteorologia Prática. Oficina de Textos. 2006. 188p.

Disciplina:		GEOLOGIA GERAL				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15	
Ementa						
Origem e formação da Terra; minerais, rochas e minérios; tectônica de placas; processos formadores de rocha; formação do solo; águas subterrâneas e superficiais; geomorfologia. Dinâmica da Terra a partir de seus processos internos e externos. Condicionamento dos materiais geológicos e suas relações com a biosfera. Formação Geológica da Amazônia.						
Bibliografia Básica						
PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. Para Entender a Terra. Porto Alegre: Bookman, 4ª Ed. 2006, 656p. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. Decifrando Terra. 2ª ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2009. WICANDER, REED; MONROE, JAMES S. Fundamentos de geologia. CENGAGE LEARNING. 2011. 528p.						
Bibliografia Complementar						
CHRISTOFOLETTI, Antônio, Geomorfologia. São Paulo: Edgar Blucher Ltda, 1980. 188 p. LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do. Geologia Geral. 14 ed. Companhia Editora Nacional, 2001. POPP, José Henrique. Geologia Geral. 5ª ed. LTC- Livros Técnicos Científicos, 1998. SILVA, J. X. Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações. 5ª ed. Bertrand Brasil, 2004. SUGUIO, Kenitiro. Geologia sedimentar. BLUCHER, 2010. SUGUIO, Kenitiro. Geologia do quaternário e mudanças ambientais. Oficina de Textos, 2010.						

Disciplina:		ESTATÍSTICA APLICADA				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
Delineamento e Produção de dados. Conceitos básicos de estatística, Variáveis, População, Amostra. Introdução a Probabilidade. Teoria da Amostragem. Distribuições Amostrais. Experimentos. Protocolos e Instrumentos para Coleta de dados. Organização de planilhas. Conceitos em tabelas. Objetos x atributos.						
Bibliografia Básica						
MOORE, D.S. A estatística básica e sua prática. 2ª ed. Editora LTC. 2011. VIEIRA, S. Introdução a Bioestatística. 4ªed. Editora: ELSEVIER. 2008. COSTA, SERGIO FRANCISCO. Introdução Ilustrada À Estatística. 5ª Ed. Ed. Habra. 2013. CALLEGARI-JACQUES, S.M. Bioestatística: princípios e aplicações. ARTMED. 2008. MEYER, P.L. Probabilidade: aplicações à estatística. 2a ed. LTC. 2011. MOURÃO, G.; MAGNUSSON W.E. Estatística sem Matemática: a Ligação Entre as Questões e a Análise. Editora Planta. 2003. TORGO, L. Linguagem R – Programação para análise de dados. Livraria Escolar EDI, Portugal. ISBN: 97259224682009. 2009. https://www.r-project.org/						
Bibliografia Complementar						
ZAR, J. H. 2012. Biostatistical Analysis. 5a. ed., Prentice Hall. LARSON. R. Estatística aplicada. 4º Ed. Editora: PEARSON EDUCATION. 2012. MARTINS, G. A.; DONAIRE, D. Princípios de estatística: 900 exercícios resolvidos e propostos. 4ª ed. Editora: Atlas. 1993.						

Disciplina:	FÍSICA GERAL
--------------------	--------------

Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Grandezas Físicas e unidades de Medida. Análise de movimentos. As Leis de Newton e aplicações. Energia: Fontes, tipos. Lei de Conservação. Trabalho, Potência e Energia. Conceitos de Termodinâmica (Temperatura, calor, calorimetria, Leis da Termodinâmica). Dinâmica dos fluidos: densidade, pressão, noções de escoamento, tensão superficial. Equação da continuidade. Princípios de Bernoulli. Fenômenos eletromagnéticos.					
Bibliografia Básica					
KNIGHT, Randall D. 2009. Física: uma abordagem estratégica. Bookman, 2ª Ed, 492p. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; KRANE, Kenneth S. Física 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Ltc - Livro Técnico e Científico, c2003. xii, 368 p. ISBN: 9788521613527. TIPLER, P. 2006. Física Moderna. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos. S.A. 3a ed.					
Bibliografia Complementar					
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 4 v. ISBN: 97885216190311, 97885216190482, 97885216190553, 97885216190624. OKUNO, Emico; CALDAS, Iberê Luiz; CHOW, Cecil. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harbra, c1986. 490 p. ISBN: 9798529401316.					

Disciplina:	GEOINFORMAÇÃO APLICADA				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15
Ementa					
Compreensão da superfície terrestre; Sistemas de coordenadas geográficas; Introdução a cartografia; Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; Referências de posicionamento na superfície; Qgis e suas aplicações; Criação de mapas.					
Bibliografia Básica					
FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de textos, c2008. 143p. ISBN: 9788586238765. FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160p. ISBN: 9788586238826. SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares (org.). Geoprocessamento & meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, c2010. 328 p. ISBN: 9788528614893.					
Bibliografia Complementar					
FERREIRA, Marcos César. Análise Geoespacial: teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento. São Paulo: Unesp, 2014. 343 p. ISBN: 9788539305377.					

Disciplina:	QUÍMICA GERAL				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Teoria Atômica. Tabela periódica e Ligação química. Soluções. Apresentação de princípios fundamentais de Química Orgânica. Aspectos estruturais e eletrônicos das moléculas orgânicas. Correlação entre estrutura e propriedades químicas e físicas de substâncias orgânicas.					
Bibliografia Básica					
BAIRD, Colin; CANN, Michael. 2011. Química ambiental. Bookman. 4ª. Ed, 844p. CHANG, Raymond. 2010. Química Geral: Conceitos Essenciais. AMGH. 4ª ed, 720p. KOTZ, J.C; Treichel Jr, P.M. 2010. Química e reações químicas. 6ª ed. Cengage Learning.					
Bibliografia Complementar					
MAIA, Daltamir Justino; BIANCHI, J. C. DE A. 2011. Química Geral: Fundamentos. 1ª Ed. PEARSON PRENTICE HALL, 448p.					

MCMURRY, J. "Organic Chemistry", 4a Ed.; Brooks/Cole Publishing Company (1996). Edição traduzida para a língua portuguesa - Química Orgânica, Vol. 1 [666p.] e 2 [660p], Livros Técnicos e Científicos Editora S.^a, Rio de Janeiro (1997).
 MORRISON, T. e BOYD, R. N., "Química Orgânica", 13a Ed., F. C. Gulbenkian, Lisboa (1992).
 RUSSEL, John Blair. 2012. Química Geral. 2a. Ed. Pearson Makron Books, 782p.
 SOLOMONS, T.W.G., "Organic Chemistry", 6a Ed.; Jonh Willey & Sons, Inc. (1996). Edição traduzida para a língua portuguesa - Química Orgânica, Vol. 1 [777p] e 2 [554p], Livros Técnicos e Científicos. Editora S.^a, Rio de Janeiro.

Disciplina:		POLUIÇÃO DE AMBIENTES AQUÁTICOS							
Carga Horaria	60	Carga Horaria	60	Carga Horaria	0				
Total:		Teórica:		Prática:					
Ementa									
<p>Conceitos fundamentais de ecologia; Conceitos fundamentais de ecologia II; Eutrofização cultural; Fontes pontuais e não pontuais de poluição; autodepuração; contaminação microbiológica (patógenos) em águas naturais; noções de ecotoxicologia e toxicidade; deposição ácida; poluição dos ambientes aquáticos por pesticidas e metais tóxicos; substâncias tóxicas persistentes; poluição de águas subterrâneas; poluição de águas superficiais por óleo; poluição industrial das águas superficiais; agentes tóxicos não intencionais nos ambientes aquáticos.</p>									
Bibliografia Básica									
<p>BARSANO, P. R., BARBOSA, R. P., VIANA, V. J. Poluição ambiental e saúde pública. Ed. Saraiva. 2014. 128 p. ODUM, E. P. Fundamentos de Ecologia. 5. ed. Cengage Learning. São Paulo. 2011 REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (ORG.). Águas doces no Brasil: [Capital ecológico, uso e conservação. 3ª ed. Escrituras, 750p. 2006.</p>									
Bibliografia Complementar									
<p>ARMAS, E. D., MONTEIRO, R. T. R. Uso de agrotóxicos em cana-de-açúcar na bacia do rio Corumbataí e o risco de poluição hídrica. Química Nova. V. 28, n. 6, p. 975-982. 2005. FERREIRA, J.P.C.L. Vulnerabilidade á proteção de águas subterrâneas: fundamentos e conceitos para uma melhor gestão e proteção dos aquíferos de Portugal. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422005000600008 REZENDE, C. F., CARAMASCHI, E. M.P., MAZZONI, R. Fluxo de energia em comunidades aquáticas, com ênfase em ecossistemas lóticos. O ecol. Bras. V. 12, n. 4, p. 626-634. 2008. Disponível https://www.researchgate.net/profile/Carla_Rezende/publication/228369473_Fluxo_de_energia_em_comunidades_aquaticas_com_enfase_em_ecossistemas_loticos/links/02e7e5231083c5846e000000/Fluxo-de-energia-em-comunidades-aquaticas-com-enfase-em-ecossistemas-loticos.pdf ANDRADE, L. N. Autodepuração dos corpos d'água. Revista da Biologia. 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revbiologia/article/view/108617/106924 COSTA, C. E., et al. Chuva ácida: estudo de caso na região metropolitana de Belém/PA. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Vol. 4: Congestas 2016. Disponível em: http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2016/trabalhos/pdf/congestas2016-et-05-015.pdf FORNARO, A. Águas de chuva: conceitos e breve histórico. Há chuva ácida no Brasil? Revista USP. N. 70. P. 78-87. 2006. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13533/13531 TRINDADE, P.B.C.B., MENDONÇA, A.S.F. Eutrofização em reservatórios – Estudo de Caso: reservatório de Rio Bonito (ES). Eng. Sanit. Ambiental. V. 19, n. 3, p. 275-282. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/esa/v19n3/1413-4152-esa-19-03-00275.pdf MANSOR, M. T. C., FILHO, J. T., ROSTON, D. M. Avaliação preliminar das cargas difusas de origem real, em uma sub-bacia do rio Jaguari, SP. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. V. 10, N. 3, P. 715-723. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v10n3/v10n3a26.pdf CUNHA, A. C., et al. Qualidade microbiológica das águas em rios de áreas urbanas e periurbanas no Baixo Amazonas: o caso do Amapá. Eng. Sanit. Ambient. V. 9, n.4, p. 322-328. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/esa/v9n4/v9n4a08.pdf</p>									

FRITZONS, E. Et al. A influência das atividades mineradoras na alteração do pH e da alcalinidade em águas fluviais: o exemplo do rio Capivari, região do carste paranaense. Eng. Sanit. Ambient. V. 14, n. 3, p. 381-390. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/esa/v14n3/v14n3a12.pdf>
 DELLAMATRICDE, P. M., MONTEIRO, R. T. R. Principais aspectos da poluição de rios brasileiros por pesticidas. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. V. 18, n. 12, p. 1296-1301. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v18n12/a14v18n12.pdf>

Disciplina:	LIMNOLOGIA					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
Introdução à limnologia. Estrutura e organização dos sistemas aquáticos continentais. Os sistemas fluviais. Os sistemas lacustres. Estuários. Química da água e processos biológicos. Produção primária. Produção secundária. Necton. Bentos. Amostragem em limnologia. Consequências das atividades humanas sobre os hidros sistemas. Práticas de campo.						
Bibliografia Básica						
BICUDO, C. E. M. & C. BICUDO, D. Amostragem em Limnologia. São Carlos, RiMa. 2004. ESTEVES, F. A. (Coordenador). Fundamentos de Limnologia. 3ª ed. Rio de Janeiro. Interciência. 2011. TUNDISI, J. G. & MATSUMURA TUNDISI, T. Limnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. WETZEL, R. G. Limnologia. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1993.						
Bibliografia Complementar						
BICUDO, C. E. M. Algas de águas continentais brasileiras – chave ilustrada para identificação de gêneros. Fundação brasileira para o desenvolvimento do ensino de ciências. São Paulo. 1970. CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 2ª ed. Edgar Blucher. São Paulo. 1980. LOURDES, M. A.; MOOR-LOUREIRO. Manual de identificação de cladóceros límnicos do Brasil. Brasília: Universa.1997. MACHADO, C. J. S. Gestão de águas doces. São Paulo: Interciência. 2004. MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos. 3º Ed. Editora: BERTRAND BRASIL. 2011. REID, J. W. Chave de identificação e lista de referências bibliográficas para as espécies continentais sul-americanas de vida livre da ordem CYCLOPOIDA (CRUSTACEA, COPEPODA). Boletim de Zoologia, Vol. 9, USP. 1985.						

Disciplina:	HIDROLOGIA					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15	
Ementa						
Introdução à Hidrologia. Ciclo hidrológico. Bacia Hidrográfica. Precipitação. Interceptação. Escoamento Superficial. Infiltração. Evapotranspiração. Águas Subterrâneas. Medições de Vazão.						
Bibliografia Básica						
SOUSA PINTO, N.L. et al. Hidrologia Básica. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1976. Reimpressão em 2008. 278p. GARCEZ, L. N.; ALVAREZ, G.A. Hidrologia – São Paulo, Editora Edgard Blücher, 291p. 1988. COLLISCHONN, W; DORNELLES, F Hidrologia para engenharia e ciências ambientais. Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), 2ª impressão, Porto Alegre, 336p. 2015. ISBN: 97885886863422015 (Livro digital)						
Bibliografia Complementar						
TUCCI. C.E.M. Hidrologia: ciência e aplicação. 4ª. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ ABRH, 2009. 943p. VILLELA, S.M.; MATTOS, A. Hidrologia aplicada. São Paulo: Ed. McGraw-Hill do Brasil Ltda., 1975. 245p.						

Disciplina:	SOLOS					
--------------------	-------	--	--	--	--	--

Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	30	Carga Horaria Prática:	15
Ementa					
Formação dos solos. Composição do solo. Propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Noções de classificação dos solos. Noções de mecânica dos solos. Indicadores de qualidade. Métodos analíticos. Solos na Amazônia.					
Bibliografia Básica					
BRADY, N. C. Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. (8)					
REICHARDT, K.; LUÍS, C. T. Solo, Planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. 2ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2012. (13)					
GUERRA, J. T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R. G. M. Erosão e Conservação de Solos: conceitos, temas e aplicações. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.					
Bibliografia Complementar					
LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos. 2ª Ed. SP: Oficina de textos, 2010.					
PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico do Solo: agricultura em regiões tropicais. SP: Nobel, 1990.					
REZENDE, M.; CURI, N; SANTANA, D. P. Pedologia e Fertilidade do Solo: interações e aplicações. Brasília: Ministério da Educação. Lavras: ESAL, 1988.					
SILVA, S. B. Análise de Solos. Belém: UFRA, 2003.					
TRINDADE, T. P. Compactação dos solos: fundamentos teóricos e práticos. Viçosa: Ed. UFV, 2008.					

Disciplina:	BIOTECNOLOGIA				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	50	Carga Horaria Prática:	10
Ementa					
Histórico, conceitos e perspectivas da biotecnologia e da multidisciplinaridade. Importância da biodiversidade para a biotecnologia. Principais técnicas biotecnológicas utilizadas nas diferentes áreas do conhecimento biológico. Tópicos de engenharia genética. Os organismos transgênicos e a clonagem. Cultura de tecidos. Noções de nanotecnologia. Patentes e CTNBio (Legislação de Biossegurança – Lei 11.105 e suas Resoluções Normativas).					
Bibliografia Básica					
MALAJOVICH, Maria Antônia. 2004. Biotecnologia. Ed. Axcel Books.					
MOSER, Antônio. 2004. Biotecnologia e bioética: para onde vamos? Petrópolis, RJ. Ed Vozes					
SCHRAMM, Fermin Roland. 2015. Três ensaios de bioética. Rio de Janeiro, RJ. Fiocruz. 177p					
SCHMIDELI, Willibaldo. 2001. Biotecnologia industrial: fundamentos. São Paulo. Blucher					
PIERCE, Benjamin A. 2016. Genética: um enfoque conceitual. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan.					
Bibliografia Complementar					
BUCHANAN, B.B., GRUISSEM, W., JONES, R.L. 2000. Biochemistry & molecular biology of plants. Rockville: American Society of Plant Physiologists. 1367p.					
VARELLA, Marcelo Dias. 1996. Propriedade intelectual de setores emergentes: biotecnologia, fármacos e informática. São Paulo. Atlas.					
VALLE, Silvio; Teixeira, Pedro. 1996. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro. FIOCRUZ.					

Disciplina:	QUALIDADE DA ÁGUA				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Conceitos básicos. Importância da qualidade da água para a gestão ambiental. Qualidade das águas subterrâneas e superficiais: aspectos legais para a conservação da vida aquática, potabilidade, balneabilidade, cultivo, emissão de efluentes e monitoramento. O protocolo de coleta, preservação e armazenamento de amostras. Controle de contaminação das amostras. Práticas de campo e laboratório.					

<p>Bibliografia Básica</p> <p>ANA. 2011. Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Organizadores: Carlos Jesus Brandão [et al.]. - São Paulo: CETESB; Brasília. 326 p.</p> <p>APHA, AWWA, WEF. 2017. Standard Methods for examination of water and wastewater. 23rd ed. Washington: American Public Health Association. 1360 pp.</p> <p>BICUDO, C. E. M. & C. BICUDO, D. Amostragem em Limnologia. São Carlos, Rima. 2004.</p> <p>BRASIL. FUNASA. Manual prático de análise de água. 1ª ed. Brasília, 2004.</p> <p>LIBÂNIO, Marcelo. 2016. Fundamentos de Qualidade e Tratamento de Água – Campinas, São Paulo: Editora Átomo. 4ª Ed. 640pp.</p> <p>MACÊDO, J. A. B. Métodos laboratoriais de análises físico-químicas e microbiológicas. 3ª ed., CRQ-MG. 2005, 601 p.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>DI BERNARDO, L.; DANTAS, A. D. B. Métodos e técnicas de tratamento de água. Vol. 1 e vol. 2, 2ª edição, 2005.</p> <p>JORDÃO, E. P; PESSOA C.A. Tratamento de Esgoto doméstico. Ed. CETESB, São Paulo, SP. 1995.</p> <p>PIVELI, R. P. e KATO, M. T. Qualidade das Águas e Poluição: Aspectos Físico-Químicos. Ed. 1ª. Editora ABES, 2005.</p> <p>VON SPERLING, M. Princípios de tratamento biológico de águas residuárias. Vol. 1: Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. Ed. UFMG, Belo Horizonte. 1995.</p>

Disciplina:	GESTÃO DE RESÍDUOS					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	

<p>Ementa</p> <p>Problemática ambiental e social sobre resíduos sólidos. Conceituação, classificação e caracterização de resíduos sólidos. Instrumentos legais e normativos. Educação ambiental para resíduos sólidos. Etapas do gerenciamento de resíduos sólidos. Disposição final de resíduos sólidos. Limpeza pública de espaços urbanos.</p>
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ABNT. 2004. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 10.004 Resíduos Sólidos - Classificação. 77p.</p> <p>BRASIL. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, dispõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 3 de ago. 2010.</p> <p>MIHELIC, J. R; ZIMMERMAN, J. B. Engenharia ambiental: fundamentos sustentabilidade e projeto. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>PEREIRA-NETO, J.T. Gerenciamento de lixo: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.</p> <p>LIMA, L. M. Q. Lixo: tratamento e biorremediação. 3ª ed. São Paulo: HEMUS. 2004. 270p.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ABNT. 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 13.221. Transporte terrestre de resíduos. 4p.</p> <p>MMA – Ministério do Meio Ambiente. Guia para elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos. Brasília, 2011.</p> <p>MMA – Ministério do Meio Ambiente. Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: manual de orientação. Brasília, 2012.</p> <p>MONTEIRO, J. H. P. et al. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.</p> <p>PEREIRA-NETO, J. T. Manual de compostagem: processo de baixo custo. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.</p> <p>PHILIPPI – JR, A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.</p> <p>PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Guia para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros de forma efetiva e inclusiva. 2013. Disponível em:</p>

<<http://www.cidadessustentaveis.org.br/residuos/publicacao-residuos-solidos-programa-cidades-sustentaveis-baixa.pdf>>.

Periódicos:

Revista ESA

Biocycle

Waste Manag

Normas e Legislações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Normas e Legislações da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

Normas e Legislações da SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Disciplina:	GESTÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0

Ementa

Histórico de criação das unidades de conservação. Sistema nacional de unidades de conservação da natureza. Conselho gestor e plano de manejo de unidades de conservação. Gestão de unidades de conservação. Perfil do gestor de unidades de conservação. Unidades de conservação na Amazônia.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Fortalecimento comunitário em unidade de conservação: desafios, avanços e lições aprendidas no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Brasília, DF: MMA, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/mma/fortalecimento_comunitario_em_unidades_de_conservacao.pdf

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

CASES, M. O. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília: WWF-Brasil e IPÊ, 2012. 397 p. Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf.

Bibliografia Complementar

BARROS, B. J. M. Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia. Santarém: UFOPA, 2018. 223 p. (5)

MORSELO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. 2. Ed. São Paulo: Annablume/Fapesp. 344p. 2006. (8)

MARTINS, D. R. Unidades de Conservação no Brasil - o caminho da Gestão para Resultados. São Carlos: Rima editora, 2012. 536 p. (1)

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (Organizadores). Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. 180p. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Quanto-vale-o-verde.pdf>

Disciplina:	QUÍMICA AMBIENTAL				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0

Ementa

Introdução a Química Ambiental - Natureza e Composição das Águas Naturais Gases na Água. Acidez da água e dióxido de carbono na Água. Alcalinidade. Complexação e quelação. Poluição e tipos de poluentes na água. Poluentes elementares, Metais pesados. Oxigênio, oxidantes e redutores. Pesticidas na água. Natureza, Composição da Atmosfera e sua importância. Características físicas da atmosfera. Inversões e poluição do ar. Reações químicas e fotoquímicas na atmosfera. Reações ácido-base na atmosfera. Partículas Atmosféricas. Poluentes Inorgânicos gasosos. Produção e controle de monóxido de carbono. Fontes e reações de dióxido de enxofre e o ciclo do enxofre na atmosfera. Óxidos de nitrogênio na atmosfera. Chuva ácida. Amônia na atmosfera. Química Ambiental do Solo e agricultura. Reações ácido-base e de troca-iônica em solos. Macronutrientes e micronutrientes no solo. Nitrogênio, fósforo e potássio no solo. Degradação e perda do solo.

Bibliografia Básica
BAIRD, C.; CANN, M. Química Ambiental. Ed. Bookman. 4ª ed. 628 p. 2011. ROCHA, J. C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. Introdução a química ambiental. 2ª ed. Ed. Bookman. 577 p. 2009. SPIRO, T. G.; STIGLIANI, W. M. Química Ambiental. 2ª ed. Ed. Pearson Makron Books. 540 p. 2011.
Bibliografia Complementar
SHRIVER, D. Química Inorgânica. 4ª ed. Ed. Bookman. 546 p. 2008. SOLOMONS, T.; GRAHAM, W.; FRYHLE, C. B. Química orgânica, V. 1 Ed. LTC. 10ª ed., 547 p. 2012. SOLOMONS, T.; GRAHAM, W.; FRYHLE, C. B. Química orgânica, V. 2 Ed. LTC. 10ª ed. 547 p. 2012. BRADY, N. C.; WELL, R. R. Elementos da natureza e propriedades do solo. 3ª ed. Ed. Bookman. 631 p. 2013. LENZI, E.; FAVERO, L. O. B. Introdução à química da atmosfera: ciência, vida e sobrevivência. Ed. LTC. 551 p. 2011.

Disciplina:	GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS				
Carga Horaria	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Total:					
Ementa	Conceito de bacias hidrográficas. Principais bacias hidrográficas brasileiras. Políticas Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos. A bacia hidrográfica e os recursos hídricos como unidade básica para a análise e planejamento do território. Manejo de ecossistemas e bacias hidrográficas e o Processo de Planejamento (conceitos e aplicações). Conservação do solo e da água. Gestão de recursos hídricos. Educação ambiental no contexto da bacia hidrográfica como unidade de gestão. O papel do Comitê de Bacias Hidrográficas.				
Bibliografia Básica	FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A. A. (Org.). Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil. 2º ed. Editora: RIMA. 2006. LIMA, W.P. & ZAKIA, M. J. B. As Florestas Plantadas e a Água. Rima Editora, CNPq. 2006, 226p. MACHADO, C. J. S. Gestão de águas doces. 1º ed. Editora: Interciência. 2004.				
Bibliografia Complementar	GARCEZ, L. N.; ACOSTA ALVAREZ, G. Hidrologia. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1988. Reimpressão em 2012. 304p. MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos. 3º Ed. Editora: BERTRAND BRASIL. 2011. PINTO, N. L. S. et al. Hidrologia Básica. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1976. Reimpressão em 2011. 278p. REBOUÇAS, A da C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Org.). Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 3º Ed. Editora: ESCRITURAS. 2006. SILVA, Alexandre Marco da; SCHULZ, Harry Edmar; CAMARGO, Plínio Barbosa de. Erosão e hidrossedimentologia em bacias hidrográficas. 2ª ed. São Carlos, SP: Rima, 2007.				

Disciplina:	INOVAÇÃO E MEIO AMBIENTE				
Carga Horaria	45	Carga Horaria Teórica:	35	Carga Horaria Prática:	10
Total:					
Ementa	Conceitos, modelos, sistemas e marco regulatório da inovação e do desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Relações entre Ciência, Tecnologia, Inovação e desenvolvimento sustentável. Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. Inovações tecnológicas no contexto amazônico.				
Bibliografia Básica					

ABRANTES, J. S. Bio sócio diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002. 148 p.

BESSANT, J., TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. 526 p.

LEITÃO RUSSO, A. V. S.; ZAN, F. R.; PRIESNITZ, M. C. (org.). Propriedade intelectual, tecnologias e inovação. Aracaju: Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual, 2018. 400 p. Disponível em: <http://api.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Propriedade-Intelectual-Tecnologias-e-Inova%C3%A7%C3%A3o-1.pdf>

POSSOLLI, G. E. Gestão da inovação e do conhecimento. Curitiba: InterSaberes, 2016. 170 p.

PELLEGATTI, M. (org.). Empreendedorismo consciente na Amazônia. 1.ed. São Paulo: BASA, 2007.

Bibliografia Complementar

BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. 296 p.

MARCOVITCH, J. A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas. São Paulo: USP, 2011. 312 p.

Disciplina:		AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15		
Ementa							
Efeitos da ação antrópica sobre os ecossistemas. Conceitos e definições em Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). O processo de Avaliação de Impacto Ambiental e seus objetivos. Etapa de triagem em AIA. Etapas do planejamento e da elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Identificação de impactos ambientais. Estudos de base e diagnóstico ambiental. Mitigação e Plano de Gestão Ambiental (PGA). Comunicação em avaliação de impacto ambiental (RIMA). Análise técnica dos estudos ambientais. Participação pública nos estudos de impacto ambiental. Estudos de caso e estudos de impacto ambiental.							
Bibliografia Básica							
SÁNCHEZ, Luiz Enrique. 2006. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. 1ª ed. Oficina de texto.							
SÁNCHEZ, Luiz Enrique. 2013. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. 2ª ed. Oficina de texto.							
Bibliografia Complementar							
CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). Direito constitucional ambiental brasileiro. Saraiva, 2011.							
CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). Avaliação e perícia ambiental, 2012.							
DOURADO, Maria Cristina (org.). Direito ambiental e a questão amazônica. EDUFPA, 1991.							
PHILIPPI Jr, A.; Romero, M. A.; Bruna, G. C. 2004. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole.							
LEGISLAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (http://www.mma.gov.br/conama): Resoluções 001/1986, 010/1990, 237/1997, 305/2002 LEI 6.938 de 31/08/1981 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938org.htm).							

Disciplina:		TECNOLOGIAS LIMPAS					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	30	Carga Horaria Prática:	15		
Ementa							
Evolução histórica das práticas de gestão ambiental voltadas à prevenção da poluição. Conceitos de Produção mais limpa (P+L) e Prevenção à Poluição (PP). Desenvolvimento, implementação e avaliação de projetos de P+L e PP. Inovação na área de tecnologias limpas.							
Bibliografia Básica							
BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005. 24 exemplares.							

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS. Guia de Produção mais limpa. Rio de Janeiro: CEBDS, 2016. 60 p. Disponível em: <http://cebds.org/wp-content/uploads/2016/09/Guia-Pra%CC%81tico-de-PmaisL.pdf>
 PHILIPPI JUNIOR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. 2. ed., atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014. 1245 p. ISBN: 9788520433416. 3 exemplares.

Bibliografia Complementar

CHEHEBE, J. R. B. Análise do Ciclo de Vida de Produtos: Ferramenta Gerencial da ISO 14000. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., CNI, 2002.
 FIGUEIRA, C. A. M. LODGE: desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Belém: UFPA/NUMA, 1994. 30 p.
 GOLDEMBERG, J., LUCON, O. Energia, meio ambiente e desenvolvimento. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2011. 396 p.

Disciplina:	ÉTICA					
Carga Horaria Total:	30	Carga Horaria Teórica:	30	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
Base Conceitual e histórica. Ética, Moral e Direito. Bioética. Ética ambiental. Ética profissional, e no ambiente de trabalho.						
Bibliografia Básica						
CLOTET, J. Bioética: uma aproximação. Porto Alegre: EDPUCRS, 2003. DURAND, G. Introdução geral a bioética - história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola. 2003 DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. O que é bioética. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2016. 112p. 5 exemplares						
Bibliografia Complementar						
BELLINO, F. Fundamentos de bioética. Santa Catarina: EDUSC, 1997. BARCHIFONTAINE, C.P. Bioética e início da vida - alguns desafios. São Paulo: Ideias & Letras, 2004. DURANT, G. A. Bioética: natureza, princípios e objetivos. São Paulo: Paulus, 1995. MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 128 p. 5 exemplares BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana / Leonardo Boff. - 35. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 NOVAES, ADAUTO (ORG.). 1992. Ética. 1ª ed. Schwarcz. RIOS, TEREZINHA AZERÊDO. 1997. Ética e Competência. 6ª ed. Cortez. ARENDT, Hannah. A condição humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 407 p. Biblioteca Digital da Ufopa: http://ufopa.edu.br/sibi/comunica/noticias/bibliotecas-da-ufopa-ampliam-acervo-com-acesso-a-plataforma-digital-de-livros/						

Disciplina:	SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
Poder, Estado, Sociedade e suas implicações para o Desenvolvimento Socioeconômico e a Conservação Ambiental. Diversidade Cultural, Desenvolvimento, Sustentabilidade.						
Bibliografia Básica						
D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). A Amazônia e a Crise da Modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, 592p. SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 96p.						

VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Org.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar – pré-impresos. 1ª ed. Santarém: Ufopa, 2010.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade. Editora Vozes. 5 ed. (solicitar a aquisição)

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável o Desafio para o século XXI. Garamond (2005).

Bibliografia Complementar

ADAMS, C., MURRIETA, R., NEVES, W. (Org.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo SP: FAPESP, 2006, 362p.

BURGENMEIER, Beat. Economia do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora Instituto Piaget, 2005, 320p.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 439 p.

CALVACANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, 436p. Disponível on-line - Biblioteca Clasco.

MENDES, Armando Dias. A invenção da Amazônia: alinhavos para uma história de futuro / Armando Dias Mendes. - 3. ed. rev. e aum Belém: BASA, 2006. (3)

Biblioteca Digital Ufopa: <http://ufopa.edu.br/sibi/comunica/noticias/bibliotecas-da-ufopa-ampliam-acervo-com-acesso-a-plataforma-digital-de-livros/>

Disciplina:	EMPREENDEDORISMO				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0

Ementa

Gestão da inovação. Investigação e entendimento da ação empreendedora. Plano de negócios. Avaliação e estratégia de mercado. Redes de cooperação. Empreendedorismo como diferencial competitivo aplicado à Gestão Ambiental.

Bibliografia Básica

DOLABELA, F. O segredo de Luiza. São Paulo: Cultura Editores, 2000.

SERAFIM, L. O poder da inovação: como alavancar a inovação na sua empresa. São Paulo: Saraiva, 2011.

TIDD, J.; BESSANT, J., PAVITT, K. Gestão da inovação. Bookman. 3ª ed. Porto Alegre, 2008.

Bibliografia Complementar

DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

HISRICHE, R. D.; PETERS, M. P. Empreendedorismo. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégias e tecnologia da informação. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHERER, F. O., CARLOMAGNO, M. S. Gestão da inovação na prática: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina:	ATIVIDADES DE EXTENSÃO				
Carga Horaria Total:	250	Carga Horaria Teórica:		Carga Horaria Prática:	

Ementa

Atuação em programas, projetos, cursos ou eventos registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa. A atuação do discente deverá ser ativa, ou seja, como bolsista, voluntário, facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 131 p. ISBN: 9788577531813.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 196 p.
 SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2010. 138 p. ISBN: 9788575164280.

Bibliografia Complementar

Disciplina:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO					
Carga Horaria Total:	90	Carga Horaria Teórica:	90	Carga Horaria Prática:	0	

Ementa

Normas para redação de trabalhos de conclusão de curso (TCC). Elaboração do projeto de TCC com base em textos teórico-metodológicos. Calendário dos prazos para entrega do TCC.

Bibliografia Básica

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11° Ed. São Paulo: Atlas 2011.
 SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22° Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. 2005. Monografias e Teses: das normas técnicas ao projeto de pesquisa. 1ª Ed. Consulex.

Bibliografia Complementar

GIL, Antônio Carlos. 2010. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. Atlas.
 HARDY, H. Instruções para escrever um projeto de pesquisa. Ed. Cemicamp, Campinas. 60 pp.
 PRESTES, M. L. M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. Editora Réspel. 4ª Ed. São Paulo, 2011. 312 pp.
 SANTOS, Antônio Raimundo dos. 2007. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7ª ed. Lamparina.
 SANTOS, Clóvis Roberto dos; NORONHA, Rogéria Toller da Silva de. 2010. Monografias Científicas: Tcc, Dissertação, Tese. 2ª ed. Avercamp.
 VOLPATO, G. L. Método lógico para redação científica. Editora Best Writing. 2011. 320 pp.
 VOLPATO, G. L. Bases teóricas para redação científica. Editora Cultura acadêmica e Editora Scripta, Vinhedo. 2007. 125 pp.

Disciplina:	GESTÃO DO AMBIENTE DO TRABALHO					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0	

Ementa

A segurança e a higiene das condições de trabalho, a padronização dos Sistemas de Gestão Preventiva e a promoção de Normas de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, fazendo parte de um sistema de qualidade abrangente: pessoa-ambiente-produto ou serviço. A estratégia baseada no modelo ISO 9000 (Qualidade de Segurança), ISO14000 (Meio Ambiente-Saúde) e a ISO 45001:2018, Sistemas de gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

Bibliografia Básica

CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. ATLAS, 2012.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9000. Sistemas de gestão da qualidade – fundamentos e vocabulário. Dez. 2000.
 ISO 9000 (Qualidade de Segurança).
 ISO 14000 (Meio Ambiente-Saúde).
 ISO 45001:2018, Sistemas de gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

Bibliografia Complementar

HASSON, R. Acidente de trabalho e competência. 1ª JURUÁ, 2007.
 SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO (BRASIL).
 MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 64ª edição São Paulo: Atlas. 2011.

Segurança e medicina do trabalho: NR- 1 a 35; CLT – Art. 154 a 201 – Lei nº 6.514, de 22-12-1977. 70ª ATLAS, 2012.

Disciplina:	PLANEJAMENTO AMBIENTAL				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15
Ementa					
Planejamento, Planejamento Ambiental: Conceito e Prática; Etapas, Estruturas e Instrumentos do Planejamento Ambiental; Área, Escala e Tempo; Planejamento Urbano e Rural; Impactos da Urbanização; Indicadores Ambientais e Planejamento; Planejamento Ambiental como Indutor do Desenvolvimento Sustentável; Temáticas e Temas usados em Planejamento Ambiental; Participação Pública e Educação no Planejamento Ambiental; Estudos de Caso.					
Bibliografia Básica					
CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. Avaliação e perícia ambiental. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.					
SANCHES, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.					
SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. 1ª ed. São Paulo, Editora Oficina de Textos, 2009.					
Bibliografia Complementar					
BANCO DO NORDESTE. Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: BNB, 1999.					
GUERRA, A. J. & CUNHA, S. B. Impactos ambientais urbanos no Brasil. Editora Bertrand Brasil, 2ª ed. 2004.					
LEITE, J. R. M. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática. Editora R. dos Tribunais. 4ª ed. 2011.					
MMA-Ministério do Meio Ambiente, 2014. Planejamento Ambiental Urbano: Indicadores. Disponível em http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/planejamento-ambiental-urbano/indicadores . Acesso em 20 de maio de 2014.					
PHILIPPI JUNIOR, Romero. A., Marcelo de Andrade Bruna, Collet G. Curso de gestão ambiental. Editora Manole, São Paulo. 1ª ed. 2014.					

Disciplina:	ECOLOGIA DA PAISAGEM				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Introdução à ecologia da paisagem. Estrutura da paisagem: manchas (fragmentos), corredores e matriz. Noções de efeito de borda, fragmentação, conectividade e permeabilidade. Métodos de análise da estrutura da paisagem. Noção de escalas espaciais e temporais. Cálculo e significado de índices de fragmentação, isolamento, conectividade, permeabilidade, complexidade de bordas e diversidade da paisagem. Influência da estrutura da paisagem sobre fluxos abióticos e bióticos. Noções de dinâmica de metapopulações. Dinâmica da paisagem: processos naturais e antrópicos de transformação da paisagem. Métodos de análise da dinâmica da paisagem. Utilização de conceitos de ecologia da paisagem em conservação.					
Bibliografia Básica					
LANG, S. & BLASCHKE, T. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de Textos 2013.					
PRIMACK, R.B. & RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Edição 3ª, Londrina, Editora Planta, 2001.					
RICKLEFS, R.E.A. Economia da Natureza. Ed. Guanabara Koogan. 2012. 6ª ed. Armited. 2012.					
Bibliografia Complementar					
CARVALHO, C.J.B.; ALMEIDA, E.B. (Org.). Biogeografia da América do Sul. Editora Roca. 2011.					
COX, C. Barry; MOORE, Peter. Biogeografia –uma abordagem ecológica e evolucionária. Rio de Janeiro; LTC, 2009.					
ODUM, Eugene. Ecologia. Guanabara Koogan. Lisboa. 5ª edição. 2012.					

ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. Fundamentos de Ecologia. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 5ª edição. 2011.
TOWNSEND, C.R.; BEGON, M. & HARPER, J.L. Fundamentos em Ecologia. 3ª ed. Armed. 2010.

Disciplina:	EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
Histórico da Educação Ambiental. Fundamentação em Educação Ambiental. Aspectos normativos e legais. Princípios e técnicas de comunicação. Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental. Estudos de casos em ambiente empresarial, rural, urbano e escolar.						
Bibliografia Básica						
DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia. 2010. DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Gaia, 2012. PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2011.						
Bibliografia Complementar						
CASCINO, F. Educação ambiental: princípios, história, formação de professores. 4ª ed. São Paulo: SENAC, 2007. GHIRALDELLI JR., P. História da educação brasileira. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011. GOMES, C. A. A educação em novas perspectivas sociológicas. 4 ed. São Paulo: E.P.U., 2010. GRUN, M. Em busca da dimensão ética da educação ambiental. Campinas, SP: Papyrus, 2007. PEDRINI, A. de G. Metodologias em educação ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.						

Disciplina:	GESTÃO DA QUALIDADE DO AR					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
Histórico da poluição atmosférica. Composição da atmosfera. Química atmosférica e oxidantes fotoquímicos. Poluentes primários e secundários do ar. Fontes e efeitos da poluição. Fatores topográficos e meteorológicos que influenciam no transporte e comportamento dos poluentes. Instabilidade e Estabilidade. Dispersão e sedimentação. Critérios e padrões de qualidade do ar. Aspectos legais. Amostragem. Monitoramento da qualidade do ar. Fenômenos globais e locais: Efeito estufa, inversão térmica, chuva ácida, smog fotoquímico. Poluição sonora. Medidas de controle. Planejamento e utilização de recursos atmosféricos. Sistema de Alerta e comunicação com a população.						
Bibliografia Básica						
BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005. MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2012.						
Bibliografia Complementar						
ABE, K.C., e S.G.E.K. MIRAGLIA. 2018. Avaliação de Impacto à Saúde do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores no Município de São Paulo, Brasil. Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online), nº 47 (março): 61–73. doi: 10.5327/Z2176-947820180310. ALVES, A. R., VIANELLO, R. L. Meteorologia Básica e Aplicações. 2ª ed. Viçosa: UFV, 449p. AMORIM, W.N. de. 2019. Ciência de dados, poluição do ar e saúde. Doutorado em Estatística, São Paulo: Universidade de São Paulo. doi: 10.11606/T.45.2019.tde-30052019-145057. AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 332 p. BAIRD, C. Química Ambiental. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 2011.						

BRASIL. 2018. Resolução nº 491, de 19 de novembro de 2018. Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Diário Oficial da união. Publicado em: 21/11/2018, Edição: 223, Seção: 1, Página: 155. Órgão: Ministério do Meio Ambiente/Conselho Nacional do Meio Ambiente.

BUCKERIDGE, M. S. Biologia e mudanças climáticas no Brasil. São Carlos, SP: Rima, 2008.

LENZI, E; FAVERO, L. O. B. Introdução à química da atmosfera: ciência, vida e sobrevivência. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

VORMITTAG, Evangelina da Motta P. A. de Araújo et al. Análise do monitoramento da qualidade do ar no Brasil. Estudos Avançados [online]. 2021, v. 35, n. 102, pp. 7-30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35102.002>>. Epub 23 Ago 2021.

WHO (World Health Organization). 2017. Evolution of WHO Air Quality Guidelines: Past, Present, and Future. BN 9789289052306. https://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0019/331660/Evolution-airquality.pdf

Disciplina:	GERENCIAMENTO DO RESÍDUOS SÓLIDOS					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	30	Carga Horaria Prática:	15	
Ementa						
Conceitos. Legislação brasileira e internacional. Plano Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Gerenciamento Integrado. Sistematização e Análise de dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) e do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR). Gerenciamento de resíduos sólidos aplicado ao licenciamento ambiental. Economia Circular.						
Bibliografia Básica						
PEREIRA NETO, J. T. Gerenciamento do lixo urbano: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa-MG: Ed. UFV, 2007. 129 p. (7)						
LIMA, L. M. Q. Lixo: tratamento e biorremediação. 3ª ed. São Paulo: HEMUS. 2004. (8)						
BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005. (24)						
MIHELICIC, J.R., ZIMMERMAN, J.B. Engenharia ambiental: fundamentos, sustentabilidade e projeto. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012. (8)						
Bibliografia Complementar						
FIGUEIREDO, P. J. M. A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental. 2ª ed. Piracicaba-SP: UNIMEP, 1995. (1)						
MERA, P. A. S. et al. Lixo: problemas, soluções e benefícios. Manaus: Edua, 2006. 46 p. (1)						
DINELLI, D.; BEISIEGEL, V. R. Contribuição a análise ambiental da deposição de resíduos sólidos no Município de Benevides – Pará: subsídios a um programa de planejamento municipal integrado. Belém: UFPA, 1996. 74 p. (3)						
LIMA, E. P. Modelo de um aterro sanitário para disposição final dos resíduos sólidos na cidade de Castanhal e o estudo de impacto ambiental. Belém: UFPA/NUMA, 1994. 72 p. (6)						

Disciplina:	PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	0	Carga Horaria Prática:	60	
Ementa						
Realização de atividades práticas de extensão que integrem um ou mais componentes curriculares do curso de graduação, nas quais a atuação do Discente em Atividade Curricular seja ativa, ou seja, como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora. As ações de extensão poderão ser realizadas nas modalidades Programas, Projetos, Cursos ou Eventos de extensão, devidamente registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.						
Bibliografia Básica						
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 131 p. ISBN: 9788577531813.						
NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 196 p.						

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2010. 138 p. ISBN: 9788575164280.						
Bibliografia Complementar						

Disciplina:		SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
Base conceitual e histórica da gestão ambiental. Instrumentos da Gestão ambiental. A série ISO 14000. Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001. Planejamento e execução do Sistema de gestão ambiental. Comunicações e relatórios ambientais. Tipos de auditoria ambiental. Produção mais limpa. Estudos de caso						
Bibliografia Básica						
BARBIERI, J. C. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.						
DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. São Paulo: Atlas, 2012.						
SEIFFERT, M. E. B. ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 4ª ed. Editora Atlas, 2011.						
Bibliografia Complementar						
CUNHA, S. B. (org.); GUERRA, A. J. T. (org.). Avaliação e Perícia ambiental. 13ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.						
GANEM, R. S. Legislação brasileira sobre meio ambiente. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. – 3 Volumes. Disponível online – site da Câmara Federal – Edições Câmara Meio Ambiente.						
DERISIO, J. C. Introdução ao controle de poluição ambiental. 5. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2017. 232 p.						

Disciplina:		GESTÃO DE PROJETOS E PROCESSOS GERENCIAIS				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0	
Ementa						
Contexto e fundamentos da Gestão de Projetos. Introdução à elaboração e à Análise de Projetos. Gerência de escopo, tempo, custo e qualidade do projeto. Gerência dos Recursos Humanos. Gerência da integração dos projetos aplicados a Gestão Ambiental. Processos Gerenciais dos recursos organizacionais. Gerenciamento das informações aplicado a Gestão Ambiental. Processos de tomada de decisão. Monitoramento de Resultados e Recursos.						
Bibliografia Básica						
HELDMAN, Kim. Gerência de projetos guia para o exame oficial do PMI. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.						
MAXIMIANO, A.C.A. Introdução a Administração. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.						
MARCOVICTH, J. Gestão da Amazônia – Ações Empresariais, Políticas Públicas, Estudos e Propostas. São Paulo: Ed USP, 2011.						
Bibliografia Complementar						
CHIAVENATO, I. Teoria Geral da Administração. 7ª Edição. São Paulo: Campus, 2001.						
CLELAND, David I. Gerenciamento de projetos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Cleland, Lewis R. Ireland, 2007.						
DINSMORE, Paul C. Gerenciamento de projetos e o fator humano conquistando resultados através das pessoas. 2005.						
POTER, M. Estratégia competitiva. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.						
SLACK, Nigel. Administração da produção. 3ª Ed., 2009.						

Disciplina:	GESTÃO AMBIENTAL NO TURISMO					
--------------------	-----------------------------	--	--	--	--	--

Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Base histórica e conceitual do turismo. Serviços, infraestrutura, recursos humanos e produtos turísticos. Turismo e meio ambiente. Impactos ambientais do turismo. Planejamento do turismo sustentável. Turismo em áreas naturais protegidas.					
Bibliografia Básica					
DIAS, R. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2008. NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2010. TRIGO, L. G. G. et al. Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.					
Bibliografia Complementar					
BRAGA, D. C. Planejamento Turístico: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. BRASIL, Ministério do Turismo. Estruturação de produto turístico. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2009. NAKANE, A. M. Turismo, hotelaria e eventos: a arte e a técnica profissional do setor. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2013. NEIL, J. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP: Manole, 2014. QUEIROZ, O. T. M. M. Turismo e Ambiente: temas emergentes. Campinas, SP: Alínea, 2006.					

Disciplina:	GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	30	Carga Horaria Prática:	15
Ementa					
Histórico, conceitos e definições. Etapas da gestão de riscos. Tipos e intensidade de riscos ambientais. Estudos de Percepção. Planos de contingência. Estudos de caso. Riscos ambientais urbanos. Sistemas de gestão integrada e defesa civil. Panorama dos Riscos e Desastres Ambientais na Amazônia. Sistemas de Monitoramento de Riscos. Programas de gerenciamento de riscos. Planos de ação e emergência.					
Bibliografia Básica					
CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. Avaliação e perícia ambiental. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. SANCHÉZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2ª ed. São Paulo: Oficina de textos, 2006. SILVA, J. X. da; ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.					
Bibliografia Complementar					
KABAT, Geoffrey C. Riscos ambientais à saúde: mitos e verdades. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 275 p. MIHELICIC, James R.; ZIMMERMAN, Julie Beth (ORG.) 2012. Engenharia Ambiental: Fundamentos, Sustentabilidade e Projeto. 1ª ed. LTC. SANTOS, R. F. dos. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2009. SMITH, K. 2013. Environmental Hazards: Assessing Risk and Reducing Disaster. 6th edition, Routledge: New York, ISBN 978-0-415-68106-3.					

Disciplina:	ECONOMIA AMBIENTAL				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Fundamentos da Economia. Economia Clássica. Economia Ambiental. Os conceitos da Economia Ecológica. Os principais paradigmas de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Abordagens Econômicas sobre o Meio Ambiente. Meio Ambiente e Comércio Internacional. Inovação e desenvolvimento sustentável. Instrumentos de política ambiental.					
Bibliografia Básica					
GREMAUD, A.P. Economia Brasileira Contemporânea. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007.					

DALY, H. Economia Ecológica – Princípios e aplicações. Lisboa: Piaget, 2004. VEIGA, J.E. Economia Socioambiental. São Paulo: SENAC, 2009.
Bibliografia Complementar
FAUCHEUX, S. & NOEL, J.F. Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente. INSTITUTO PIAGET, 1995. MARCOVICHTH, J. Gestão da Amazônia – Ações Empresariais, Políticas Públicas, Estudos e Propostas. São Paulo: Ed Usp, 2011. SOUZA, N.J. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Atlas, 2012. MESZÁROS, István. A Educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. IGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e demanda efetiva. São Paulo: Hucitec, 2004.

Disciplina:	MONITORAMENTO AMBIENTAL					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0	

Ementa
Bases para monitoramento. Monitoramento como parte integrante de sistema de gestão ambiental. Conceitos de qualidade ambiental, poluição, padrões de qualidade e de emissão. Escolha de parâmetros a serem monitorados. Técnicas de monitoramento meio físico: Poluentes atmosféricos, ruídos, odores, águas superficiais e subterrâneas, solo, clima, resíduos sólidos. Técnicas de monitoramento meio Biótico: Fauna e Flora. Projetos de redes de monitoramento, mapeamento e zoneamento. Análise, representação de resultados e correlação com fontes poluidoras. Normas e legislação vigentes. Padrões de qualidade nacionais e internacionais. Estudo de caso.

Bibliografia Básica
BOTKIN, D.B. & KELLER, E.A. Ciência ambiental: Terra, um planeta vivo. Rio de Janeiro: LTC, 2011. CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J. Avaliação e perícia ambiental. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. SANTOS, R.F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo, Editora Oficina de Textos, 2009.

Bibliografia Complementar
BANCO DO NORDESTE. Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: BNB, 1999. BATISTELLA, M., MORAN, E.F. Geoinformação e monitoramento ambiental na América Latina. Editora SENAC, São Paulo, 2013. LEITE, J.R.M. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática. Editora R. dos Tribunais. 4ª ed. 2011. MAGNUSSON, W.B.N., PEZZINI, R., BACCARO, F. Biodiversidade e monitoramento ambiental integrado. Editora Áttema, Manaus, 2013. OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). 2018b. Não polua o meu futuro! O impacto do ambiente na saúde das crianças. Brasília, DF, 2018b. https://iris.paho.org/handle/10665.2/49123 SANCHEZ, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e métodos. 1ª ed. Oficina de textos, 2006. VORMITTAG, Evangelina da Motta P. A. de Araújo et al. Análise do monitoramento da qualidade do ar no Brasil. Estudos Avançados [online]. 2021, v. 35, n. 102, pp. 7-30. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35102.002 >. E pub 23 Ago 2021.

Disciplina:	TCC I					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0	

Ementa
Normas para redação de trabalhos de conclusão de curso (TCC). Elaboração do projeto de TCC com base em textos teórico-metodológicos. Calendário dos prazos para entrega do TCC.

Bibliografia Básica
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. (17)

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13° Ed. São Paulo: Atlas 2019.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23° Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. ARTMED, 2010.
SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7ª ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.
SANTOS, Clóvis Roberto dos; NORONHA, Rogéria Toller da Silva de. Monografias Científicas: TCC, Dissertação, Tese. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2010.
SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. Monografias e Teses: das normas técnicas ao projeto de pesquisa. 1ª Ed. Brasília, DF: Consulex, 2005.

Disciplina:		GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0		
Ementa							
Base conceitual. Fontes e processos de degradação ambiental. Aspectos legais e normativos. Plano de Recuperação de áreas Degradadas. Sucessão ecológica. Técnicas vegetativas e mecânicas de recuperação de áreas degradadas. Estabilização de encostas. Monitoramento de áreas degradadas.							
Bibliografia Básica							
ARAÚJO, G. H. de S.; ALMEIDA, J. R. de; GUERRA, A. J. T. Gestão Ambiental de áreas degradadas. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. GUERRA, J. T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R. G. M. Erosão e Conservação de Solos: conceitos, temas e aplicações. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. MARTINS, S. V. Recuperação de áreas degradadas: ações em Áreas de Preservação Permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração. 3ª ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2013.							
Bibliografia Complementar							
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. MARTINS, S. V. Recuperação de matas ciliares. 2 ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2012.							

Disciplina:		GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS					
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	30	Carga Horaria Prática:	15		
Ementa							
Características físico-químicas e biológicas do esgoto doméstico e industrial. Legislação e normas brasileiras relacionadas a água residuárias. Processos e graus de tratamento: processos físicos, químicos e biológicos do tratamento de esgotos domésticos. Soluções individuais e coletivas. Princípios e a importância do tratamento de efluentes industriais; Processos de tratamento dos principais efluentes industriais. Reuso de efluentes.							
Bibliografia Básica							
SPERLING, M. V. Princípios básicos do tratamento de esgotos. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 211 p. BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005. SPIRO, T. G.; STIGLIANI, W. M. Química ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson Brasil, c2009. xiv, 334 p. BAIRD, C.; CANN, M. Química ambiental. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 844 p.							
Bibliografia Complementar							

SCHMIDELL, W. (ed). Tratamento biológico de águas residuárias. Florianópolis: CNPq, 2007. 720 p.

SPERLING, M. V. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 3ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 452 p.

METCALF, L.; EDDY, H. P. Tratamento de efluentes e recuperação de recursos. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

CAVALCANTI, J. E. W. de A. Manual de tratamento de efluentes industriais. 3ª ed. São Paulo: Engenho Editora Técnica, 2016. 454 p.

NUVOLARI, A. (Coord.). Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reuso Agrícola. 2ª ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2011. 565 p.

Disciplina:	ESTATÍSTICA APLICADA A CIÊNCIAS AMBIENTAIS					
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15	

Ementa

Introdução à Estatística; Delineamento da Pesquisa; Introdução à Amostragem; Teste de Hipóteses, Tipos de Variáveis: quanto à mensuração e manipulação; Tabela de Dados; Uso de Aplicativos em Estatística; Escolha do Teste Estatístico; Significância Estatística e Intervalo de Confiança; Teste t de Student: Teste t com dados emparelhados, teste t para comparação de médias em amostras com variâncias iguais; Teste Qui-quadrado: graus de liberdade; Análise de Variância- ANOVA: um critério, dois critérios; Correlação de Pearson: teste de significância do coeficiente de regressão; Regressão Linear Simples e Múltipla: estimativas de valores a partir da reta de regressão; Estimativas de Diversidade de Espécies; Aplicações na ecologia e ciências ambientais.

Bibliografia Básica

BEIGUELMAN, B. Curso Prático de Bioestatística. 3ª ed. Revista Brasileira de Genética, Ribeirão Preto, 1994.

FONSECA, J. S. & MARTINS, G. A. Curso de Estatística. São Paulo: Editora Atlas S.A., 6ª ed. 1996.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. Estatística básica. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

BOLFARINE, H. & BUSSAB, W. O. Elementos de amostragem. 1ª ed., 2005.

LARSON, R. Estatística aplicada. 4ª ed. Editora Pearson Education. 2012.

MARTINS, G. A. & DONAIRE, D. Princípios de estatística: 900 exercícios resolvidos e propostos. 4ª ed. Editora Atlas, 2013.

MOORE, D. S. A estatística básica e sua prática. Editora LTC. 2011.

VIEIRA, S. Introdução a Bioestatística. 4ª ed. Editora: ELSEVIER. 2008.

Disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO					
Carga Horaria Total:	100	Carga Horaria Teórica:		Carga Horaria Prática:		

Ementa

Promover o contato prático e aplicado a atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à Ciência e Tecnologia das Águas.

Bibliografia Básica

BURIOLLA, Marta A. F. Estágio Supervisionado. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREITAS, H. C. L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 9ª ed. PAPIRUS, 2011.

SANT'ANNA, Flávia Maria. 1998. Planejamento de Ensino e Avaliação. 11ª ed. Sagra Luzzatto.

Bibliografia Complementar

BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. AVERCAMP, 2006.

FERREIRA, FRANCISCO WHITAKER. Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança. 8ª ed. Paz e Terra. 1994.

LUCK, HELOÍSA. Planejamento em Orientação Educacional. 22ª ed. Vozes. 2011.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24ª ed. PAPIRUS, 2011.
 PIMENTA, SELMA GARRIDO, LIMA, MARIA SOCORRO LUCENA. Estágio e Docência. 6ª ed. Cortez. 2011.

Disciplina:	TCC II				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Elaboração, execução, análise de dados e produção de uma monografia.					
Bibliografia Básica					
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13º Ed. São Paulo: Atlas 2019. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23º Ed. São Paulo: Atlas, 2007.					
Bibliografia Complementar					
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010. CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. ARTMED, 2010. SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7ª ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007. SANTOS, Clóvis Roberto dos; NORONHA, Rogéria Toller da Silva de. Monografias Científicas: TCC, Dissertação, Tese. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2010. SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. Monografias e Teses: das normas técnicas ao projeto de pesquisa. 1ª Ed. Brasília, DF: Consulex, 2005.					

Disciplina:	ATIVIDADES DE EXTENSÃO				
Carga Horaria Total:	80	Carga Horaria Teórica:		Carga Horaria Prática:	
Ementa					
Atuação em programas, projetos, cursos ou eventos registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa. A atuação do discente deverá ser ativa, ou seja, como bolsista, voluntário, facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora.					
Bibliografia Básica					
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 131 p. ISBN: 9788577531813. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 196 p. SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2010. 138 p. ISBN: 9788575164280.					
Bibliografia Complementar					

Disciplina:	GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Noções de Cartografia e Geoprocessamento; Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica – SIG; Análise Espacial; Aquisição de dados geográficos em campo; Bases de dados espaciais; Teoria do Sensoriamento Remoto; Tipos de sensores; Bancos de Dados Geográficos; Concepção de Projetos Ambientais; Aplicações de SIG e SR em Projetos Ambientais; Processamento Digital de Imagens; Softwares Disponíveis; Rotinas Básicas de Processamento e Análise Ambiental; SIG e Planejamento Ambiental; Importância do SIG e SR para o monitoramento da Amazônia.					
Bibliografia Básica					

FITZ, PAULO ROBERTO. 2010. Cartografia Básica. 2ª ed. Oficina de Textos.
 NOGUEIRA, Ruth E. 2009. CARTOGRAFIA: Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais. 3ª ed. UFSC.
 SILVA, J. X. Geoprocessamento para análise ambiental. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 5º ed. 2011.
 MARTINELLI, M. Cartografia Temática: Caderno de Mapas. EDUSP. 2003.
 CÂMARA, G., DAVIS, C., MONTEIRO, A. M. V. (Ed.). Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE, 2001.

Bibliografia Complementar

JOLY, F. A Cartografia. Papirus.1990. 136p.
 MIHELICIC, J.R. & ZIMMERMAN J.B. (Org). 2012. Engenharia Ambiental: Fundamentos, sustentabilidade e projeto. Editora LTC, 1ª ed.
 RIBEIRO, H. (Org.). Geoprocessamento e saúde Muito além de mapas. 1. Ed. Barueri, SP: Manole. 2017. 246 p.
 IBRAHIM, F. I. D. Introdução ao geoprocessamento ambiental. São Paulo: Érica, 2014.

Disciplina:	LIBRAS				
Carga Horaria Total:	30	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15

Ementa

Bases teóricas da educação inclusiva. A educação de surdos no Brasil. Identidade e comunidade surda. A língua brasileira de sinais: aspectos linguísticos. Língua de Sinais e educação. Exercícios e prática de interpretação.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
 GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). Caminhos pedagógicos da educação especial. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
 SALLES, Heloisa et al. Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de Apoio à educação de surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

Bibliografia Complementar

SKLIAR, Carlos (Org.) Atualidades da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. 3. ed. Porto alegre: Mediação, 2009.
 QUADROS, R, M. de. O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. MEC, 2004.
 SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (org.) Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. 3 ed. São Paulo: Plexus, 2003.
 QUADROS, Ronice Muller de; LODENIR, Becker Karnopp. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
 SKLIAR, Carlos (Org.) A Surdez, um olhar sobre as diferenças. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Disciplina:	TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO AMBIENTAL				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0

Ementa

Variável, de acordo com o nível do período semestral; do interesse dos discentes; do surgimento de novas tecnologias e modelos relacionados à Gestão Ambiental. Projetos relacionados a temas de destaque nacional e internacional da Gestão Ambiental. Visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.

Bibliografia Básica

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. xvi, 296 p. ISBN: 9788547208219.
 COSTA, Bento Alves; ROSA, Fernando de. MATUREZA EM GESTÃO AMBIENTAL: REVISITANDO AS MELHORES PRÁTICAS. READ. Revista Eletrônica de Administração (Porto

Alegre) [online]. 2017, v. 23, n. 2 [Acessado 5 julho 2022], pp. 110-134. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413.2311.030.59633>>. Epub May-Aug 2017. ISSN 1413-2311. <https://doi.org/10.1590/1413.2311.030.59633>.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. Curso de gestão ambiental. 2. ed., atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014. 1245 p. ISBN: 9788520433416. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão pública: gestão pública aplicada, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental, economia do turismo. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. xi, 363 p. ISBN: 9788502220386.

Bibliografia Complementar

QUINTAS, José Silva. Introdução à gestão ambiental pública. Brasília: IBAMA, 2005. 132 p. (Meio ambiente. Educação ambiental, 5) ISBN: 8573001275.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. ISO 14001: sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 239p. ISBN: 9788522461523.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Abordagens e desafios no uso de indicadores de sustentabilidade no contexto amazônico. Cienc. Cult., São Paulo, v. 71, n. 1, p. 46-50, Jan. 2019. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100013&lng=en&nrm=iso>. access on 05 July 2022. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100013>.

VALE, Francinelli Angeli Francisco Do et al. Sustentabilidade municipal no contexto de uma política pública de controle do desmatamento no Pará. Econ. soc. territ, Toluca, v. 20, n. 62, p. 685-717, abr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212020000100685&lng=es&nrm=iso>. accedido en 05 jul. 2022. Epub 26-Mayo-2020. <https://doi.org/10.22136/est20201401>.

Disciplina:	BIOLOGIA E ECOLOGIA DE INSETOS AQUÁTICOS				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	30	Carga Horaria Prática:	15

Ementa

Importância dos insetos nos ecossistemas aquáticos: lóticos e lênticos. Biologia e ecologia básica de imaturos e adultos das ordens Odonata, Ephemeroptera, Trichoptera, Diptera, Hemiptera, Plecoptera, Megaloptera e Coleoptera. Adaptação morfológica e fisiológica. Ciclos biológicos. Adaptações morfo-fisiológicas. Distribuição vertical e horizontal. Aspectos tróficos. Densidade e biomassa em função dos parâmetros ambientais. Bioindicadores. Metodologia de amostragem e tratamento do material em laboratório. Identificação dos principais grupos. Estudos de caso.

Bibliografia Básica

BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. Editora Guanabara Koogan. 2001. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. Invertebrados: Manual de aulas práticas. Ed. Holos. 2006.

RUPPERT, E. E.; BARNES, R. D.; FOX, R. D. Zoologia dos Invertebrados. Ed. Rocca. São Paulo. 2005.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, L. M.; RIBEIRO-COSTA, C, S & MARINONI, L. Manual de Coleta, conservação, montagem e identificação de insetos. 2003.

BARNES, R. S. K.; CALOW, P.; GOLDING, D.W.; OLIVE, P.J.W.; SCHLENZ, E. Os invertebrados: uma nova síntese. São Paulo: Atheneu, 1995.

BORROR, S. J. & De LONG, D. M. Introdução ao estudo dos insetos. São Paulo, Edgard Blucher Ltda., 1988.

OLIVE, P. J. W., BARNES, R. S. K., CALOW, P. Os invertebrados: uma síntese. Ed. Atheneu. São Paulo. 2007.

Disciplina:	BIOMONITORAMENTO DE ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15

Ementa

Bioindicadores e biomonitoramento: principais conceitos. Principais grupos taxonômicos utilizados em programas de biomonitoramento da qualidade ambiental de ecossistemas aquáticos. Medidas bioindicadoras utilizadas em biomonitoramento. Variação espacial e temporal das comunidades. Influência dos fatores abióticos sobre as comunidades. Estratégias adaptativas dos organismos aquáticos. Biomonitoramento participativo (ciência cidadã). Estudos de caso e avaliação de impacto ambiental através de indicadores ecológicos.

Bibliografia Básica

MAGALHÃES JUNIOR, A. P. Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
ZAGATTO, P. A.; BERTOLETTI, E. (Eds.). Ecotoxicologia Aquática – Princípios e Aplicações. 1 ed. São. Paulo, SP, Brasil. Editora Rima, 2006.

Bibliografia Complementar

BAIRD, Colin; CANN, Michael. 2011. Química ambiental. Bookman. 4ª. Ed, 844p.
BICUDO, C. E. M. & C. BICUDO, D. Amostragem em Limnologia. São Carlos, RiMa. 2004.
REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (ORG.). 2006. Águas doces no Brasil: [capital ecológico, uso e conservação]. 3ª ed. Escrituras, 750p.

Disciplina:	DIREITO DAS ÁGUAS				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
A Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), Padrões legais de Qualidade Ambiental, Licença de Utilização de Recursos Hídricos, Outorga de direito de uso de recursos hídricos, Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Política Estadual de Recursos Hídricos, Resoluções COEMA. Política Nacional e Estadual de Saneamento Básico.					
Bibliografia Básica					
Caderno de Capacitação em Recursos Hídricos volume III. Alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2012. Disponível online site ANA. http://biblioteca.ana.gov.br/asp/primapdf.asp?codigoMidia=21775&iIndexSrv=1&nomeArquivo=20140114174437%5FCadHidrico%5Fvol3%5Fcompleto%2Epdf CASCAES Dourado Junior, Octavio. Águas na Amazônia - Gestão de Recursos Hídricos Nos Países da Bacia Amazônica. Editora Juruá, 2014. MENDONÇA JÚNIOR, Félix; VIANA, Maurício Boratto, BRASIL, Alberto Pinheiro. Instrumentos de Gestão das Águas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série estudos estratégicos; n. 6) – Disponível <i>online</i> . Câmara Federal – BR. Philippi Junior, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri/São Paulo: Editora Manole, 2005. Política Estadual de Recursos Hídricos – Disponível online. SEMAS – PA.					
Bibliografia Complementar					

Disciplina:	EVOLUÇÃO QUATERNÁRIA DA AMAZÔNIA				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Estado da arte sobre a formação do sistema climato-hidrográfico amazônico; Arcabouço geológico e estrutural da Amazônia; Evolução climática quaternária; Padrões de distribuição de espécies amazônicas. Sistemas sedimentares quaternários na Bacia Sedimentar Amazônica; Neotectônica e controle estrutural na Bacia Sedimentar Amazônica; Geomorfologia e paisagens da Amazônia; Condicionantes ambientais na ocupação do bioma amazônico.					
Bibliografia Básica					
AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322p.					

CARVALHO, C. J. B. & ALMEIDA, E. A. B (org.). 2011. Biogeografia da América do Sul: padrões e processos. Editora Roca, São Paulo.

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. Para Entender a Terra. Porto Alegre: Bookman, 4ª Ed. 2006, 656p.

SUGUIO, Kenitiro. Geologia do quaternário e mudanças ambientais. Oficina de Textos, 2010.

Bibliografia Complementar

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. Novo dicionário geológico-geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 652.

HOORN, C. E WESSELING, F. Amazônia: landscape and species evolution, a look into the past. Oxford: Willey-Blackwell. 2010.

SILVA, J. X. Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações. 5ª ed. Bertrand Brasil, 2004

SUGUIO, Kenitiro. Geologia sedimentar. BLUCHER, 2010.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. Decifrando Terra. 2ª ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2009.

Disciplina:	GESTÃO AMBIENTAL NO AGRONEGÓCIO				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0

Ementa

O ambiente e o agronegócio; Legislação ambiental; Avaliação de impactos ambientais; Certificação ambiental; Gestão do Conhecimento (GC) ambiental na agroindústria; Economia Ambiental e Gestão de Negócios Agroalimentares; Pecuária e seus impactos socioambientais na Amazônia; Aspectos técnicos de modelos de gestão ambiental no agronegócio; Planejamento e Avaliação Ambiental de Projetos e Empreendimentos Agroindustriais.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Massilon. Fundamentos de agronegócios. 4.ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2013. 175p. ISBN: 8522441537.

BARBIERI, J.C. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CALDAS, Ruy de Araújo. Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade / Ruy de Araújo Caldas. - Brasília: CNPq, 1998.

GIANONI, M. A Importância da Certificação Ambiental para o seu negócio, Responsabilidade Social. Ed. 188,27Mar.2015.

GIORDANO, S. R. et al. Gestão Ambiental no Sistema Agroindustrial. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos. Produção agropecuária, distribuição. 1. ed. – 3. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

VIEGAS, Ismael de Jesus Matos; FRAZÃO, Dilson Augusto Capucho; CONCEIÇÃO, Heráclito Eugênio Oliveira da (org). Contribuição ao desenvolvimento do agronegócio da floricultura na Amazônia. Belém, PA: UFRA, 2015. 200 p. ISBN: 9788572950879

Bibliografia Complementar

Committee on Twenty-First Century Systems Agriculture; National Research Council. Toward Sustainable Agricultural Systems in the 21st Century. The National Academy Press, Washington D.C., USA, 2010. http://www.nap.edu/catalog.php?record_id=12832

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Sustainability Assessment of Food and Agriculture Systems (SAFA) Guidelines. Draft 4.0 – compact version. Natural Resources Management and Environment Department Food and Agriculture Organization of the United Nations, January 2012.

RODRIGUES, Marcus Vinicius da Costa; BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Os impactos do agronegócio globalizado da soja no perfil socioeconômico do Município de Santarém, Pará. Santarém, Pará: s.n, 2019. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto Ciências da Sociedade, Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Disciplina:	GESTÃO DE RECURSOS NÃO MADEIREIROS				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0

Ementa
Produtos Florestais, meio de subsistência e conservação ambiental; Valoração econômica e ambiental de produtos florestais não madeireiros; Produtos Florestais não madeireiros e manejo sustentável; Recuperação florestal para produtos não madeireiros; Concessões florestais e gestão de recursos não madeireiros; Alternativas sociais e econômicas para o desmatamento na Amazônia; Recursos não madeireiros, saúde coletiva e saúde pública; Certificação ambiental de produtos florestais não madeireiros; Recursos florestais não madeireiros, serviços ambientais e mudanças climáticas.
Bibliografia Básica
CASTRO, Dulcilene. A. Práticas e técnicas com produtos florestais não madeireiros: Um estudo de caso com famílias no pólo rio capim do proambiente. Amazônia: Ci.&Desenv., Belém, v. 2, n. 4, jan./jun. 2007.
EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Manejo florestal não madeireiro em unidade de conservação de uso direto. Rio Branco: EMBRAPA, 2000. 4p. (Folheto). Disponível em: www.embrapa.br
FILDER, Nilton César. Produtos Florestais Não Madeireiros: Importância e Manejo Sustentável da Floresta. Revista Ciências Exatas e Naturais, Vol.10 nº 2, Jul/Dez 2008.
MACHADO, Frederico soares. Manejo de produtos florestais não madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. Rio Branco-Acre: PESACRE / CIFOR, 2008. 105 p il. ISBN: 9788590821700.
SHANLEY, Patrícia; PIERCE, Alan; LAIRD, Sarah A. Além da madeira: a certificação de produtos florestais não-madeireiros. Belém: CIFOR, 2005. 153 p.
SCHMAL, Bárbara. Óleos da Amazônia: os cheiros da floresta em vidrinhos: manejo comunitário de produtos florestais não-madeireiros e fortalecimento local no Município de Silves - AM. Manaus, AM: Pro Várzea IBAMA, 2006. 28 p. (Iniciativas promissoras, 4) ISBN: 8573001992.
Bibliografia Complementar
ALEXIADES, M. N.; SHANLEY, P. Productos forestales, medios de subsistencia y conservación. Bogor: Cifor, 2004.
BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L.; SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos florestais não madeireiros análise retrospectiva. Revista Floresta. Curitiba PR, v.34, n. 3, p. 363-371, 2004.
INPA. Lista das Espécies Florestais e Arbustivas de Interesse Econômico na Amazônia Ocidental. Disponível em: > https://www.inpa.gov.br/sementes/arquivos/tabela_Nome_Cientifico_Usos.pdf .<
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Castanha-do-Brasil: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico /Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. – Brasília, DF: MMA, 2017.

Disciplina:	GESTÃO URBANA				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0
Ementa	Processo de formação do território nacional. Urbanização brasileira. Impactos ambientais da urbanização. Política Nacional Urbana. Ordenação do uso e ocupação do solo. Urbanização de risco. Sustentabilidade urbana. Urbanização das cidades amazônicas. Interface entre o urbano e o rural na Amazônia.				
Bibliografia Básica	SILVEIRA, C. B.; FERNANDES, T. M.; B. PELLEGRINI. Cidades saudáveis? Alguns olhares sobre o tema. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. (7)				
	TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. do. Desastres naturais: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2015. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/05/Conhecer_para_Prevenir_3ed_2016.pdf				
	CASTRO, E. Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2009. 352 p.				
Bibliografia Complementar					

MILLER, G. T.; SPOOLMAM, S. E. Ciência ambiental. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016.

ARANTES, O. B. F. VAINER, C. MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 8. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 192 p.

OLIVEIRA, J. A. Espaços urbanos na Amazônia: visões geográficas. Manaus: Valer editora, 2011.

SILVA, L. de J. D. da; PONTE, J. P. X. Urbanização e ambiente: experiências de pesquisas na Amazônia Oriental. Belém: Paka-Tatu, 2012.

SYDENSTRICKER-NETO, J.; SILVA, H.; MONTE-MÓR, R. L. Dinâmica populacional, urbanização e meio ambiente: subsídios para o Rio+20. Brasília: UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2015.

Disciplina:	HIDROSSEDIMENTOLOGIA				
Carga Horária Total:	60	Carga Horária Teórica:	60	Carga Horária Prática:	0
Ementa					
<p>Conceitos de erosão e assoreamento. Erosão: formas, tipos de erosão, medidas de perdas de solo por erosão, métodos de medida direta e indireta da descarga em suspensão e do leito. Transporte de sedimentos: formas de transporte de sedimentos, distribuição de sedimentos no curso d'água, medições do transporte de sedimentos, problemas gerados pelos sedimentos. Hidrossedimentometria: equipamentos de hidrossedimentometria, amostragem, análises laboratoriais, cálculo de descarga sólida, processamento de dados. Sedimentologia de bacias; controle de sedimentos; previsão de assoreamento em reservatórios e açudes; Hidroweb da ANA; Controle do assoreamento de um reservatório (preventivo e corretivo).</p>					
Bibliografia Básica					
<p>CARVALHO, N. O. Hidrossedimentologia Prática. Interciência. 2008.</p> <p>GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.). Erosão e Conservação dos Solos: conceitos, temas e aplicações. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.</p> <p>SILVA, A. M.; SCHULZ, H. E.; CAMARGO, P. B. Erosão e Hidrossedimentologia em Bacias Hidrográficas. 2ª Edição. Rima. 2007.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ARAUJO, G. H. de S.; ALMEIDA, J. R. de; GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.</p> <p>CARVALHO, N.O.; FILIZOLA JÚNIOR, N.P.; SANTOS, P.M.C.; LIMA, J.E.F.W. Guia de práticas sedimentométricas. Brasília: ANEEL. 2000. 154p. (http://www2.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/Guia_prat_port.pdf).</p> <p>CARVALHO, N.O.; FILIZOLA JÚNIOR, N.P.; SANTOS, P.M.C.; LIMA, J.E.F.W. Guia de avaliação de assoreamento de reservatórios. Brasília: ANEEL. 2000. 140p. (http://www2.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/Guia_ava_port.pdf).</p>					

Disciplina:	LOGÍSTICA REVERSA				
Carga Horária Total:	60	Carga Horária Teórica:	60	Carga Horária Prática:	0
Ementa					
<p>Definição, conceito e legislação relacionada a Logística Reversa (LR). Economia reversa. Logística verde. Logística Reversa pós-consumo. Logística Reversa pós-venda. Fatores tecnológicos, ecológicos, econômicos e logísticos que influenciam as decisões nos processos de logística verde. Barreiras e problemas associados ao planejamento, à implementação e ao controle das estratégias de Logística Verde. Visão geral da LR no Brasil e no mundo.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>LEITE, P. R. Logística Reversa: Meio Ambiente e Competitividade. 2 ed. Porto Alegre: Pearson Universidades, 2009. 256 p.</p> <p>LIMA, L. M. Q. Lixo: tratamento e biorremediação. 3ª ed. São Paulo: Hemus, 2004.</p> <p>PEREIRA, A.; BOECHAT, C.; TADEU, H.; SILVA, J.; CAMPOS, P. Logística reversa e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 208 p.</p> <p>PEREIRA NETO, J. T. Gerenciamento do lixo urbano: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa, MG: UFV, 2007.</p>					

Bibliografia Complementar
BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005.
CINQUETTI, H. C. S. Consumo e resíduo: fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos: Edufscar, 2006.
LIMA, L. M. Q. Lixo: tratamento e biorremediação. - 3. ed., rev. e ampl. - São Paulo: Hemus, 2004. 265 p.

Disciplina:	METODOLOGIAS PARA ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Relação homem natureza em estudos sociais aplicados; Aspectos metodológicos de preparação para atividades de campo e coleta de dados primários socioambientais (planejamento da pesquisa, comitê de ética em pesquisa, delineamento, elaboração de questionário e entrevistas); Metodologia e fontes seguras de coleta de dados secundários socioambientais (fontes oficiais como IBGE, INPE e MMA e confiabilidade de dados).					
Bibliografia Básica					
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
BATISTELLA, M.; MORÁN, E. F.; ALVES, D. S. Amazônia: natureza e sociedade em transformação. São Paulo: Edusp, 2008. 303 p.					
MARCOVITCH, Jacques. A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: USP, 2011. 308 p.					
Bibliografia Complementar					
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012. 156 p.					
MINERVINO, A. H. H; BRASILEIRO, T. S. A. Sociedade, natureza e desenvolvimento na Amazônia: vol. I. Santarém, PA: Ufopa, 2019. 392 p.					
DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec - NUPAUB, 1994.					
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed., 15. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014. 287 p.					
VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático. Brasília: MDA, 2006. 62p.					

Disciplina:	POLÍTICAS PÚBLICAS EM MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	60	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
Estado e políticas públicas: teorias de Estado e governo, Estado brasileiro, burocracia, federalismo, avaliação de políticas públicas e mudanças institucionais; Histórico das políticas de meio ambiente e recursos hídricos; Análise das principais políticas ambientais em vigor e dos instrumentos por elas propostos para uma gestão adequada do meio ambiente; Intersetorialidade e participação social nas políticas de recursos hídricos; Organização político-institucional da gestão da água; e estudos de casos. Conflitos socioambientais na Amazônia.					
Bibliografia Básica					
CECH, Thomas V; PAIM, Eliane Ferreira trad. Recursos hídricos: história, desenvolvimento, política e gestão. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013. il. ISBN: 9788521621645.					
FLEISCHFRESSER, Vanessa. Amazônia, Estado e sociedade. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006. 106 p. ISBN: 8574961450.					
LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992. 367 p. ISBN: 8533800851.					
MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 686 p. ISBN: 9788528612462.					

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 24. ed., rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011. 903 p. ISBN: 8502055682.

Bibliografia Complementar

BAUMGARTNER, F. Ideas and Policy Change. Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, Vol. 26, No. 2, pp. 239–258, abril, 2013.

CIRILO, José Almir. Políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. Estud. av., São Paulo, v. 22, n. 63, p. 61-82, 2008.

FARIA, C. A. P. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 nº. 51. p. 21-29. fevereiro, 2003.

TAPIA, J. R. B.; GOMES, E. R. Ideias, interesses e mudanças institucionais. Tempo social, Revista de Sociologia da USP. v. 20, n. 1. junho, 2008.

Disciplina:	REVISÃO CIENCIOMÉTRICA AMBIENTAL				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	30	Carga Horaria Prática:	15

Ementa

Conceitos em Cienciometria; Histórico da cienciometria. Cienciometria quantitativa de literatura científica. Grupos trabalhando com cienciometria no Brasil. Coletando dados para cienciometria: Banco de dados, Web of Science, Scielo e Scopus. Indicadores cienciométricos. Estudos cienciométricos em ecologia. Análise de dados cienciométricos. Etapas da produção científica. Publicação de estudos cienciométricos. Desenvolvimento de estudos cienciométricos (ênfase para Amazônia).

Bibliografia Básica

BORENSTEIN, M., HEDGES, L.V., HIGGINS, J. P.T., ROTHSTEIN, H.R. Introduction to meta-analysis. West Sussex, John Wiley & Sons.(2009). 415p.

HEDGES, L. V., OLKIN, I. Statistical methods for meta-analysis. San Diego, Academic Press. (2014). 369p.

HIGGINS J. P. T, GREEN S. (editors). Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions Version 5.1.0 [updated March 2011]. The Cochrane Collaboration, 2011. Available from www.cochrane-handbook.org.

ROSENBERG, M. S., ADAMS, D. C., GUREVITCH, J. MetaWin: Statistical software for meta-analysis. Version 2. Sunderland, Massachusetts, Sinauer Associates, Inc. (2000).

Bibliografia Complementar

Periódicos especializados da área e indexados.

Disciplina:	PERÍCIA AMBIENTAL				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	15

Ementa

Legislação e termos técnicos associados a perícia ambiental. Tipos de perícia (judicial, forense, arbitral e securitária). Direitos e deveres processuais dos peritos e assistentes técnicos. Procedimentos técnico-científico na perícia ambiental. Redação Pericial.

Bibliografia Básica

SAAB, RACHID R. R.; RODRIGUES, M. G.; LINS, G. A. Métodos para perícia ambiental forense. Rio de Janeiro: SIRIUS, 2013. 242p. (Disponível em: <https://www.rsirius.uerj.br/pdfs/MetodoPericiaAmbientaForense.pdf>)

ALMEIDA, J. R. de. Perícia Ambiental Judicial e securitária: impacto, dano e passivo ambiental. 3ª ed. Rio de Janeiro: THEX, 2009.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Org). Avaliação e perícia ambiental. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 284 p.

Bibliografia Complementar

ARANTES, C. A.; ARANTES, C. de. Perícia Ambiental: Aspectos Técnico e Legais. 2ª ed. São Paulo: Oficina de texto, 2016. 300 p.

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 27 ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2020. 1454 p.
ROSA, C. T. A. de; STUMVOLL, V. P. Criminalística. 8 ed. São Paulo: Millennium Editora, 2023. 584 p.

Disciplina:	GESTÃO DE ÁREAS VERDES				
Carga Horaria Total:	45	Carga Horaria Teórica:	45	Carga Horaria Prática:	0
Ementa					
: Funções, bens e serviços das florestas. Legislação e conservação florestal no Brasil. Instrumentos de gestão florestal. Plano de manejo. Exploração sustentável dos recursos florestais. Arborização e vegetação urbana. Espécies arbóreas adequadas ao espaço e uso urbano. Planejamento e manejo da arborização urbana.					
Bibliografia Básica					
GATTO, A.; PAIVA, H. N. de; GONÇALVES, W. Implantação de jardins e áreas verdes. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011.					
PAIVA, H. N.; VITAL, B. R. Escolha da espécie florestal. Viçosa, MG: UFV, 2003.					
RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 6ª ed. Guanabara Koogan, 2012.					
Bibliografia Complementar					
BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Floresta Nacional do Tapajós: experiência e lições para implementação do manejo florestal em unidade de conservação. Vozes, 2006.					
HOSOKAWA, R. T.; MOURA, J. B. de; CUNHA, U. S. da. Introdução ao manejo e economia de florestas. UFPR, 2008.					
PAIVA, H. N. de; GONÇALVES, W. Florestas urbanas: planejamento para melhoria da qualidade de vida. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2002.					
SILVA, A. G. da; PAIVA, H. N. de; GONÇALVES, W. Avaliando a arborização urbana. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2007.					
ZANETTI, E. Certificação e manejo de florestas nativas brasileiras. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2011.					

Disciplina:	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL, PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO				
Carga Horaria Total:	60	Carga Horaria Teórica:	40	Carga Horaria Prática:	20
Ementa					
Introdução à Propriedade Intelectual (PI), evolução histórica, tipos de PI sua importância e estratégias de proteção. Introdução à Prospecção Tecnológica (PT), busca de anterioridade, monitoramento tecnológico e previsão tecnológica. Introdução à Transferência de Tecnologia (TT), evolução histórica e uso da TT como forma de impulsionar empreendedorismo em setores tecnológicos e em ambientes de inovação. Introdução à Inovação e sua escala de Maturidade Tecnológica (TRL). Empreendedorismo Inovador. Políticas Públicas de PI, TT e Inovação no Brasil. Cenário e estruturas para PI, TT e Inovação na região oeste do Pará.					
Bibliografia Básica					
FREY, I. A.; TONHOLO, J.; QUINTELLA, C. M. (org.). Conceitos e Aplicações de Transferência de Tecnologia (TT). Salvador - BA: IFBA, 2019, v.1.					
RIBEIRO, N. M. (org). Prospecção tecnológica. Salvador (BA): IFBA, 2018, v.1.					
SANTOS, W. P. C. (org). Conceitos e aplicações de propriedade intelectual. Salvador - BA: IFBA, 2018, v.1.					
Bibliografia Complementar					
COZZI, A. et al. Empreendedorismo de base tecnológica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.					
RIBEIRO, N. M. (org). Prospecção tecnológica. Salvador (BA): IFBA, 2019, v.2.					
SANTOS, W. P. C. (org). Conceitos e aplicações de propriedade intelectual. Salvador - BA: IFBA, 2019, v.2.					
SOUZA, E. R. (org). Políticas públicas de CT & I e o Estado Brasileiro. Salvador (BA): IFBA, 2019, v.2.					

SOUZA, E. R. (org). Políticas públicas de CT & I e o Estado Brasileiro. Salvador (BA): IFBA, 2018, v.1.

ANEXO 3 REGULAMENTO PARA A CREDITAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO PARA A CREDITAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Este anexo regulamenta as Atividades Complementares do Bacharelado em Gestão Ambiental (BGA) da Ufopa.

NORMAS PARA REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 1º - As Atividades Complementares do curso de graduação do Bacharelado em Gestão Ambiental, ofertado pelo Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas – ICTA/ Ufopa, nos termos destas normas, são componentes curriculares obrigatórios, efetivando-se por meio de estudos e atividades independentes desenvolvidas pelo acadêmico, que lhe possibilite habilidades e conhecimentos relacionados à sua área de atuação profissional, compreendendo ações de ensino, pesquisa e extensão.

I - As Atividades Complementares são assim denominadas no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e tem a carga horária mínima obrigatória de 100 (cem) horas, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para Graduação, Bacharelado, Presencial (Resolução CNE/CP Nº 02, de 18 de junho de 2007).

II - As Atividades Complementares devem ser desenvolvidas no período de estudo do acadêmico, inclusive em instituições públicas e privadas externas à Ufopa, em observância à filosofia, área de abrangência, identidade e perfil do egresso de cada curso.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - As Atividades Complementares tem como objetivos:

I - Estimular estudos independentes, que possibilitem a autonomia intelectual do acadêmico;

II - Fortalecer os saberes adquiridos pelos acadêmicos no decorrer do curso;

III - Oportunizar a integração dos conhecimentos produzidos socialmente com a produção científica acadêmica;

IV - Divulgar os conhecimentos provenientes de pesquisas produzidas no âmbito universitário, ou oriundos de parcerias com instituições públicas, privadas e filantrópicas;

V - Articular ensino, pesquisa e extensão com as necessidades sociais e culturais da sociedade;

VI - Incentivar a valorização dos saberes e da diversidade sócio - cultural paraense.

CAPÍTULO III

DA CATEGORIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares dos cursos, são constituídas de sete eixos, a saber:

I - 1º Eixo: Ensino

Participação em atividades de monitoria remuneradas ou voluntárias em instituições públicas e privadas;

Realização de estágio não obrigatório, como complementação da formação acadêmico-profissional;

Participação do acadêmico em cursos de aprimoramento de ensino, em áreas afins do curso;

Frequência e aprovação a disciplinas não pertencentes ao currículo pleno, oferecidas pelos Institutos da Universidade Federal do Oeste do Pará, e desde que sejam em áreas afins do curso.

II - 2º Eixo: Pesquisa

Participação em atividades de iniciação científica (bolsistas ou voluntários), em pesquisas existentes nos cursos de graduação e/ou pós-graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa;

Apresentação de trabalhos em eventos científicos e publicação de artigos relativos às áreas afins do curso.

III - 3º Eixo: Extensão

Participação como voluntário ou bolsista em atividades de extensão promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão, Colegiado de Cursos e docentes.

IV - 4º Eixo: Eventos de natureza artística, científica ou cultural

Participação do acadêmico em congressos, semanas acadêmicas, seminários, palestras, conferências, feiras, fóruns, oficinas/workshops e intercâmbio cultural.

V - 5º Eixo: Capacitação

Participação em cursos de capacitação a distância, curso de informática/línguas, estágios.

VI - 6º Eixo: Empreendedorismo

Participação da Gestão de Empresa Jr, fazer parte de projeto da Empresa Jr;

VII - 7º Eixo: Representação Estudantil

Exercício de cargos de representação estudantil em órgãos colegiados da Universidade Federal do Oeste do Pará, no mínimo, 75% de participação efetiva no mandato.

CAPÍTULO IV

DA CARGA HORÁRIA

Art. 4º - As Atividades Complementares devem configurar no currículo do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental a carga horária mínima obrigatória de 100 (cem) horas.

Art. 5º - Para contagem e validação de créditos, serão consideradas as pontuações estabelecidas na Ficha de Registro de Atividades Complementares. As atividades previstas e que não estão previstas na referida ficha serão avaliadas pela Comissão de Atividades Complementares, pelo cômputo dos créditos para, após análise, atribuir a pontuação correspondente à atividade realizada pelo acadêmico.

I - Ao final do curso, o acadêmico deverá ter comprovado a participação em, no mínimo, 02 (dois) dos eixos relacionados no Art. 3º.

II - Para o 2º eixo - Pesquisa, será atribuída à carga horária de 60 horas, ao trabalho aceito para publicação ou publicado em revista científica indexada, como o acadêmico sendo primeiro autor, e de 20 horas, ao acadêmico sendo segundo autor em diante; aos resumos expandidos em eventos científicos nacionais ou internacionais e aos resumos em eventos internacionais, serão atribuídas 30 horas, ao acadêmico sendo primeiro autor, e 10 horas, ao acadêmico sendo segundo autor em diante; aos resumos em eventos nacionais, serão atribuídas 15 horas ao acadêmico sendo primeiro autor, e 8 horas, ao acadêmico sendo segundo autor em diante;

CAPÍTULO V

DA SOLICITAÇÃO DE CRÉDITO

Art. 6º - Na ocasião do aproveitamento de créditos das Atividades Complementares, e respeitando a data previamente estabelecida pela Comissão de Atividades Complementares, o acadêmico deverá protocolar, em fotocópia, os comprovantes de participação e/ou produção das Atividades Complementares solicitando, ainda, concessão de créditos sobre a carga horária das atividades realizadas, para a Comissão de Atividades Complementares.

I - No ato do protocolo, torna-se obrigatória a apresentação dos comprovantes de participação e/ou produção das Atividades Complementares, em sua forma original, com vistas ao reconhecimento da autenticidade dos documentos fotocopiados ou, ainda, através de cópias reconhecidas em cartório.

II - O cumprimento da agenda para protocolo dos comprovantes das Atividades Complementares não garante crédito automático ao aluno, devendo o mesmo aguardar o resultado

da análise pela Comissão de Atividades Complementares, por meio da emissão de parecer sobre os documentos apresentados, que estarão disponíveis para consulta no Colegiado do respectivo curso.

III – As Atividades Complementares, referidas no Art. 3º, desta Normatização, poderão ser desenvolvidas ao longo do curso, mas devem ser concluídas antes do início do último semestre de conclusão do curso.

Parágrafo único: O não cumprimento da carga horária mínima estabelecida para as Atividades Complementares ao final do curso implicará na reprovação do acadêmico, podendo solicitar-se novamente para o cumprimento das Atividades Complementares até o período de integralização do curso previsto no PPC do Bacharelado em Gestão Ambiental.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES, DOS COLEGIADOS E COORDENAÇÕES DE CURSO

Art. 7º - As Atividades Complementares são subordinadas à Comissão de Atividades Complementares, que é o responsável direto pela administração dos atos relativos à política, ao planejamento, acompanhamento e escrituração das atividades em seu âmbito de atuação, bem como pela orientação aos alunos sobre a natureza e o desdobramento das Atividades Complementares.

Art. 8º - São atribuições básicas da Comissão de Atividades Complementares:

I - Definir e alterar, quando necessário, a especificação das Atividades Complementares (conforme ficha em anexo) a serem desenvolvidas, a partir da filosofia, área de abrangência e objetivos de seus respectivos Cursos, as atividades inerentes a cada um dos 7 (sete) eixos previstos no Art. 3º desta Normatização, bem como a forma de comprovação das mesmas;

II - Manter, junto à coordenação dos cursos arquivo atualizado contendo a ficha de cada aluno, documentação apresentada e total de horas validadas e registradas no respectivo histórico escolar;

III - Apreciar os requerimentos de alunos e professores sobre questões pertinentes às Atividades Complementares;

IV - Acompanhar, controlar e certificar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Universidade Federal do Oeste do Pará que objetive o crédito nas Atividades Complementares;

V - Fazer, a cada semestre, a escrituração das atividades acumuladas pelos alunos, sempre na observância do que prevê o Art. 3º desta Normatização;

CAPÍTULO VII

DAS BASES LEGAIS

Art. 9º - As Atividades Complementares estão regulamentadas de acordo com a seguinte Legislação:

I - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 43, inciso II, que preconiza o Estágio como elemento constitutivo do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação;

II - Resolução CNE/CP Nº 02, de 18 de junho de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Graduação, Bacharelado, Presencial (Resolução CNE/CP Nº 02, de 18 de junho de 2007);

III - Projeto Político-pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º - A Pró-Reitoria de Ensino - PROEN procederá no registro da carga horária das Atividades Complementares no histórico escolar do acadêmico, revogadas as disposições em contrário.

Art. 11º - Os casos omissos na presente Normatização serão apreciados pela Comissão de Atividades Complementares e Colegiado do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, devidamente sustentadas pelas determinações emanadas dos órgãos colegiados desta Universidade.

Aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso em XX/XX/XXXX

Apêndice A

Ficha de registro de atividades complementares.

Tabela A - Atividades complementares do BICTA / ICTA

ATIVIDADE	NÚMERO DE HORAS	
	Máximo (em todo curso)	Horas Aproveitadas
1º EIXO: ENSINO	50 h	
Monitoria Disciplina de 75h = Disciplina de 60h = Disciplina de 45h = Disciplina de 30h =		
2) Estágios não obrigatórios Carga horária do estágio		
3) Participação em cursos Carga horária do curso		
4) Disciplinas não pertencentes ao currículo pleno (quando excedentes ao número de horas exigidas pelo curso) Carga horária da disciplina		
2º EIXO: PESQUISA	50 h	
5) Iniciação Científica – IC (bolsistas ou voluntários) 1 IC/ano = 100 h		
6) (a) Apresentação de trabalho e (b) publicação de resumo como 1º autor em Congressos e similares		
7) Trabalho publicado em Revista com Corpo Editorial 1 trabalho = 60h		
3º EIXO: EXTENSÃO	50 h	
8) Extensão (bolsistas ou voluntários) 1 PIBEX/ano = 100 h		
9) Participação de atividades de Extensão Carga horária da atividade		
4º EIXO: EVENTOS DE NATUREZA ARTÍSTICA, CIENTÍFICA OU CULTURAL	50 h	
10) Participação do acadêmico em congressos, semanas acadêmicas, seminários, palestras, conferências, feiras, fóruns, oficinas/workshops e intercâmbio cultural		
11) Participação em comissão ou organização de congressos, seminários conferências, cursos de verão e outras atividades científicas e acadêmicas		
5º EIXO: CAPACITAÇÃO	50 h	

12) Participação em cursos de capacitação a distância, curso de informática/línguas, estágios.		
6º EIXO: EMPREENDEDORISMO	50 h	
13) Participação da Gestão de Empresa Jr, fazer parte de projeto da Empresa Jr.		
7º EIXO: REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	50 h	
14) Exercício de cargos de representação estudantil em órgãos colegiados da Ufopa, no mínimo, 75% de participação efetiva no mandato.		
Integralização mínima de atividades complementares	100	
Total		
Data:		
Assinatura da Comissão de Atividades Complementares		
Nome do Aluno		CÓD:

DESPACHO: ENCAMINHE-SE A COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM BICTA (VIA REQUERIMENTO SOLICITADO NA SECRETARIA DO BICITA).

Tabela B - Documentos necessários para conferencia dos créditos das atividades complementares

ATIVIDADES	DOCUMENTOS
1º EIXO: ENSINO	
1) Monitoria bolsista/voluntário.	Relatório de atividades e declaração do supervisor
2) Estágios não obrigatórios.	Relatório de atividades e declaração do supervisor
3) Participação em cursos.	Certificado
4) Disciplinas não pertencentes ao currículo pleno (quando excedentes ao número de horas exigidas pelo curso).	Comprovante de matrícula e conclusão
2º EIXO: PESQUISA	
5) Iniciação Científica – IC (bolsistas ou voluntários).	Relatório de atividades e declaração do supervisor
6) (a) Apresentação de trabalho e (b) publicação de resumo como 1º autor em Congressos e similares.	Certificado de apresentação do trabalho ou cópia do artigo publicado ou comprovante de aceitação
7) Trabalho publicado em Revista com Corpo Editorial.	Cópia do artigo publicado ou comprovante de aceitação
8) Publicação de Livro e Participação em capítulo de livro ou e-book.	Cópia do capítulo ou livro.
9) a) Participação em grupo de pesquisa e b) projeto de pesquisa cadastrado na Ufopa /CNPq ou IFES.	Certificado/Declaração do Coordenador do Projeto.
3º EIXO: EXTENSÃO	
10) Extensão (bolsistas ou voluntários) 1PIBEX/ano = 100h.	Relatório de atividades e declaração do supervisor.

11) Participação de atividades de Extensão ou Cursos de extensão realizados em eventos.	Certificado ou Atestado do ministrante.
12) a) Participação em grupo de extensão e b) projeto de extensão cadastrado na Ufopa ou IFES.	Certificado/Declaração do Coordenador do Projeto.
4º EIXO: EVENTOS DE NATUREZA ARTÍSTICA, CIENTÍFICA OU CULTURAL	
13) Participação do acadêmico em congressos, semanas acadêmicas, seminários, palestras, conferências, feiras, fóruns, oficinas/workshops e intercâmbio cultural.	Certificado de participação no evento.
14) Participação em comissão ou organização de congressos, seminários conferências, cursos de verão e outras atividades científicas e acadêmicas.	Relatório de atividades e declaração do supervisor.
15) Participação grupos artísticos (ex: teatro, coral).	Certificado de participação.
5º EIXO: CAPACITAÇÃO	
16) Participação em cursos de capacitação a distância, curso de informática/línguas, estágios.	Certificado.
6º EIXO: EMPREENDEDORISMO	
17) Participação da Gestão de Empresa Jr, fazer parte de projeto da Empresa Jr.	Documento de nomeação.
18) Participação em Projeto da Empresa Jr.	Declaração emitida pelo presidente da empresa.
7º EIXO: REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	
19) Exercício de cargos de representação estudantil em órgãos colegiados da Universidade Federal do Oeste do Pará, no mínimo, 75% de participação efetiva no mandato.	Declaração do presidente da comissão/órgão.

ANEXO 4 ATIVIDADE DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

08/07/2021

https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=484942



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS



PORTARIA Nº 15 / 2021 - ICTA (11.01.47)

Nº do Protocolo: 23204.006540/2021-49

Santarém-PA, 07 de julho de 2021.

O Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei nº 12.085/2009 c/c Estatuto da Ufopa, Regimento Geral da Ufopa e Portaria nº 736/2018-Reitoria,

RESOLVE: Designar, a partir desta data, os servidores abaixo relacionados para, constituírem o **Núcleo de Estágio Supervisionado** do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas.

- I. Lucinewton Silva de Moura;
- II. José Reinaldo Pacheco Peleja;
- III. Ezequias Procópio Brito;
- IV. André Luiz Colares Canto;
- V. José Claudio Ferreira Ferreira dos Reis

Os membros acima citados disporão de 2 (duas) horas semanais para execução das atividades da Comissão, conforme preceitua o artigo 31, I, da Resolução nº 184/2017-Consepe.

Fica revogada a portaria nº 008/2020 - ICTA, de 03 de Março de 2020.

Dê-se ciência e cumpra-se.

(Assinado digitalmente em 07/07/2021 15:49)

LUCINEWTON SILVA DE MOURA
DIRETOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 1549200

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **15**, ano: **2021**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **07/07/2021** e o código de verificação: **f587fa2241**

ANEXO 5 REGULAMENTO PARA A CREDITAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO ICTA Nº 01

Dispõe sobre o estágio curricular dos cursos de Graduação do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas.

A Diretora do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria Nº 2.364 do Ministro de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2013, considerando o que determina a Lei nº 11.788, de 25/09/2008 e a Instrução Normativa 006/2010 da Ufopa resolve expedir a seguinte regulamentação:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Regulamento fixa diretrizes e normas básicas para o funcionamento do estágio curricular obrigatório e não obrigatório dos cursos de Graduação do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, A Instrução Normativa 006/2010 e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

DA NATUREZA E FINALIDADES

Art. 2º. A Ufopa concebe o estágio como uma atividade curricular de base eminentemente pedagógica, que se constitui em experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica, em ambiente genuíno de trabalho, permitindo o questionamento e a reavaliação curricular, bem como a relação dinâmica entre teorias e práticas desenvolvidas ao longo das atividades curriculares, classificando-se em estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório.

Art. 3º. O Estágio Curricular não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, podendo sua carga horária ser computada como Atividade Complementar.

O Estágio não obrigatório está sob a gestão da Coordenação de Estágio- PROEN, a qual fará o encaminhamento do aluno e providenciará a documentação necessária e sistema de certificação desta atividade, sendo referendados pela comissão de atividades complementares do ICTA.

Art. 4º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório tem como objetivos:

a) oferecer oportunidade de aprendizagem em ambiente profissional aos alunos do curso de graduação, constituindo-se em instrumento de integração, capacitação para o trabalho, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

b) proporcionar aprendizado de competências próprias da atividade profissional ou a contextualização curricular, objetivando a articulação teoria-prática, o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho em geral.

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 5º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, entendido como ato educativo, deve fazer parte do projeto pedagógico do curso (PPC), em atendimento às normas legais no que diz respeito à estrutura e carga horária do estágio supervisionado.

§ 1º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é integrado por atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da vida, do trabalho e do seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

§ 2º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório pode ser cumprido na forma de uma ou mais Atividades Acadêmicas, como Monitoria, iniciação científica e mobilidade externa nacional e internacional, em cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo projeto pedagógico do curso de graduação.

O cumprimento e comprovação da carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma.

§ 3º. As atividades de iniciação científica, monitoria e mobilidade externa nacional e internacional desenvolvida pelo aluno poderão ser consideradas estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso e com aproveitamento de 100% (cem por cento) da carga horária total de estágio obrigatório, conforme deliberação do Colegiado do ICTA. Nesse caso a carga horária computada como estágio curricular obrigatório não poderá ser lançada como Atividade Complementar.

Art. 6º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é um componente que integraliza a estrutura curricular do curso e requer planejamento, acompanhamento e avaliação constante por parte de um Professor-Orientador de Estágio, com carga-horária destinada para este fim.

§ 1º. A carga horária destinada ao professor orientador de estágio supervisionado obrigatório não deve ultrapassar 4h semanais (computando uma estimativa de orientação de dois alunos por semestre).

§ 2º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá buscar seu caráter interdisciplinar, em relação às diversas áreas do conhecimento, respeitando, no entanto, o projeto pedagógico do curso (PPC).

§ 3º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será desenvolvido visando:

- I - a formação humana, científica e cultural do estagiário;
- II - a inserção do estagiário no mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de atividades concretas e diversificadas;
- III - a unidade entre teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão;
- IV - a interação da universidade com os demais segmentos sociais.

Art. 7º. O desenvolvimento do estágio dar-se-á em campos que atendam às determinações das normas gerais da Ufopa e das normas de estágio específicas de cada curso.

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO E INSTITUIÇÕES CONCEDENTES

Art 8º. Campos de estágio são compostos por instituições que permitem a complementação do ensino e da aprendizagem, constituindo-se em instrumentos de integração em termos de formação para o trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art 9º. Poderão se constituir campos de Estágio os diferentes setores da sociedade, além da própria Universidade, desde que apresentem condições para o pleno desenvolvimento acadêmico do aluno, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso aprovado pelo Colegiado da Unidade Acadêmica onde está inserido o Curso.

Art. 10º. São consideradas Instituições Concedentes aquelas que tenham condições efetivas de oferecer estágios aos alunos vinculados à Ufopa, devendo estar revestidas na forma legal como pessoas jurídicas de direito público, privado ou de economia mista.

§ 1º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório só poderá ser iniciado após formalização de convênios entre as Instituições Concedentes e a Ufopa.

§ 2º. A Instituição Concedente deverá:

I - indicar pessoa do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de concessão do estágio, para supervisionar o estagiário;

II - encaminhar ao Núcleo de estágio do ICTA (NE-ICTA) o Termo de Compromisso de Estágio devidamente assinado pelo representante legal da mesma e pelo estagiário;

III - entregar ao estagiário documento que comprove a realização do estágio, quando de seu desligamento, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

§ 3º. A Ufopa será considerada Instituição Concedente de estágio quando tiver condições de oferecer estágio a estudantes da Ufopa.

DA ORGANIZAÇÃO E SUPERVISÃO

Art. 11. O ICTA como Unidade Acadêmica terá um Núcleo responsável pelo Estágio, de modo a assegurar seu pleno desenvolvimento.

Art. 12. O Núcleo de Estágio (NE-ICTA) será constituído pelo Diretor do Instituto e pelos professores de estágio dos cursos de graduação do ICTA, sendo um destes o coordenador do NE do Instituto.

Art. 13º O NE-ICTA deverá elaborar as normas específicas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório de cada curso, de forma a assegurar:

I - seleção dos campos de estágio, considerando os princípios do mesmo e as especificidades do Curso;

II – pela formalização dos estágios através dos Termos de Compromisso de Estágio;

III-o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação permanente das atividades;

IV - definições quanto à carga horária, duração e jornada de estágio curricular, de acordo com a Lei de Estágio, a Instrução Normativa 006/2010, Regulamento e Resoluções específicas de cada Curso.

Art. 14. O NE-ICTA deverá indicar Professores-Orientadores para acompanhar e orientar as atividades do estagiário.

Art. 15. A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será periódica, com apresentação de relatório parcial e final, de acordo com as normas dos Projetos Pedagógicos do Curso, objetivando a qualidade do processo de formação acadêmico-profissional do aluno e as condições da Instituição Concedente para o amplo desenvolvimento das atividades de Estágio.

Art. 16. Para melhor desenvolvimento das atividades de Estágio, deverá ser elaborado um Plano de atividades (modelo padrão elaborado pela PROEN) para o estagiário, em conjunto com o Professor-Orientador de Estágio, o Supervisor de Estágio e o Discente.

Art. 17. A supervisão permanente das atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será compulsória, sendo de responsabilidade do professor orientador de estágio.

Parágrafo único. A supervisão do estágio será realizada de forma compartilhada pelo Professor-Orientador e pelo Supervisor Profissional (Orientador Externo), vinculado e indicado pela unidade concedente de estágio.

Art. 18. Constituem atribuições do Supervisor Profissional do Estágio na Instituição Concedente:

I - elaborar o plano de atividades em conjunto, e vinculando as ações a um cronograma de execução compatível com o período de estágio na Instituição Concedente;

II - orientar e acompanhar a execução do plano de atividades;

III - manter contato com o NE-ICTA e/ou Professor-Orientador de Estágio;

IV - permitir ao estagiário vivenciar outras situações de aprendizagem que ampliem a visão real da profissão;

V - avaliar o desempenho do estagiário durante as atividades de execução apresentando à Ufopa relatórios avaliativos (parcial e final) modelo a ser encaminhado pelo NE-ICTA;

VI - observar a legislação e os regulamentos da Ufopa relativos a estágios.

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO-PROEN

Art. 19. Caberá a Coordenação de Estágio-PROEN:

I - formalização dos Convênios e elaboração do Termo de Compromisso de Estágio;

II - desenvolver, em cooperação com o NE-ICTA, dinâmica de cadastramento de campos de estágio já existentes e de novos, de forma a facilitar a celebração de convênios e a socialização dessas informações na comunidade acadêmica;

III - tramitação de documentos viabilizando agilidade no processo de formalização dos estágios não obrigatórios;

IV - divulgação de possíveis oportunidades de estágios, juntamente com NE- ICTA;

V- pela formalização do término do vínculo de estagiário não obrigatório junto à Instituição Concedente, condição para a emissão de certificação de conclusão dos estágios;

VI - pela formalização de eventuais desligamentos por meio de rescisão ou anulação de Termos de Compromisso nos estágios não obrigatórios;

VII - pela supervisão com relação aos aspectos legais dos convênios;

VIII - pela divulgação de forma ampla das experiências de estágio, a partir de seminários, publicações e outros meios, julgados apropriados.

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE ESTÁGIO DO ICTA (NE-ICTA)

Art. 20. Caberá ao NE-ICTA, de acordo com este Regulamento, elaborar e aprovar as normas que deverão reger os seus respectivos estágios obrigatórios, obedecendo ao disposto nas leis vigentes.

Art. 21. NE-ICTA juntamente com o colegiado do ICTA organizarão as normas de estágio obrigatório do ICTA, fundamentadas na Política de Estágios da Ufopa, enviando-as a Coordenação de Estágio-PROEN para a elaboração de Manual Geral de Estágios da Ufopa.

Art. 22. A Direção do ICTA, ouvido o Colegiado do ICTA designará os componentes do NE-ICTA.

Art. 23. Caberá ao NE-ICTA aprovar previamente a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, após seleção da Instituição Concedente, responsabilizando-se pela avaliação dos relatórios parciais e finais do estágio supervisionado obrigatório.

Parágrafo único. Os Termos de Compromisso somente terão validade quando forem amparados por Termo de Convênio entre a Ufopa e a unidade Concedente, assinado pelo Reitor.

Art. 24. Cabe ao NE-ICTA encaminhar o parecer do relatório parcial e final ao professor do Componente Curricular Estágio Supervisionado para atribuição de conceito e lançamento de notas no SIGAA.

Art. 25. O NE-ICTA será subordinado à Direção do ICTA e trabalhará em cooperação com a Coordenação dos Cursos e Coordenação de Estágios/PROEN, no que se refere às questões pertinentes ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório. Juntos comporão a instância responsável pela implementação das diretrizes de estágio dos cursos de graduação do ICTA.

Art. 26. São atribuições do NE-ICTA no âmbito do Curso:

I - orientar alunos na formalização do processo de estágio;

II - planejar as atividades de encaminhamento e avaliação do estagiário relacionado ao Estágio Supervisionado Obrigatório;

III - convocar os estagiários, sempre que houver necessidade, a fim de solucionar problemas pertinentes ao estágio;

IV – assessorar Professor-Orientador, estagiário e Supervisor Profissional (orientador externo) na apresentação dos relatórios de estágio;

V - orientar previamente o estagiário quanto a:

a) exigências da Instituição Concedente;

b) normas de estágio da Ufopa e do Curso;

c) ética profissional.

Art. 27. O NE-ICTA deverá disponibilizar a lista de instituições conveniadas bem como oportunidades de estágios previamente ao período de matrícula do Componente Curricular de Estágio Supervisionado.

DO PROFESSOR-ORIENTADOR DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 28. São atribuições do Professor-Orientador de Estágio:

- I - orientar o estudante para a elaboração do Plano de atividades;
- II - orientar e acompanhar a execução do Plano de atividades;
- III - manter contatos com o Supervisor Profissional (orientador externo) do estagiário na Instituição Concedente e com o NE-ICTA;
- IV – monitorar e visitar a Instituição Concedente para a supervisão do estagiário.
- V – acompanhar, receber e encaminhar para avaliação os relatórios parciais e finais de estágio ao NE-ICTA;

DO ALUNO

Art. 29. O aluno habilitado a realizar o Estágio Curricular Obrigatório, de acordo com as diretrizes gerais do curso, deverá assinar o Termo de Compromisso, no qual estarão estabelecidas as condições específicas do estágio, mediante a interveniência da Instituição de Ensino, representada em cada Termo pelo NE-ICTA.

Art. 30. São condições para que o aluno seja considerado habilitado a realizar o estágio:

- I - estar regularmente matriculado e frequentando o Curso BI-CTA;
- II - atender as normas de estágio específicas do Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- III - observar os procedimentos e apresentar os documentos necessários para a formalização do estágio junto ao NE-ICTA.

Parágrafo único. A formalização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório somente poderá ocorrer após o discente ter atendido as exigências previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 31. O estagiário, quando servidor público, poderá realizar o estágio respeitando este regulamento, bem como a legislação específica para servidores públicos.

Art. 32. São obrigações do aluno:

- I - participar das atividades de orientação sobre o estágio;
- II - observar sempre os regulamentos de estágio da Instituição Concedente;
- III - entregar o plano de atividades ao Professor Responsável pelo Componente curricular de Estágio Supervisionado;
- IV - cumprir o plano de atividades estabelecido;
- V - enviar, em tempo hábil, os documentos solicitados pela Instituição Concedente;
- VI - zelar pelo nome da Instituição Concedente e da Ufopa;
- VII - manter um clima harmonioso com a equipe de trabalho no âmbito da Instituição Concedente e da Ufopa;
- VIII - quando necessário, dirigir-se ao seu Professor-Orientador mantendo sempre uma conduta condizente com sua formação profissional;
- IX - elaborar os relatórios parciais e finais de atividades, conforme estabelecido nas normas específicas do Curso, com a ciência do Supervisor Profissional (Orientador Externo) submetendo-os à aprovação do Professor-Orientador e apresentá-lo ao NE-ICTA;
- X - entregar ao NE-ICTA os relatórios parciais e finais, atendendo às normas específicas do Projeto Pedagógico do Curso, com o devido aval do Supervisor Externo e do Professor-Orientador. O relatório final de estágio deverá ficar à disposição do NE-ICTA até a colação de grau do aluno.

Art. 33. O estagiário deverá informar imediatamente por escrito à Instituição Concedente e ao NE-ICTA qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele a sua matrícula na Ufopa, ficando ele responsável por quaisquer despesas causadas pela ausência dessa informação.

JORNADA DE ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO

Art. 34. A jornada de atividades do estagiário deverá ser definida de comum acordo com o NE-ICTA e com a Instituição Concedente e o aluno, bem como ser compatível com as atividades curriculares, respeitando o limite definido no Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo único: Excetua-se o previsto no caput deste artigo o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório que utilize metodologias diferenciadas, previstas em seus Projetos Pedagógicos dos Cursos e, se pertinente, referendadas pelo Termo de Compromisso celebrado.

Art. 35. O horário de realização do estágio deve ser estabelecido de acordo com as conveniências mútuas, ressalvadas as limitações previstas nas normas específicas de estágio do Curso.

DURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 36. A jornada máxima de atividade em estágio será definida de comum acordo entre o NE-ICTA e a parte concedente, o estagiário ou seu representante legal, devendo ser compatível com as atividades didático-pedagógicas e não superior a 04 (quatro) horas diárias ou 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º. O estágio relativo a cursos que contemplem períodos alternados de teoria e prática poderá ter jornada de até 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 2º. A duração máxima do estágio, na mesma instituição concedente, será de 02 (dois) anos.

Art. 37. A duração mínima do estágio será de um período letivo, ou seu equivalente em carga horária, de acordo com as normas de estágio específicas do Projeto Pedagógico do Curso.

BENEFÍCIOS DO ESTAGIÁRIO

Art. 38. A Concedente, como contraprestação pela admissão do estagiário, poderá conceder bolsa ou outra forma de contraprestação que tenha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como auxílio-transporte, na hipótese de Estágio Não Obrigatório.

§ 1º. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação ou saúde, entre outros, nestes termos não caracteriza vínculo empregatício.

ESTÁGIOS NO ÂMBITO DA UFOPA

Art. 39. Quando o estágio for realizado no âmbito da Ufopa, sendo o estagiário oriundo da própria Instituição aplicar-se-ão todas as disposições anteriores.

§ 1º. A Ufopa arcará com as despesas do seguro de acidentes pessoais relacionado ao Estágio Supervisionado Obrigatório.

§ 2º. Serão recebidos estagiários oriundos de outras instituições depois de atendida a demanda interna da Ufopa.

DAS REGULAMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 40. A inscrição no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório obedecerá ao calendário de matrícula da Ufopa.

Art. 41. O estágio não estabelece vínculo empregatício entre o aluno e a Instituição Concedente de estágio.

Art. 42. Em nenhuma hipótese poderá ser cobrada do aluno qualquer taxa adicional referente a providências administrativas para obtenção e realização do estágio.

Art. 43. Para os estágios realizados através dos acordos nacionais e internacionais de mobilidade estudantil, o NE-ICTA deverá efetuar sua convalidação para efeitos de validade legal.

Parágrafo único. Para a convalidação de estágio internacional devem-se considerar os termos do acordo de mobilidade, as normas de estágio do curso e este Regulamento.

Art. 44. A falta de atendimento por parte das Instituições Concedentes a qualquer dispositivo normativo pertinente ao estágio ou sua desvirtuação, torna nulo o respectivo Termo de Compromisso ajustado e o período, ficando a Ufopa isenta de responsabilidade de qualquer natureza, seja trabalhista, previdenciária, civil ou tributária. E implicará também na desqualificação da concedente do cadastro de instituições concedentes de estágios junto a Coordenação de Estágio-PROEN.

Art. 45. O NE- ICTA e Coordenações de Curso podem sugerir a Coordenação de Estágio/PROEN a solicitação e formalização de convênios com instituições públicas e privadas de interesse do curso, devendo justificar a necessidade de formalização de convênio.

Art. 46. Em nenhuma hipótese poderá ser realizada a convalidação de trabalho voluntário nos termos da lei como Estágio.

XV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 47. Fica resguardada aos alunos, que já iniciaram seu programa de estágio supervisionado, a opção de integrar-se aos termos desse regulamento em consonância com a Coordenação do curso.

Parágrafo Único. O aluno na situação descrita no caput deste artigo deverá procurar a coordenação de seu curso para os procedimentos cabíveis.

XVI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. Outras atividades acadêmicas complementares não substituem os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios, ressalvados os casos previstos no Art. 5º, § 2º deste Regulamento.

Art. 49. A direção do ICTA terá até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de aprovação deste Regulamento em reunião de colegiado do instituto, para instauração do NE-ICTA para posterior adequação das normas de estágio do curso.

Art. 50. A Ufopa disponibilizará ao NE-ICTA os recursos humanos, financeiros e materiais que sejam necessários para a execução das atividades previstas neste Regulamento.

Art. 51. Os casos omissos serão resolvidos pelo NE-ICTA e Coordenação de Estágio-PROEN.

Art. 52. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação.

Comissão de Estágio-ICTA

Portaria: 055-28/04/2014 (ICTA)

ANEXO 6 COMISSÃO DE TCC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS

PORTARIA Nº 034, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

O Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei nº 12.085/2009 c/c Estatuto da Ufopa, Regimento Geral da Ufopa, Portaria nº 736/2018-Reitoria e Portaria nº 2.103/2018-Progep/Ufopa,

RESOLVE:


Nomear, a partir desta data, os membros abaixo relacionados para comporem a **Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Gestão Ambiental**.

- Diani Fernanda da Silva Less - Presidente
- Quêzia Leandro de Moura Guerreiro - Membro
- João Paulo Soares de Cortes- Membro

Os membros desta comissão disporão de 02 (duas) horas semanais para a realização dos seus trabalhos, conforme estabelece o inciso I, do artigo 31 da Resolução nº 184/2017- Consepe/Consun.

Fica revogada a portaria nº 010/2018/ ICTA, de 15 de maio de 2018.

Dê-se ciência e cumpra-se.


Prof. Dr. Lucinewton Silva de Moura
DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS
PORTARIA Nº 736/2018 – REITORIA

Avenida Mendonça Furtado, nº 2946 - Fátima – CEP 68040 - 470 - Santarém, Pará, Brasil
Fone: (93) 2101-6526 E-mail: icta@ufopa.edu.br

ANEXO 7 NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL

Estabelece a normatização para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Ufopa.

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Expedir a presente Normatização, para regulamentar os procedimentos necessários para a orientação, desenvolvimento, redação e defesa pública dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes concluintes do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental nos seguintes termos:

1 COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE TCC - ESTRUTURA E GERENCIAMENTO

Cabe ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, determinar anualmente e correspondente a cada pré-oferta curricular (TCC I/TCC II) uma COMISSÃO de TCC.

A comissão será composta por até 5 (cinco) membros do corpo docente e 1 (um) técnico, definida em reunião do Colegiado do referido curso logo após a pré-oferta da componente curricular. Os membros pertencentes à comissão receberão uma carga horária de 1 hora semanal para realização dos trabalhos.

COMISSÃO ORGANIZADORA DE TCC

Cabe a comissão organizadora de TCC as seguintes atribuições:

Verificar o número de inscritos na pré-oferta da disciplina de TCC e apresentar aos alunos concluintes as Instruções Normativas do Colegiado do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental;

Cadastrar os orientadores internos e externos à Ufopa junto à coordenação do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental. Cada orientador externo poderá orientar, no máximo, três (3) TCC's. Os orientadores internos (professores da Ufopa) poderão orientar até cinco (5) trabalhos por semestre letivo, conforme a Resolução 184/2017 do Consepe. Os cadastros de orientação de TCC e o termo de compromisso do discente devem ser realizados pela comissão, a qual receberá conforme calendário estabelecido os formulários de cadastro (Anexos I e II);

Estabelecer calendário acadêmico relativo ao TCC (datas de entregas de TCCs, defesa e acompanhamento da entrega da versão final do TCC);

Deferimento da indicação de membros da comissão avaliadora sugerida pelos (as) orientadores (as) de cada discente, da data e local de defesa;

Emitir pareceres em casos excepcionais e omissos ao presente documento que deverão ser deliberados pelo Colegiado do Curso.

DEFINIÇÕES E ELEGIBILIDADE DOS TCCs

O TCC do Bacharelado em Gestão Ambiental é coordenado pela Comissão de TCC do curso e regido pelas diretrizes gerais fixadas pela Universidade Federal do Oeste do Pará no Regimento de Graduação (Resolução nº 177/2017 - Consepe), normas estabelecidas por esta comissão e normas determinadas pelo Colegiado do Curso, as quais são descritas no presente documento.

O TCC do Bacharelado em Gestão Ambiental é composto por dois componentes curriculares (TCC I e TCC II), ambos com caráter teórico e prático, que compreende a elaboração, execução, análise de dados e produção de uma monografia. O TCC deve considerar as temáticas do curso, a partir da proposta do discente, com a concordância do seu orientador.

O TCC I (30 h) abordará sobre normas para redação de trabalhos de conclusão de curso, elaboração de projeto de TCC com base em textos teórico-metodológicos e seu respectivo calendário de prazos para entrega do TCC. O TCC II (90 h) versará sobre a elaboração, execução, análise de dados e produção de um trabalho final de conclusão de curso.

O TCC será orientado por docente da Universidade Federal do Oeste do Pará devidamente credenciado pela Comissão de TCC, vinculado à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. Será facultada a participação de membros externos à instituição, na condição de orientador (desde que com coorientação de membro interno) e coorientador, desde que tenha competência na área de abrangência do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Na ausência de docente do curso disponível para orientação, poderá a comissão de TCC do curso, sugerir um professor orientador disponível no Icta, outras Unidades Acadêmicas da Ufopa ou em outra instituição, desde que acordada entre as partes envolvidas. A substituição de orientador/aluno, deverá ser realizada por parte do interessado, mediante memorando à Comissão de TCC, devidamente justificado em até 1/3 do início do componente curricular (TCC II).

O TCC deverá ser apresentado, a partir do cumprimento de pelo menos 80% dos componentes curriculares.

A monografia envolve uma pesquisa técnico-científica, de caráter teórico e exploratório, desenvolvido preferencialmente de forma individual ou em dupla, dependendo da opção do aluno e aceite do orientador, a partir da combinação de conhecimentos adquiridos nos componentes curriculares e demais práticas integradoras e complementares do curso, obedecendo, na sua estrutura formal, o Guia de Normatização da Produção Científica da Universidade Federal do Oeste do Pará. Além disso, a monografia poderá ser apresentada no formato de artigo científico, obedecendo às normas do periódico indexado. Neste último caso, a monografia deverá conter os elementos pré-textuais descritos no Guia de Normatização e, em seguida, o artigo já publicado ou a ser submetido, cujas normas deverão ser disponibilizadas para os membros da banca examinadora.

Em caso de apresentação de TCC II no formato de artigo científico, este pode já ter sido publicado durante o curso (desde que não tenha sido utilizado no TCC de outro curso de graduação) ou estar em fase de submissão. Para ambos, o discente matriculado no TCC II deve ser primeiro ou segundo autor e dentre os autores deve conter um profissional da Ufopa ou externo à instituição, desde que tenha competência na área de abrangência do curso e configure como orientador.

O TCC II poderá ser oriundo de trabalhos de PIBIC, PIBEX e Estágio Supervisionado, desde que não tenha sido utilizado no TCC de outro curso de graduação.

O discente, durante o desenvolvimento do TCC II será analisado pelo orientador por meio dos seguintes critérios: empenho, organização, regularidade, assiduidade e disciplina; independência no desenvolvimento do trabalho, iniciativa, capacidade produtiva, criatividade na solução de problemas, ética, solidariedade e civilidade. Não cumprindo os critérios de análise do orientador o mesmo poderá pedir desligamento da orientação do aluno, por meio de formulário encaminhado à comissão de TCC, a qualquer tempo da atividade curricular TCC II, desde que devidamente justificado para avaliação da comissão (Anexo III).

O discente também poderá solicitar desligamento da orientação, por meio de formulário encaminhado à comissão de TCC, até 1/3 da atividade curricular TCC II (Anexo IV).

O TCC II é considerado concluído após sua defesa em sessão pública, perante banca examinadora constituída de dois (02) membros avaliadores com titulação mínima de mestre, além do orientador como presidente da banca (sem direito a avaliação) e um suplente, admitindo-se a possibilidade de um membro externo à Ufopa. O TCC II é avaliado de 0 a 10 pontos (7,0 trabalho escrito, 3,0 apresentação oral), sendo a nota final resultante da média aritmética das notas atribuídas pelos dois avaliadores. É considerado aprovado no TCC II, o discente que alcançar nota final igual ou superior a 6,0 (seis).

A defesa do trabalho de conclusão de curso ocorre mediante apresentação de formulário encaminhado à comissão de TCC (Anexo VI), pelo respectivo orientador e a entrega digital da monografia para a banca obedecendo o calendário estabelecido pela comissão.

BANCA EXAMINADORA DE TCC

A banca examinadora será composta pelo orientador (este não atribuirá nota ao aluno) e 2 (dois) membros titulares e um suplente (que assumirá a titularidade na ausência de um dos titulares)

previamente indicados e acordado com o orientador. A banca examinadora será indicada pelo orientador, através de formulário (Anexo V) encaminhado à Comissão, a qual procederá a avaliação para deferimento ou indeferimento justificado, obedecendo-se os prazos estipulados no Cronograma do TCC II (Anexo VII);

Os membros da banca avaliadora deverão possuir, no mínimo, o título de mestre;

Pelo menos 1 (um) membro titular da banca avaliadora deverá ser do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental;

Os membros da banca avaliadora não poderão possuir parentesco de primeiro grau com o concluinte e nem coorientação do trabalho;

A confirmação da disponibilidade dos membros da banca examinadora na defesa pública será de responsabilidade do docente orientador mediante entrega de convite (Anexo VIII) ao docente membro da banca;

Após a aprovação da banca pela Comissão de TCC, será realizado o agendamento da defesa dentro do período estipulado e divulgado pela Comissão no Cronograma do TCC II; 7 - O encaminhamento do TCC, da ficha de avaliação (Anexo IX) e das normas de formatação para os membros avaliadores é de responsabilidade do docente orientador e do discente;

Os trabalhos não entregues na data determinada pela comissão de TCC só poderão ser apresentados pelos discentes no próximo período determinado e divulgado pela Coordenação do Curso, salvo casos amparados por legislação específica.

IMPEDIMENTOS POR PARTE DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA E/OU DISCENTES

No caso em que o professor (a) orientador (a) ou membros titulares, por algum impedimento, não puderem se fazer presente na defesa de TCC, o suplente assumirá a posição de titular. Diante do impedimento de realização da defesa pública, por motivos atrelados aos avaliadores indicados, a Comissão sobre tal situação, tomará as providências cabíveis.

Diante do surgimento de impedimento anterior a realização da defesa pública, por motivos atrelados ao discente, este e o orientador deverão justificar a Comissão de TCC por escrito com documentação comprobatória anexada, em um prazo de 48 horas antes da data da defesa pública do seu Trabalho, para que a Comissão tome as providências cabíveis. Em caso de impedimentos durante a defesa devido a problemas relacionados a conexão de internet, o orientador juntamente com o discente e os avaliadores definirão a melhor alternativa para concluir a defesa, devendo esta ser informada a comissão. Caso não sejam respeitadas estas normas, o aluno será considerado REPROVADO. Em casos omissos caberá à comissão de TCC consultar/informar ao Colegiado do Curso para deliberar as decisões cabíveis.

Diante de casos excepcionais, como o de discentes que residem em comunidades afastadas que não tem acesso a conexão estável de internet, haverá a possibilidade de apresentação do TCC na forma de Aula Pública mediante a aprovação do trabalho do escrito. Para isso, a situação deverá ser comunicada previamente a comissão no momento do envio do Termo de Encaminhamento do Trabalho de Conclusão de Curso para Defesa (Anexo VI) para que a comissão consulte o Colegiado do Curso para deliberações.

Diante do impedimento de realização da defesa pública, por motivos alheios ao(s) discente(s) e avaliadores, deverá o orientador comunicar por escrito à Comissão de TCC sobre tal situação, em um prazo de 48 horas antes da data da defesa pública previamente agendada, para que a Comissão tome as providências cabíveis.

DEFESA PÚBLICA DO TCC

A defesa de TCC poderá ocorrer presencialmente ou remotamente por videoconferência de acordo com a disponibilidade da banca, a data e modalidade de apresentação deverá comunicada à comissão de TCC.

Durante o período de defesa pública de acordo com Calendário de TCC, a comissão irá reservar um espaço no Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas com acesso adequado a internet para a defesa pública via videoconferência dos discentes que não tem acesso a conexão estável. Para reservar esse espaço o orientador e discente deverão informar a comissão no momento da entrega do Termo de Encaminhamento para a defesa (Anexo VI).

A sessão de defesa pública do TCC será aberta e presidida pelo Orientador, que coordenará a sessão cumprindo os seguintes procedimentos: a) Apresentação do (s) autor (es), título do trabalho a ser defendido; b) Concessão da palavra ao (s) autor (es) do trabalho, para que proceda a apresentação oral de 15 a 20 minutos; c) Após a apresentação do trabalho, o professor (orientador), presidente da banca, concederá a palavra a cada um dos demais integrantes da mesa, para que possam inquirir o (s) autor (es) do TCC, tendo cada um o tempo de até 10 minutos para arguição. O tempo de arguição dos membros da banca será controlado pelo presidente da banca, que deverá anunciar o seu esgotamento, ficando facultado ao orientador 5 minutos para considerações finais.

Encerrada a defesa, após avaliação privada os membros da banca deverão emitir o parecer e a nota final atribuída ao trabalho, cabendo ao (a) orientador (a) responsável anunciar o resultado ao (s) autor (es) e aos presentes apenas com o conceito APROVADO, APROVADO COM RESTRIÇÃO ou REPROVADO. O aluno poderá consultar posteriormente a secretaria do Curso, para verificação das notas parciais e a média final obtidas.

Em caso de APROVADO COM RESTRIÇÃO, o (s) discente (es) deverá (ão) acatar as correções dos membros da banca, e submeter a nova versão corrigida em até 05 dias úteis para apreciação e aprovação da Banca Avaliadora, a qual terá um prazo de 03 dias úteis para a realização da nova avaliação.

Em caso de REPROVADO, o (s) discente (es) terão que matricular-se novamente na componente TCC II, em semestre posterior e cumprir com todos os procedimentos descritos neste documento.

AVALIAÇÃO DO TCC

A parte escrita do TCC II deverá seguir o Guia de Normatização da Produção Científica da Ufopa.

A atribuição de notas na defesa do TCC estará detalhada num formulário de avaliação que será entregue à banca. A banca examinadora receberá um formulário com itens de avaliação, que deverá ser preenchido avaliando-se a qualidade científica do trabalho apresentado e a lógica do discurso a partir dos critérios apresentados no Anexo IX.

O orientador e presidente da banca procederá o preenchimento do formulário (Anexo X) onde constarão as notas atribuídas pelos membros da banca avaliadora e a média destas notas será a nota final do (s) discente (s).

HOMOLOGAÇÃO

A ata de defesa (Anexo XI) e os formulários de avaliação do TCC II deverão ser enviados assinados por todos os membros da banca examinadora, após a defesa pública, à secretaria do curso.

A versão final do TCC II deverá ser enviada por e-mail à secretaria do curso pelo discente, acompanhada de memorando de encaminhamento devidamente assinado pelo (s) orientador (es), a fim de compor o banco de TCCs, no prazo máximo de 10 dias após a aprovação. A homologação do resultado só será deferida após a entrega da versão final. Caso a data de entrega da versão final não seja respeitada, o discente será considerado REPROVADO.

CASOS OMISSOS

Os casos omissos nesta normativa serão resolvidos pela Comissão de TCC do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, após a consulta ao colegiado do curso, que atenderá às demandas via coordenação do curso.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO DO ACADÊMICO

Eu, _____, Carteira de Identidade nº _____, discente regularmente matriculado no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, matrícula _____, declaro estar ciente das regras definidas pelo Colegiado do Curso de Gestão Ambiental para o processo de realização do Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), cumprindo, assim, os créditos da atividade curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

Declaro ainda que me comprometo a cumprir rigorosamente os prazos definidos para entrega das diversas etapas do trabalho, bem como cumprir com os compromissos assumidos com o orientador.

Santarém, ____ de _____ de _____

Assinatura do Discente

Assinatura do Orientador

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DO ORIENTADOR/ COORIENTADOR DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____, da
instituição _____ credenciado pelo
Colegiado do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Ufopa, declaro, para os devidos fins,
estar de acordo em assumir a orientação/coorientação do Trabalho de Conclusão de Curso do
Bacharelado em Gestão Ambiental do (s) discente (s):

_____, assumindo as atribuições
regimentais e dispostas nas normas de elaboração do TCC, com título provisório:

Santarém, ____ de _____ de _____

Nome legível do orientador

Assinatura do orientador

Nome legível do coorientador:

Assinatura do coorientador:

Nome legível do(s) discente(s):

Assinatura do(s) discente(s)

ANEXO III

**REQUERIMENTO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO
DE ORIENTAÇÃO DE CURSO PELO ORIENTADOR**

Eu _____
da instituição _____
credenciado (a) pelo curso Bacharelado em Gestão Ambiental UFOPA, solicito
desligamento da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do (s) discente (s)

Com título provisório: _____
_____.

Justificativa:

Parecer da comissão de TCC do BGA:

Santarém, ____ de _____ de _____.

Nome legível do orientador

Representante da Comissão de TCC

ANEXO IV

**REQUERIMENTO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO PELO (S) DISCENTE (S)**

Eu, _____, discente (s) do
Curso Bacharelado em Gestão Ambiental da UFOPA, solicito desligamento da orientação do
Trabalho de Conclusão de Curso pelo(a) professor (a):

Com título provisório: _____

Justificativa:

Parecer da Comissão de TCC do BGA:

Santarém, _____ de _____ de _____

Nome legível do(s) discente(s)

ANEXO V

FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Nome do(s) discente (s):
Nome do(a) orientador(a):
Nome do (a) co-orientador(a):
Título do TCC:
Banca examinadora (Nome completo/Instituição/Contato)
Membro titular:
Membro titular:
Membro suplente:

Santarém/PA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) orientador(a)

ANEXO VI

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PARA DEFESA

Eu, _____, na qualidade de professor(a) orientador(a), encaminho para apresentação e defesa pública, o Trabalho de Conclusão de Curso do (s) discente (s) do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da UFOPA, _____ [nome do(s) discente (s)], intitulado

_____. Considerado o período estipulado e divulgado pela Comissão no cronograma de TCC para a realização da defesa, a data sugerida para apresentação é ____/____/____.

Considero que o trabalho atende aos requisitos exigidos e que o(s) discente (s) se encontra (m) apto(s) a apresentá-lo perante a Banca Examinadora.

Por ser verdade, firmo o presente.

Santarém/PA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) orientador(a)

ANEXO VII

CALENDÁRIO DE TCC – Bacharelado em Gestão Ambiental

DATA	AÇÃO	LOCAL
	Data limite para entrega dos documentos: Termo de Compromisso do Acadêmico e Termo de Compromisso do Orientador (Anexos I e II).	E-mail da coordenação do BGA (coord.ga.icta@ufopa.edu.br)
	Data limite para desligamento de orientação de TCC (discente – Anexo IV)	E-mail da coordenação do BGA (coord.ga.icta@ufopa.edu.br)
	Data limite para entrega de Formulário de Indicação de Banca Examinadora (Anexo V)	E-mail da coordenação do BGA (coord.ga.icta@ufopa.edu.br)
	Divulgação da Homologação das Bancas Examinadoras	SIGAA e e-mail do discente e orientador
	Envio por e-mail do TCC aos membros da banca e do Anexo VI para a comissão	Envio pelo discente e orientador para a banca, com cópia para coord.ga.icta@ufopa.edu.br
	Período de Defesa/apresentações dos TCCs	Videoconferência ou presencial de acordo com definição da banca
	Data limite para entrega das versões finais dos TCCs	E-mail da coordenação do BGA (coord.ga.icta@ufopa.edu.br)
	Data Limite para consolidação do TCC pela coordenação de curso	SIGAA

ANEXO VIII

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Santarém/PA, ____ de _____ de _____.

Prezado(a) Senhor(a) _____

Temos a imensa satisfação de convidar V.Sa. para participar, como membro _____
[preencher com os termos: titular ou suplente], da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão do Curso
de Bacharelado em Gestão Ambiental, do (s) discente (s)
_____, orientado pelo (a) docente
_____, que se intitula
_____.

O trabalho será apresentado no dia __ de _____ de _____, às __ horas, por
videoconferência na plataforma _____.

O (s) discente (s) terá (ão) de 15 a 20 minutos para fazer a exposição do seu trabalho e, após a
apresentação, haverá arguição pelos integrantes da banca de 10 minutos para cada membro.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Assinatura do(a) discente

Assinatura do(a) orientador(a)

ANEXO IX

FICHA INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Discente 1: _____

Discente 2: _____

Orientador (a): _____

Título do trabalho: _____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

01. Trabalho escrito (7 pontos)		Nota
a) Relevância acadêmico-científica do tema/problema (0,5 ponto)		
b) Fundamentação teórica. Adequação metodológica (2 ponto)		
c) Consistência dos resultados. Argumentação na discussão (2 ponto)		
d) Coerência e consistência das conclusões (0,5 ponto)		
e) Pertinência e atualização do referencial bibliográfico (1 ponto)		
f) Clareza na redação, correção gramatical, formatação e apresentação estética (1 ponto)		
Nota do trabalho escrito		
02. Apresentação oral (3 pontos)	Nota (s)	
	Discente 1	Discente 2
a) Domínio na utilização de recursos audiovisuais (0,5 ponto)		
b) Segurança durante a apresentação (clareza, uso correto da gramática, postura gestual-corporal, sequenciamento racional das ideias, domínio do tema) (1,0 ponto)		
c) Otimização do tempo de exposição (0,5 ponto)		
d) Consistência e fundamentação da arguição (1 ponto)		
Nota da apresentação oral		

NOTA FINAL

Nome do discente	Notas		
	Trabalho escrito	Apresentação oral	Final

Santarém/PA, ____ de _____ de _____.

Nome do membro da banca

Assinatura do membro da banca

ANEXO X

RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Discente 1: _____

Discente 2: _____

Orientador (a): _____

Título do trabalho: _____

Membro da Banca	Nota	Nota
	Discente 1	Discente 2
Avaliador 1: [nome]		
Avaliador 2: [nome]		
Média final		

Situação do discente 1: () Aprovado () Aprovado com restrição () Reprovado

Situação do discente 2: () Aprovado () Aprovado com restrição () Reprovado

Observações: _____

Santarém/PA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do orientador(a)

ANEXO XI

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, às ____ horas, a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso dos discentes _____ e _____.

intitulado _____, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental. Os trabalhos foram conduzidos pelo(a) professor(a) _____, orientador(a) do (s) discente (s) e presidente da Banca Examinadora, constituída, também, pelos membros convidados _____

Após apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, a Banca Examinadora passou à arguição do (s) discente (s). Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a apresentação e defesa oral do (s) discente (s), considerando-os _____. Proclamados os resultados pelo(a) presidente da Banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu _____, na qualidade de professor(a) orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso avaliado, lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

Santarém/PA, ____ de _____ de _____.

Presidente/orientador(a): _____

Membro 1: _____

Membro 2: _____

ANEXO 8 PORTARIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS



PORTARIA Nº 6 / 2024 - ICTA (11.01.47)

Nº do Protocolo: 23204.001526/2024-00

Santarém-PA, 01 de fevereiro de 2024.

O Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei nº 12.085/2009 c/c Estatuto da Ufopa, Regimento Geral da Ufopa e Portaria nº 427/GR/UFOPA DE 28/12/2022.

RESOLVE:

Art.1º Designar, a partir desta data, os servidores abaixo relacionados para comporem o **Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental** (Formação Graduada Profissional-FGP) do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas.

- I. Quêzia Leandro de Moura Guerreiro (Presidenta);
- II. João Paulo Soares de Cortes (Vice- Presidente);
- III. Antônio do Socorro Ferreira Pinheiro
- IV. Diani Fernanda da Silva Less
- V. José Max Barbosa de Oliveira Junior
- VI. José Reinaldo Pacheco Peleja
- VII. Rafael Caldeira Magalhães
- VIII. Ynglea Georgina de Freitas Goch
- IX. Glauce Vitor da Silva

Art.2º-Os membros acima citados disporão de 2 (duas) horas semanais para execução de suas atividades, conforme preceitua o artigo 31, I, da Resolução no 184/2017-Consepe

Art.3º-Fica revogada a portaria no 05/2024.

Art.4º-Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

(Assinado digitalmente em 01/02/2024 15:21)
FRANK RAYNNER VASCONCELOS RIBEIRO
DIRETOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 1961826